

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO

MARCOS FONTANA CERUTTI

**ACADÊMICOS DA UFRGS E COMISSÃO ESPECIAL
DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA NO ANO DE 1964**

São Leopoldo

2010

MARCOS FONTANA CERUTTI

**ACADÊMICOS DA UFRGS E COMISSÃO ESPECIAL
DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA NO ANO DE 1964**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Beatriz T. Daudt Fischer

São Leopoldo

2010

C417c Cerutti, Marcos Fontana

Acadêmicos da UFRGS e comissão especial de investigação sumária no ano de 1964 / Marcos Fontana Cerutti. -- 2010.
177 f. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2010.
Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Terezinha D. Fischer.

1. Ensino superior - UFRGS. 2. Comissão especial de investigação sumária. 3. Controle político-ideológico -Repressão. 4. Historia de Vida - Estudante. 5. História oral. I. Título. II. Fischer, Beatriz Terezinha D.

CDU 378.4 (816.5)

Catálogo na Publicação:
Bibliotecário Eliete Mari Doncato Brasil - CRB 10/1184

Dedico esta pesquisa a todos que acreditam no papel político da educação como um dos principais caminhos para a transformação do mundo que vivemos.

AGRADECIMENTOS

Ao mesmo tempo em que considero imprescindível fazer agradecimentos, receio esquecer pessoas importantes, por isso, inicialmente, me desculpo se não citar alguém já que muitos foram os que me ajudaram nesta caminhada.

Mas não posso deixar de agradecer a Deus por ter me dado a oportunidade de fazer um mestrado. Gostaria de lembrar minha família, principalmente meus pais, que não mediram esforços para que eu pudesse chegar até este momento. Agradeço à namorada, pela compreensão, paciência e apoio em todas as etapas do caminho percorrido.

Aos amigos que, aliás, são muitos: os professores e alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Luzia e Escola Municipal de Ensino Fundamental Salvador Bordini, de Carlos Barbosa, os quais despertaram minha paixão pela educação; a todos os professores que tive ao longo da minha trajetória escolar, desde o primário até a pós-graduação; aos colegas de mestrado com os quais aprendi muito no que se refere à pesquisa e, principalmente, em relações humanas de amizade e companheirismo. Agradeço também o auxílio do pesquisador Jaime Valim Mansan, do professor Benito Bisso Schmidt e da professora Lorena Holzmann.

Agradeço especialmente à orientadora e amiga, Prof^a. Dr^a. Beatriz T. Daudt Fischer pela sua compreensão, paciência, cobranças, orientações, enfim, pela relação humana que manteve comigo ao longo desses dois anos e meio. Gostaria também de expressar meu agradecimento pela disponibilidade e boa vontade das funcionárias do CEDOC da Universidade de Caxias do Sul, Angela Boschetti Bertuol, Nelci Vieira e Marília Conforto. Em especial gostaria de agradecer a confiança e receptividade dos cinco entrevistados que disponibilizaram parte do tempo de suas vidas para conceder seus depoimentos e, posteriormente, ler e corrigir as transcrições feitas: Jaime Rodrigues, João Fabrício de Moraes, Manoel André da Rocha, Annibal Guimarães de Barros Cassal e José Antonio F. Arregui.

“A ditadura sempre faz surgir a contra-ditadura.”

(Annibal Guimarães de Barros Cassal)

RESUMO

A Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), instalada na UFRGS logo após o golpe militar/64, tinha como objetivo investigar os atos subversivos de professores, funcionários e estudantes dentro da instituição. A presente pesquisa busca saber como tal acontecimento repercutiu na trajetória de vida de alguns estudantes envolvidos naquele contexto. Para tal, utiliza a metodologia da história oral, por meio de cinco entrevistas, além de análise documental (atas, transcrições de depoimentos, fichas de informações, ofícios) e matérias do jornal Correio do Povo no ano de 1964. A pesquisa refere a sociedade da época, destacando o clima de efervescência política e social, o movimento estudantil no Rio Grande do Sul na década de 1960 e conclui com considerações acerca do processo de pesquisa que lida com memória e com algumas constatações em torno da repressão institucionalizada na UFRGS, como a reação dos professores, funcionários e, principalmente, dos estudantes diante da instalação e dos trabalhos da CEIS.

Palavras chave: memória; história oral; golpe militar; UFRGS.

ABSTRACT

The Special Commission of Summary Investigation (SCSI) placed at UFRGS soon after the military coup/64, had the aim of investigating the subversive acts of the teachers, employees and students inside the institution. This research looks for knowing how that happening reverberated along the life trajectory of some students involved in that context. For that, it uses the oral history methodology, through five interviews, beyond document analysis (records, testimonies transcriptions, information lists, and letters) and *Correio do Povo* newspaper articles from 1964. The research refers to the society of that time, highlighting the political and social effervescence environment, the student movement in Rio Grande do Sul in the decade of 1960 and it concludes based on consideration concerning the research process, which deals with memory and with some findings about the institutionalized repression at UFRGS, as the reaction of the teachers, employees and, mainly, the students in front of the installation and the works of SCSI.

Keywords: memory; oral history; military coup; UFRGS.

LISTA DE SIGLAS

ADUFRGS - Associação dos Docentes da UFRGS

AI-1 - Ato Institucional nº 1

AP – Ação Popular

CAAR - Centro Acadêmico André da Rocha da Faculdade de Direito da UFRGS

CAFDR - Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt da Faculdade de Filosofia da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CAMDE - Campanha da Mulher pela Democracia

CASL - Centro Acadêmico Sarmento Leite da Faculdade de Medicina da UFRGS

CEDOC/UCS - Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul

CEIS - Comissão Especial de Investigação Sumária

CGI - Comissão Geral de Investigações

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CIA - Agência Central de Inteligência

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COMECON - Conselho para Assistência Econômica Mútua

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito

CPC - Centros Populares de Cultura

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DEPRC - Departamento de Portos, Rios e Canais do Rio Grande do Sul

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

ESG - Escola Superior de Guerra

EUA - Estados Unidos da América
FARSUL - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FEUP - Federação dos Estudantes Universitários Particulares
FEURGS - Federação dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FLN – Frente da Libertação Nacional
FNM - Fábrica Nacional de Motores
IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBC - Instituto Brasileiro do Café
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITT - *International Telephone and Telegraph*
JUC - Juventude Universitária Católica
M-26-7 - Movimento 26 de Julho
MAF - Movimento de Arregimentação Feminina
MDU - Movimento Democrático Universitário
MEC - Ministério da Educação e Cultura
OEA - Organização dos Estados Americanos
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PNA - Plano Nacional de Alfabetização
POC - Partido Operário Comunista
POLOP - Política Operária
PSD - Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTN - Partido Trabalhista Nacional
PUA - Pacto de Unidade e Ação
PUC - Pontifícia Universidade Católica
RFA - República Federal da Alemanha

RDA - República Democrática Alemã

RU - Restaurante universitário da UFRGS

SUPRA - Superintendência de Política Agrária

UDN - União Democrática Nacional

UEE - União Nacional dos Estudantes

UENH - União dos Estudantes de Novo Hamburgo

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UGES - União Gaúcha dos Estudantes Secundários

UMESPA - União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre

UNE - União dos Estudantes Universitários

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
A constituição de um pesquisador	12
Algumas memórias	12
Aproximação com o tema	16
CAPÍTULO 1 - CONSTRUINDO O PROBLEMA DE PESQUISA	18
1.1 - O problema de pesquisa	18
1.2 - Considerações em torno do problema de pesquisa	18
1.3 - Sujeitos e fontes documentais	24
CAPÍTULO 2 – A METODOLOGIA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS...	26
2.1 – Metodologia da pesquisa: história oral, memória e análise documental	26
2.2 – Procedimentos metodológicos: documentos da CEIS/UFRGS, jornal Correio do Povo e entrevistas	38
2.2.1 - Documentos da CEIS/UFRGS	39
2.2.2 - Jornal Correio do Povo	40
2.2.3 – Entrevistas	41
CAPÍTULO 3 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	44
3.1 – O contexto internacional: a guerra fria	45
3.2 – O contexto da América Latina: imperialismo, anticomunismo e ditaduras pró-EUA	54
3.3 – O contexto do Brasil: imperialismo, repressão social e o golpe civil-militar	62
3.3.1 – O contexto político	62
3.3.2 - A efervescência social e política da década de 1960	66
3.3.3 – O governo de João Goulart, as reformas de base e o golpe civil-militar	69
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DOS DADOS	75
4.1 - Análise dos documentos da CEIS	75
4.2 - Análise do jornal Correio do Povo	90
4.3 - Análise das entrevistas	104
4.3.1 – Os antecedentes do golpe	104
4.3.2 – A política estudantil	116

4.3.3 - O golpe militar	123
4.3.4 - Institucionalização do golpe e repressão	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	144
APÊNDICÊS	150
APÊNDICE 1 – Lista dos documentos da CEIS/UFRGS (1964) analisados na pesquisa	151
APÊNDICE 2 – Lista de reportagens do jornal Correio do Povo (1964) analisadas na pesquisa	154
APÊNDICE 3 – Quadro informativo dos sujeitos entrevistados na pesquisa	174
ANEXO – Ficha recebida por Annibal G. de Barros Cassal citando fatos dos quais o depoente deveria defender-se na CEIS/UFRGS	176

INTRODUÇÃO

A constituição de um pesquisador

É fundamental para a compreensão da pesquisa, entender as subjetividades que constituem o pesquisador, visto que o distanciamento e a neutralidade entre o mesmo e os sujeitos de pesquisa, defendidos pelo paradigma científico dominante, podem ser considerado um mito.

O “eu” pesquisador, ao estudar seu “objeto de estudo”, não pode desvincular ou deixar de lado o seu olhar e as suas interpretações, como quem troca uma roupa por outra, do seu “eu” humano. Humano aqui entendido enquanto sujeito histórico, cultural, político, econômico e social.

Enquanto sujeito-pesquisador, somos constituídos por subjetividades e concepções de mundo que servem como “lentes” pelas quais enxergamos os “objetos de estudos” e, portanto, negando a existência de uma pretensa idéia de neutralidade.

Algumas memórias

Inicialmente, acredito ser importante dizer que desde criança, quando indagado sobre o que gostaria de ser quando “fosse grande”, o principal critério para a escolha da futura profissão era o de poder ajudar as pessoas. Primeiro queria ser “motorista de patrôla”, porém, depois queria ser médico, pois achava que poderia ajudar as pessoas.

Durante um tempo, quis ser bombeiro pelo mesmo motivo e, posteriormente, padre.

Acredito ser impossível falar da minha formação, enquanto pesquisador, sem falar da trajetória escolar que percorri. Nas séries iniciais (numa escola rural), acredito que não era um aluno de destaque, era do tipo “comportado”. Lembro muito das provas de Estudos Sociais, para as quais passava muito tempo decorando a matéria para a prova. Na terceira série, quase rodei, na verdade acredito que fui reprovado, mas a professora-diretora conversou com minha mãe e condicionou a aprovação à ida a escola durante as férias, para ter aulas de reforço. Estas aulas ajudaram-me nos anos seguintes.

Na quinta série, troquei de escola e as notas melhoraram. Neste ano, tive dificuldades para me adaptar às novas aulas de História de um professor que fazia as avaliações diferentes das quais estava acostumado, ou seja, não tinha que decorar a matéria, mas pensar. Acredito que estas aulas foram fundamentais para gostar de História. Naquele ano, aconteceu em Carlos Barbosa uma feira de ciência onde os melhores trabalhos das escolas eram apresentados no salão paroquial durante um dia inteiro. A experiência apresentada pelo meu grupo era a de transformar água salgada em água potável, com a justificativa de ajudar a humanidade futuramente. Inicialmente ninguém acreditava que poderia dar certo, porém, com a ajuda de meu pai, construímos a "engenhoca" que foi escolhida para representar a escola no âmbito municipal e, posteriormente, escolhida como a melhor experiência da quinta série do município. Mais que o prêmio recebido, esta foi a oportunidade de inserção no "mundo científico" e pela qual me senti capaz de contribuir com o mundo.

No ano seguinte, o município realizou o I Concurso Literário que envolveu as escolas da cidade divididas em categorias e em estilos literários, como crônicas, histórias em quadrinhos e poesias. Escrevi uma crônica chamada "O Sufoco de Um Gordinho" na qual retratava alguns dos dramas vividos por um gordinho (eu), muitas vezes excluído. A crônica ganhou o segundo lugar na categoria e foi publicada no jornal de Carlos Barbosa, o que é claro, fez mais uma vez sentir-me capaz.

Aos doze anos fui para o seminário para ser padre, permanecendo cinco anos na Congregação dos Pobres Servos da Divina Providência. Cursei a sétima e oitava série no Seminário Apostólico Nossa Senhora de Caravaggio e todo o segundo grau no Centro de Orientação Vocacional São João Calábria. É impossível desvincular minha vida deste período de educação, sobretudo, moral e religiosa; neste sentido necessito ressaltar aqui o vínculo e o

trabalho desta Congregação com os meninos de rua, presidiários, leprosos, enfim, com os excluídos de nossa sociedade. Foi então, que despertei o olhar para a realidade excludente do mundo em que vivemos, juntamente ao inconformismo, surgiu o compromisso em tentar transformá-lo. No período de três anos em que cursei o segundo grau em Porto Alegre, tive a oportunidade de trabalhar diretamente com estas pessoas excluídas, entrar nas favelas e nas moradias destas pessoas, ver a realidade, ou seja, a fome, a miséria, as condições de moradia de muitas daquelas famílias. Trabalhei diretamente com crianças e jovens provenientes das favelas e transformei minha vida para sempre: via naquelas crianças e jovens o Cristo que buscava e para o qual rezava todos os dias na Igreja (a fé ganhou uma materialidade).

Em 2002, no ano da campanha eleitoral que acabou elegendo Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente do Brasil, tive a oportunidade de participar de vários debates no âmbito da escola, de assistir aos programas políticos e de participar de um comício de Lula em Porto Alegre, quando me empolguei muito e assumi minha posição pelo Partido dos Trabalhadores. A própria efervescência da cidade foi importante para a tomada de posição a qual sigo até hoje. Muito mais que o partido, são as idéias que o partido defende que vão ao encontro do que penso e almejo como projeto para um mundo melhor.

Depois de cinco anos no seminário, decidi mudar de caminho e voltei para casa. Percebi o quanto as pessoas reclamavam da sua vida e não valorizavam o que tinham, me indignava ouvir tantas lamentações depois de conhecer a realidade dos meus irmãos de Porto Alegre. No ano seguinte, iniciei minha faculdade de História, o que causou um grande conflito na minha concepção de mundo. Até então, acreditava que tudo no mundo acontecia de acordo com a Providência Divina (influência do carisma da congregação) e me confrontei com a idéia de que o homem é o sujeito da História. Os pilares que sustentavam minha concepção de mundo foram abalados e precisei me resignificar. Nesta resignificação, tenho que citar o nome do Professor Lino Casagrande, de História da Filosofia, que afirmou numa aula que "não é necessário que sejamos Católicos, mas que sejamos cristãos". A partir daí, pude fazer a síntese entre a tese e a antítese que me perturbava a vida naquele momento.

Durante os quatro anos de faculdade, destaco ainda a participação na Semana Acadêmica de 2004, cujo tema era os 40 anos do Golpe Militar de 1964, que me despertou a atenção pelo tema o qual hoje pretendo pesquisar. Não posso deixar de manifestar o aprendizado que tive nos corredores e no movimento estudantil, principalmente nos movimentos contra os aumentos das mensalidades em que percebia o quanto era importante a

mobilização de todos e, ao mesmo tempo, a indiferença de muitos em relação ao seu papel de espectador e não sujeito da História. Foram momentos de aprendizados inesquecíveis e de conscientização política que provavelmente não teria em nenhuma aula.

Foi no curso de História que conheci e passei a estudar o marxismo, matriz teórica que constitui a análise histórica até hoje. Marx significou as idéias e minha trajetória de compromisso com a transformação do mundo que já tinha entrado em contato. A partir de Marx, o comunismo e o cristianismo se aproximaram e caminham juntos em relação a utopia de mundo que penso.

Em 2005, comecei a trabalhar de estagiário na escola em que havia estudado na 5ª e 6ª séries. Meu trabalho situava-se, principalmente, na secretaria da escola, porém, como estagiário, acabava fazendo de tudo na escola. Apaixonei-me pela escola e pelas pessoas que faziam parte dela. Percebi que aquele lugar poderia também transformar o mundo e a realidade daquelas pessoas. Este trabalho na escola me motivou a fazer o Mestrado em Educação e, por meio dos meus estudos, contribuir para mudar a educação do nosso país e assim, conseqüentemente, continuar sonhando em mudar o mundo.

Mesmo que soe como utópica esta vontade e pretensão em querer "transformar o mundo", tenho consciência que este processo não pode ser individual e/ou de cima para baixo (via tomada do poder do Estado). Aprendi, através das poucas leituras que fiz de Antonio Gramsci, que posso, enquanto intelectual orgânico, contribuir para construção de uma contra-hegemonia e enxergar no meu horizonte uma "utopia possível". Isto que motiva meus estudos e a pesquisa: a possibilidade de, através da desconstrução, contribuir para a construção de um mundo melhor.

Talvez seja importante ainda dizer que saí da faculdade, onde tive poucas experiências em pesquisa, e iniciei o mestrado no ano seguinte sem saber ao certo que pós-graduação referia-se à pesquisa. Sou um jovem muito jovem que iniciou seu aprendizado como pesquisador no mestrado. Isto foi um desafio da minha vida, o qual encarei com muita seriedade e responsabilidade, principalmente por perceber que as pessoas que me cercam esperam muito de mim (sinto que existe uma certa áurea divina que paira quando se fala em mestrado e doutorado). Busco sempre na vida a humildade no relacionamento com todos, mas sei que sou privilegiado em poder fazer um mestrado e, por isso, me dediquei ao máximo para realizar a presente pesquisa e espero que a mesma possa acrescentar algo à comunidade

acadêmica e à realidade em que vivo.

Aproximação com o tema

Acredito que foram importantes para a aproximação com o tema algumas falas que ouvi: falas do tipo “*a ditadura tinha que voltar*”, “*naquele tempo sim que era bom, não tinha essa bagunça*”. Sempre ouvi estas falas e me perguntei o que poderia haver de bom naquele tempo e que contrariava os meus estudos na graduação de História. Ao mesmo tempo em que estudava na graduação o regime ditatorial brasileiro e os seus mecanismos de poder (torturas, desaparecimentos, seqüestros, etc), ouvia falas de pessoas louvando este período recente da história de nosso país. Acreditei que por ser jovem e não ter vivido este período histórico, explicaria a minha incapacidade de ver os aspectos positivos da ditadura civil-militar no Brasil.

Percebi ao longo dos anos de estudos e de análise, que as repercussões da ditadura militar não se deram de maneira uniforme em todos os lugares e para todas as pessoas. São diferentes variáveis que compõem a memória e as visões sobre o mesmo período: inicialmente é necessário considerar o acesso a informação, nem todas as pessoas tinham o acesso a jornais, televisão, rádio, que mesmo censurados, contribuía para uma leitura maior da conjuntura política da época; um outro fator que penso ser importante, é considerar o lugar onde as pessoas vivem. Em outras palavras, tenho que considerar que as pessoas que viviam em grandes cidades tinham maiores possibilidades e acesso a informações do que pessoas que viviam no interior de uma pequena cidade da serra gaúcha.

Percebi que a educação do período poderia ter uma influência na constituição da memória das pessoas que viveram neste período. Se uma educação neutra é impossível, como afirma Paulo Freire (2007, p.99), compreendo que a educação do período tenha contribuído na visão destas pessoas sobre o período hoje. Assim, me interessei em pesquisar a História da educação deste período. O fato de não ter vivido o momento histórico que pesquisei pôde, por um lado, dificultar a pesquisa e me desafiou a aprofundar minhas leituras e estudos, mas por outro lado, permitiu um distanciamento do “objeto” de estudo, o que permitiu um olhar diferente do que se eu tivesse vivido o período. Nem melhor, nem pior, mas diferente. Afinal, todo ponto de vista é visto de um ponto.

Pretendi, pois, entender melhor aquele específico momento em torno do golpe militar de 1964, escolhendo como foco de pesquisa ex-estudantes inquiridos pela Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), instalada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no dia 18 de maio à 5 de agosto 1964, afastando da UFRGS, no final das investigações, dezoito professores¹.

Ao me propor pesquisar jovens investigados, tive que tomar alguns cuidados por ter um olhar um tanto romântico em relação a estes sujeitos. Tentei tomar cuidado no desenvolvimento da pesquisa e procurei o rigor e o distanciamento necessário, não sei se o suficiente, para que as paixões políticas não cegassem o processo de investigação. Acredito que o papel da pesquisa, entre outras coisas, é contribuir para desmistificar a história e não construir heróis ou mitos.

A presente pesquisa trata em seu primeiro capítulo, “Construindo o problema de pesquisa”, fazendo algumas considerações importantes em relação ao processo de construção do problema de pesquisa vinculando-a com alguns aspectos da minha vida que justificam o interesse pelo tema além de esclarecer do que se trata a investigação. A seguir, o capítulo 2 intitulado “A metodologia e os procedimentos metodológicos” aborda aspectos que fundamentaram metodologicamente a pesquisa e alguns aspectos práticos vividos em relação aos procedimentos e técnicas utilizadas. O terceiro capítulo, “Contextualização histórica”, como já cita o próprio nome, busca fazer uma contextualização histórica da conjuntura nacional e internacional em que o foco da pesquisa está centrado, ou seja, o ano de 1964. No capítulo 4, “Análise dos dados”, trata justamente da análise dos dados, documentos da CEIS/UFRGS, matérias do jornal Correio do Povo em 1964 e das cinco entrevistas realizadas, que tentaram responder ao problema de pesquisa. Por fim, som ditas algumas considerações finais em relação ao processo de aprendizagem e de pesquisa.

¹ Posteriormente desdobrarei maior detalhamento sobre esta questão.

CAPÍTULO 1 - CONSTRUINDO O PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 - O problema de pesquisa

O problema de pesquisa que norteou a presente investigação buscou saber como os trabalhos realizados pela CEIS da UFRGS, no ano de 1964, repercutiram na trajetória de vida dos estudantes a partir do processo a que foram submetidos. Nesta perspectiva, o objetivo da pesquisa pôde ser subdividido em duas dimensões: compreender como é rememorado o processo de investigação a que os sujeitos da pesquisa (ex-estudantes da UFRGS) foram submetidos através da CEIS em 1964 e identificar os possíveis desdobramentos deste fato nas trajetórias de vida dos mesmos.

1.2 - Considerações em torno do problema de pesquisa

O golpe de 1964, segundo os militares, serviu para defender a democracia. Mas diante da experiência democrática e de “efervescência” que o país vivia no pré-golpe, poderíamos afirmar que a ditadura veio impor uma “democracia controlada e limitada”; diante do medo

das classes dominantes da mobilização e participação das classes populares-perigosas. Foi preciso colocar as rédeas na democracia. Uma idéia contraditória, mas que efetivamente reflete a discrepância entre o discurso democrático e as ações de uma ditadura.

A universidade pode ser considerada um dos centros de resistência enquanto instituição que reúne a intelectualidade e que poderia questionar o golpe. A criação da CEIS tinha a função de reprimir, além de controlar os possíveis desvios da “ordem estabelecida”. Cada instituição-órgão da sociedade deveriam estar harmonizadas no mesmo ritmo (discurso e ação) para que o organismo funcionasse em ordem.

Após o golpe civil-militar, iniciou a “operação limpeza”, ou seja, a perseguição e repressão política e ideológica dos diferentes setores da esquerda brasileira. Tais ações basearam-se na Doutrina de Segurança Nacional de combate ao comunismo. No dia nove de abril de 1964, entrou em vigor o Ato Institucional nº 1 (AI-1), assinado pelo Comando Supremo da Revolução, que buscou “consolidar a vitória da revolução”. O artigo sétimo, legitimou as investigações sumárias e a repressão no país:

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham atentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.

§ 2º - Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal.

§ 3º - Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

§ 4º - O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade. (BRASIL. Ato Institucional (nº1), de 9 de abril de 1964)

Posteriormente, o decreto nº 53.897, assinado por Castello Branco no dia vinte e sete de abril de 1964, regulamentou os artigos sétimo e décimo do AI-1. O decreto criou a Comissão Geral de Investigações (CGI), com a função de promover as investigações sumárias. Tal comissão, vinculada à Presidência da República, teve em sua composição três membros escolhidos pelo presidente. Os ministérios poderiam realizar as investigações que julgassem convenientes, poderiam ser feitas pela respectiva comissão, mediante representação dos governadores dos estados e prefeitos municipais, ou quando a CGI julgasse conveniente. O artigo quinto do decreto afirmou que seria dada a oportunidade de defesa, oral ou escrita, ao indiciado (BRASIL. Decreto nº 53897, de 27 de abril de 1964)².

Após o golpe, o reitor Elyseu Paglioli da UFRGS foi afastado do cargo e o vice-reitor, Pery Pinto Diniz da Silva, optou pela renúncia. Interinamente, assumiu Luis Leseigneur de Faria, “até que José Carlos Fonseca Milano, confirmado por Castello Branco a partir de lista tríplice a ele enviada pelo CONSUN [Conselho Universitário] da UFRGS, passou a ocupar oficialmente a função, em 18 de maio de 1964, nela permanecendo até 1968” (MANSAN, 2009, p.78).

No dia vinte de abril de 1964, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), através de telegrama que consta na íntegra na Ata da Reunião de Instalação da CEIS³, de dezoito de maio de 1964⁴, entrou em contato com a reitoria da UFRGS informando sobre a Portaria nº 259 que determinou a instauração de inquéritos nas universidades do Brasil:

EDREITOR PALEGRE RS. EXCELENTÍSSIMO SR MINISTRO VG POR PORTARIA 259 DE 20 CORRENTE VG DETERMINOU COMUNICAÇÃO URGENTE VG POR TELEGRAMA VG VOSSÊNCIA VG SEGUINTE TEOR REFERIDA PORTARIA O MINISTÉRIO EDUCAÇÃ ET CULTURA VG USANDO SUAS ATRIBUIÇÕES ET CONSIDERANDO TERMOS ATO INSTITUCIONAL SERÃO OBSERVADAS SEGUINTE NORMAS GERAIS PT NAS UNIVERISDADES INQUÉRITOS SERÃO MANDADOS INSTAURAR NAS INSTITUIÇÕES ENSINO ISOLADAS VG PELOS SEUS DIRETORES PT

² A CGI foi extinta no dia vinte e sete de outubro de 1964, pelo Decreto nº 54.609. (BRASIL, Decreto nº 54.609, de 26 de outubro de 1964). “O total de afastamentos sumários (cassações e expurgos) promovidos entre abril e outubro de 1964 chegou a quase 2.700 pessoas, segundo memorável reportagem veiculada no *Coojornal*” (DE PRESTES a Alencar Furtado: 4682 cassados, 1977, p.18 apud MANSAN, 2009, p.73).

³ A referida ata, segue na íntegra no Anexo 1.

⁴ UFRGS. CEIS. *Ata da reunião de instalação da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 18/05/1964, p. 2. UCS/CEDOC/LTM.

SEGUNDO RELATÓRIOS SERÃO REMETIDOS COM PARECERES CONCLUSIVOS AO MINISTRO ESTADO VG DENTRO PRAZO TRINTA DIAS A CONTAR VINTE ABRIL CORRENTE VG SEM PRORROGAÇÃO PT EDPESSOAL.

Segundo a correspondência, os inquéritos se dariam de forma isolada nas diferentes unidades de ensino, escolas e faculdades por seus diretores. As faculdades e institutos da UFRGS receberam um ofício do reitor José Carlos Fonseca Milano, que determinou a instauração de inquéritos para averiguar atos de subversão em cada unidade de ensino, porém as congregações responderam ao ofício comunicando a inexistência de subversão nas respectivas unidades e afirmando ser desnecessária a realização de inquéritos (HOLZMANN, 2008, p. 31). Outro telegrama, que também consta na Ata da Reunião de Instalação da CEIS de dezoito de maio de 1964⁵, foi enviado pelo Ministro da Educação e Cultura Flavio Suplicy de Lacerda ao reitor:

MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL PALEGRE RS
EM ADIANTAMENTO AVISO 705 DE 22 CORRENTE VG RECOMENDO VOSSA MAGNIFICÊNCIA ENTRE ENTENDIMENTO COMANDO III EXÉRCITO VG SOLICITANDO LHE INDICAÇÃO UM SERVIDOR MILITAR FIM ACOMPANHAR PROCESSOS SUMÁRIOS ARTIGO 7º ATO INSTITUCIONAL ESSA UNIVERSIDADE VG ASSESSORANDO COMISSÃO DESIGNADA VOSSA MAGNIFICÊNCIA NOS TERMOS NOSSA PORTARIA 259 DE 20 ABRIL PT CERTEZA CONTAR SUA COLABORAÇÃO SUBSCREVO ME CORDIALMENTE FLAVIO SUP LICY DE LACERDA PT MINISTRO EDUCAÇÃO.

Coube ao reitor a tarefa de designar à comissão. No caso da UFRGS, foi delegado a cada congregação a tarefa de nomear seus representantes. Também merece ser destacado a recomendação para o entendimento com o III Exército para que o mesmo designasse um

⁵ UFRGS. CEIS. *Ata da reunião de instalação da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 18/05/1964, p. 2. UCS/CEDOC/LTM.

representante, para acompanhar os trabalhos da comissão. O indicado pelo III Exército foi o Gen. Jorge César Garrastazu Teixeira.

A CEIS foi instalada no dia dezoito de maio de 1964, pela Portaria nº 885 do Reitor José Carlos Fonseca Milano, e foi composta por dezesseis membros indicados pelas faculdades, além da assessoria militar. No dia vinte e um de maio de 1964, conforme ata⁶, aconteceu a primeira reunião da CEIS onde foi aprovado um regimento para a mesma e definidas as subcomissões de investigações. A presente pesquisa destacará a repressão que a CEIS teve em relação aos estudantes.

Referente à CEIS da UFRGS, destaco a dissertação de Jaime Valim Mansan, intitulada “Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964 e 1969)”, defendida em 2009, que trata dos quarenta e um casos de expurgos de professores da UFRGS. O capítulo 2 da referida dissertação, “A ‘Operação Limpeza’ na UFRGS”, trata com bastante propriedade sobre a CEIS a partir de uma análise de muitos documentos, inclusive os disponíveis no Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (CEDOC/UCS) que utilizo nesta dissertação. A referida dissertação contribuiu com minha investigação, apesar de os problemas de pesquisa terem um foco diferente.

Ao longo da construção do projeto e do processo de definição do problema de pesquisa, busquei realizar uma revisão bibliográfica garimpando pesquisas relacionadas ao tema aqui em estudo. A pesquisadora Alda Judith Alves-Mazzotti salienta que a produção de conhecimento

É uma construção coletiva da comunidade científica, um processo continuado de busca, no qual cada nova investigação se insere, complementando ou contestando contribuições anteriormente dadas ao estudo do tema. A proposição adequada de um problema de pesquisa exige, portanto, que o pesquisador se situe nesse processo, analisando criticamente o estado atual do conhecimento em sua área de interesse, comparando e contrastando abordagens teórico-metodológicas utilizadas a avaliando o peso e a confiabilidade de resultados de pesquisa, de modo a identificar pontos de consenso, bem como controvérsias, regiões de sombra e lacunas que merecem ser esclarecidas. (2002, p.27)

⁶ UFRGS. CEIS. *Ata da 1ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária, 21/05/1964, UCS/CEDOC/LTM. 12p.*

Realizei a revisão bibliográfica de forma mais sistemática a partir do Banco de Teses e Dissertações da Capes⁷. Elaborei uma ficha na qual inseri os dados (título, autor, localização, resumo e site na íntegra) das teses e/ou dissertações encontradas para facilitar o processo de análise posterior. O período pesquisado foi o de 1987 a 2007.

No dia vinte e quatro de março de 2009, realizei a primeira parte da pesquisa. Através dos eixos temáticos “ditadura e memória” foram encontradas oitenta e uma dissertações e vinte e sete teses. Delimitando melhor a pesquisa, utilizei os termos “ditadura, memória e educação”, encontrei oito dissertações e apenas uma tese. A partir de uma análise dos resumos, destaco algumas pesquisas que se aproximam em alguns aspectos da que pretendo realizar. A dissertação de Cláudio Pinheiro (2006) busca, através da memória (entrevista com seis professores que atuaram no período), interpretar a postura de professores do antigo 2º grau da rede pública de ensino de Santo André, São Paulo, diante do regime político da época e de que forma mesmo repercutiu no seu trabalho docente.

A dissertação de Licia Maciel Hauer (2007) objetiva identificar e analisar os efeitos das várias ações repressivas e controladoras da direção do Colégio Pedro II durante os anos da ditadura analisando as relações de subordinação e resistência da comunidade escolar diante da gestão autoritária do mesmo. Esta pesquisa utiliza-se da metodologia da análise de documentos e entrevistas relacionando histórias de vida, fontes documentais e a história do colégio.

Com os termos “movimento estudantil e memória”, encontrei dez dissertações e quatro teses. A partir dos eixos “ditadura, memória e movimento estudantil”, na tentativa de aprofundar mais a pesquisa, foram encontradas apenas três dissertações, sendo uma delas, a já referida pesquisa de Licia Maciel Hauer, e nenhuma tese. Destaco o trabalho de Keides Batista Vicente (2006) que faz uma pesquisa do movimento estudantil goiano na década de 1960 utilizando-se de memórias de ex-militantes do período.

Com os eixos temáticos “ditadura, memória e universidade” foram encontradas treze dissertações e duas teses. A dissertação de Maria José Teixeira Lopes Gomes (2000) buscou

⁷ Disponível no site www.capes.gov.br

através da memória de professores estudar a Universidade Federal da Paraíba no período da ditadura a analisar através das memórias as representações que os sujeitos fazem de si mesmos enquanto professores do período. O resumo deu a entender que os professores sujeitos da pesquisa teriam sido expurgados-afastados, porém, não consegui até o momento localizar o texto na íntegra para aprofundar a leitura e análise.

Evidenciei que existem poucos trabalhos relacionados às memórias do movimento estudantil no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) e que, dentre os trabalhos relacionados ao tema, muitos tratam do movimento estudantil no ano de 1968 ou a partir deste.

1.3 - Sujeitos e fontes documentais

Desenvolvi a pesquisa com alguns estudantes da UFRGS que, logo após o golpe militar de 1964, foram literalmente investigados pela CEIS composta por professores de todas as faculdades e por um representante militar.

A comissão tinha um objetivo claro: investigar os “subversivos” e “comunistas” da universidade, fossem os mesmos professores ou alunos. A pesquisa utilizou-se da análise documental (depoimentos de alunos, atas das reuniões, ofícios, fichas de informações, telegramas) de parte do acervo do CEDOC/UCS⁸ do Fundo Laudelino Teixeira de Medeiros⁹. A partir desta análise, foram localizados alguns sujeitos (ex-estudantes) investigados com os quais realizei entrevistas semi-estruturadas.

Além da análise documental relativa aos documentos da CEIS, analisei o jornal

⁸ O Centro de Documentação de Universidade de Caxias do Sul (CEDOC), criado em 1988 por professoras do Departamento de História e Geografia - DHIG com o intuito de resgatar a história da universidade, funciona atualmente na Biblioteca Central da universidade em Caxias do Sul e conta com documentos relacionados à história da instituição e mais quatro coleções: Consulado da Itália, Estação Experimental de Viticultura e Enologia, Laudelino Teixeira de Medeiros e Oswaldo Fernandes Braga (CENTRO de Documentação da Universidade de Caxias do Sul, 2009).

⁹ A Coleção Laudelino Teixeira de Medeiros é composta pelas seguintes séries documentais: Vida Pessoal; Atuação Profissional (do qual fazem parte os documentos analisados referentes a CEIS); Produção Intelectual; Produção de Terceiros; Coleção de Mapas e Plantas e Coleção de Fotografias.

Correio do Povo no ano de 1964 com o objetivo de compreender melhor o clima de “efervescência política” do momento que culminou no golpe civil-militar que tomou o poder do Estado brasileiro: analisar as ações repressivas nos vários setores da sociedade, especialmente com as intervenções em órgãos do movimento estudantil e universidades. Também busquei identificar matérias relacionadas à CEIS noticiados pelo jornal¹⁰.

¹⁰ O Capítulo 2 aborda os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

CAPÍTULO 2 – A METODOLOGIA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 – Metodologia da pesquisa: história oral, memória e análise documental

Após tratar do que foi o foco da pesquisa e citar os instrumentos de coleta de dados, escrevo agora sobre os fundamentos da metodologia utilizada para responder ao problema de pesquisa que exigiu um esforço a mais em leituras e estudo visto que tinha uma bagagem de leituras sobre o tema de pesquisa, mas minha formação não fundamentou solidamente os caminhos metodológicos de um processo investigativo.

Ao definir história oral, encontrei diferentes nomenclaturas que trazem consigo diferentes concepções teórico-epistemológicas: fonte, técnica e metodologia. A definição de fonte refere-se aos documentos produzidos pela história oral a partir das entrevistas gravadas e/ou filmadas e posteriormente transcritas¹¹. Neste sentido, a história oral rompe e, ao mesmo tempo, amplia a concepção positivista e marxista dos documentos considerados legítimos à História: documentos escritos e oficiais.

A ampliação na noção de documento deu-se principalmente pelos estudos historiográficos da *École des Annales*. Ou seja, a corrente historiográfica da Nova História alargou a noção de documento ao mesmo tempo em que, a partir da década de 60 do século XX, foi expandido o interesse pelas pesquisas do cotidiano, a “história dos vencidos”, não registrada em documentos oficiais.

¹¹ Alguns pesquisadores questionam o termo “fonte” por estar associado à idéia de um lugar portador de recursos inesgotáveis. Não é esta a idéia aqui subentendida.

Os documentos escritos, até então privilegiados no cenário historiográfico, passaram a conviver com a multiplicidade de novas fontes, sendo, muitas vezes, por essas criticados. Contrariando a história positivista do séc. XIX e do início do XX, em que o (a) historiador (a) podia, confortavelmente, apoiar-se sobre os escritos do passado, para compor a análise historiográfica e afirmar cientificidade de seu trabalho – Fustel e Coulanges chegara a dizer que o melhor historiador seria aquele que se mantivesse mais próximo aos textos -, a nova história reclamava a utilização de diversas fontes para a elaboração historiográfica. (VIDAL, 1998, p.9).

Uma das particularidades da história oral é a de que o pesquisador participa da produção dos documentos e isso remete à responsabilidade na preparação e desenvolvimento da entrevista. A fonte oral, “ao contrário das escritas, é uma criação do próprio pesquisador, algo que se estrutura deliberadamente para passar e constituir uma fonte” (VIDIGAL, 1992, p.13). Desta forma, a história oral também contribui para o questionamento do conceito de documento como “verdade”. O distanciamento e a neutralidade da pesquisa científica da História estaria comprometida por este envolvimento.

Ao longo da década de 80, os historiadores foram abandonando a idéia de “resgatar” a história dos vencidos como o que realmente aconteceu. O uso da história oral e da memória foi muito criticado e exigiu fundamentação epistemológica a fim de ser reconhecida como metodologia para a pesquisa em História.

O principal alvo dessas críticas era a memória não ser confiável como fonte histórica, porque era distorcida pela deterioração física e pela nostalgia da velhice, por preconceitos do entrevistador e do entrevistado e pela influência de versões coletivas e retrospectivas do passado (FRISCH; HAMILTON; THOMSON, 1996, p. 66).

Clarice Nunes (2002/2003) destaca que a utilização das memórias como fonte histórica exige uma reflexão sobre a sua natureza. Afirma que o uso das memórias como fonte histórica supõe a possibilidade de articulá-las, ou seja, ter a compreensão da dimensão pessoal da memória que compõe o indivíduo e a dimensão social, onde o indivíduo insere-se. Nossas memórias integram as representações de “nós próprios para nós mesmos e os que nos rodeiam” (2002/2003).

Quando uma pessoa relata os fatos vividos por ela mesma, percebe-se que reconstrói a trajetória percorrida por ela mesma, percebe-se que reconstrói a trajetória percorrida dando-lhes novos significados. Assim, a narrativa não é a verdade literal dos fatos mas, antes, é a representação que deles faz o sujeito e, dessa forma, pode ser transformadora da própria realidade (CUNHA, 1998, p.39).

A definição técnica atribuída à história oral faz relação com o “conjunto de estratégias para o trabalho investigativo, sempre centrado na oralidade e nas variadas formas de se apreendê-la e de registrá-la” (PÁDUA, 2006, p. 30). A entrevista é o instrumento para compor a história oral e requer o rigor metodológico e técnico na sua preparação, realização, transcrição, interpretação e análise, além do devido tratamento para que a mesma seja disponibilizada para consulta de outras pesquisas.

A história oral tem sido definida como metodologia, pois propõe uma série de princípios teórico-metodológicos que norteiam a pesquisa e insere-se como uma modalidade de pesquisa qualitativa. Compreende que os sujeitos têm memória, uma cultura e uma história e que, a partir destas dimensões humanas, interpretam reflexivamente, significam e ressignificam o mundo que os cerca a as experiências vividas. Muito mais do que “objetos” de estudo neutros, estes sujeitos são capazes de revelar, dissimular ou esconder, através da oralidade inserida num contexto do presente, suas memórias diante do pesquisador conforme os seus interesses e conveniências (PÁDUA, 2006, 2006).

Luis Vidigal define a história oral como “um método de trabalho que incide sobre o passado dos inquiridos, sobre aspectos da vida social que não são geralmente passados a

escrito e cujo relato pessoal é filtrado pelo tempo e pelos percursos individuais” (VIDIGAL, 1992, p.6). É importante salientar que a história oral não busca resgatar uma verdade intacta presente num passado morto, mas considera a influência do presente e histórica dos sujeitos que narram suas memórias e ressignificam o passado. “O narrado é praticamente uma reconceitualização do passado a partir do momento presente, da pessoa com quem se está falando e do objetivo da narrativa” (KENSKI, 1994, p.48). Clarice Nunes afirma que “as memórias são narrativas produtoras de significados que promovem a fusão interior da intenção com as palavras” (2002/2003).

A memória não é sinônima de verdade, no entanto, isso não quer dizer que a memória mente. A memória do passado é influenciada pelo contexto do presente e por outras variáveis:

O Presente, e as suas necessidades ou limitações, afecta quer as visões pessoais sobre o passado, quer aquilo que o historiador está interessado em conhecer. Há que redobrar os cuidados, contando com a subjectividade e a diversidade subjacentes à própria fonte: a memória da testemunha é naturalmente parcelar, dependente do seu tipo de participação nos factos, é, por vezes, mesmo errônea ou adulterada por vivências posteriores àquelas que relata, ora tendendo para o exagero ora para a subvalorização (VIDIGAL, 1992, p.13).

Assim, a história oral produz conhecimento científico reconhecendo a pluralidade de interpretações históricas elaboradas pelas memórias e esquecimentos dos sujeitos-indivíduos, problematizando a concepção do paradigma dominante da ciência moderna que busca a “verdade única” produzida por um método neutro e objetivo.

Ao colocar-se na perspectiva do sujeito – um sujeito corpóreo, histórico, político, singular – porque único, e diverso – porque cultural, a História Oral encontra-se com a subjetividade. Ela se preocupa e dialoga com tudo o que é denso e intensamente humano. Com os afetos. Diferentemente de outras matrizes de pesquisa, que vêem a subjetividade como fator nocivo à pesquisa, a ser não só controlado, mas banido da

investigação social, a História Oral considera a subjetividade um elemento precioso, que compõe a vida, uma dimensão do humano a ser interrogada, a ser compreendida (PÁDUA, 2006, p.32).

Sem desconsiderar a dimensão subjetiva, é necessário compreender que a história oral não compreende que o conhecimento científico se dá somente pelos depoimentos dos entrevistados, mas entende que a pesquisa se dá na relação e no diálogo (fala e escuta) entre os sujeitos, pesquisadores e pesquisados, diferentes e carregados de subjetividades que, num exercício de alteridade, devem estabelecer uma relação ética de confiança e respeito: “o pesquisador precisa estar ciente de que vai estar invadindo a intimidade das lembranças e das marcas vividas pela outra pessoa com todos os riscos que essas recuperações possam trazer” (KENSKI, 1994, p.48).

Porém, o respeito às falas dos sujeitos pesquisados e as suas memórias não quer dizer que o pesquisador não tenha o necessário posicionamento crítico com relação a documento da história oral. Assim como os documentos escritos e oficiais devem ser interpretados de maneira crítica, as fontes orais também merecem o tratamento crítico (não veneração) e podem ser trianguladas com outros tipos de documentos a fim de ampliar a sua compreensão: “a complementaridade das fontes não se restringe ao acréscimo de dados à pesquisa, mas informa a diversidade de percepções da e sobre a época estudada” (VIDAL, 1998, p.15).

Como cada indivíduo é diferente, as memórias sobre um mesmo fato, como é o caso da presente pesquisa, não serão iguais. Apesar de alguns indivíduos terem vivido um mesmo fato histórico, cada sujeito terá uma determinada versão do momento em que viveu, e (re)significará, ao longo das suas experiências posteriores, a sua percepção sobre o mesmo. No momento do relato oral, a pessoa busca dar sentido e coerência ao seu passado, mesclando suas reminiscências com situações imaginárias.

A pesquisadora Vani Moreira Kenski ressalta a influência dos meios de comunicação em massa, principalmente da televisão, nas memórias dos indivíduos que dão origem a vivências artificiais imaginárias ressignificando as experiências concretas dos sujeitos¹². A

¹² Em seu texto, a autora traz um exemplo que acredito ter relação direta com minha pesquisa: “Não resta dúvida de que para as manifestações estudantis em passeatas contra o governo contribuíram os exemplos assimilados da história dos jovens estudantes em luta contra o regime repressivo dos anos 60. A tensão da época, a luta contra

pessoa que assiste a determinado programa televisivo incorpora esta nova experiência à sua subjetividade. Assim, no momento do relato oral, as pessoas dão sentido ao vivido reproduzindo inconscientemente uma leitura histórica apresentada pela televisão.

A vivência e as experiências históricas que os profissionais encenam na tela perdem o caráter ficcional para assumirem funções subjetivas, estabelecerem relações emocionais concretas que “marcam” os espectadores (não mais tele) como se fossem reais, no sentido tradicional do termo.

Na verdade essas vivências são reais uma vez que o assistir televisão (com todos os componentes de envolvimento imaginário decorrentes) fez parte da realidade dos sujeitos, passa a integrar as suas histórias de vida (1994, p.50).

Um dos conceitos que me chamou atenção foi levantado por um artigo do pesquisador Alistair Thomson (1997), em que o mesmo traz algumas discussões sobre questões da memória e a história oral a partir da experiência de uma pesquisa realizada no início da década de 1980 com ex-soldados australianos da classe trabalhadora da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), conhecidos como Anzacs ou diggers (escavadores), buscando analisar como as experiências e memórias destes sujeitos enquadravam-se nas lendas componentes da nacionalidade da Austrália. A pesquisa identificou alguns contrastes entre a história oral e as lendas dos Anzacs. Percebeu que as reminiscências expostas nas entrevistas estavam entrelaçadas com a lenda nacional sobre as suas vidas. “Muitos tinham lido a história oficial sobre a guerra e contavam casos como se estes fizessem parte de suas próprias experiências” (1997, p.55). Ao constatar a influência da lenda nas reminiscências destas pessoas, Thomson formulou o conceito da “composição”, que significa o processo pelo qual “Compomos nossas lembranças para dar sentido a nossa vida passada e presente” (p.56).

Ao expor as experiências do passado, o indivíduo utiliza-se das imagens e da

os militares, a clandestinidade, a violência e a tortura apresentadas na série [Anos Rebeldes] foram captadas, ‘vivas’ e influenciaram o comportamento dos jovens telespectadores que, em muitos casos, não eram nem nascidos na época em que as situações apresentadas na série ocorreram realmente. Mas a essa altura não importa. O que foi visto e sentido através da história criada pela televisão, foi virtualmente vivido e assimilado pela memória como vivência real. E muitos foram os adolescentes que se moldaram pelo comportamento dos heróis da série para participarem das passeatas” (1994, p.50).

linguagem do público que escuta o relato, mas que não conseguem expressar perfeitamente as experiências pessoais. As vivências do presente possibilitam novas compreensões sobre o passado. Os sujeitos escolhem, conscientemente ou não, as memórias a serem recordadas e relatadas conforme as circunstâncias do presente.

Um outro sentido ao conceito de composição apontado pelo autor é a necessidade de compor um passado com o qual se possa conviver. Há uma relação dialética entre a memória das experiências passadas e a identidade atual dos sujeitos. Ao expor, através da oralidade, nosso passado, o fazemos a partir de quem somos agora, isto é, da nossa identidade.

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas do nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido. Reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes. (THOMSON, 1997, p.57)

Do mesmo modo, como pesquisador não posso deixar de considerar que o estudo supõe trabalhar com reminiscências de um tempo difícil, talvez com marcas dolorosas. Com respeito a isso, segundo Thomson, a composição tenta estabelecer constantemente uma coerência pessoal às experiências traumáticas e dolorosas. Porém, o processo da composição aparentemente pessoal é inteiramente público, na medida em que as reminiscências e identidades buscam afirmação correspondendo aos mitos, lendas e histórias oficiais aceitas e reconhecidas pelo meio em que o indivíduo está inserido. Nossas reminiscências são compostas de maneira a serem reconhecidas e confirmadas (1997, p.59), constituindo o resultado da tensão entre a história pessoal e a história pública.

Ainda segundo o mesmo autor (1996, p. 70-72), o método da história oral impõe alguns dilemas éticos e políticos aos pesquisadores. Recordar o passado pode ser uma

experiência difícil para os sujeitos entrevistados, por isso é necessário sensibilidade por parte do pesquisador para que os seus interesses não se sobreponham às subjetividades que constituem o ser humano. Um segundo dilema apontado é a utilização das memórias como forma de contestar os “mitos históricos”, às vezes, sustentados pelos próprios pesquisados, mas, se as histórias de vida forem exploradas de forma coletiva, podem ajudar a “reconhecer e valorizar experiências que foram silenciadas, ou a enfrentar aspectos difíceis e dolorosos de suas vidas” (1996, p.71).

Clarice Nunes, por sua vez, afirma que existe a necessidade da sociedade priorizar a memória com o objetivo de “vencer a morte”. A partir da segunda metade do século XIX, a sensibilidade em relação à morte muda: ela passou a ser recusada e, na tentativa de sermos lembrados, surgem à escrita da história e de trabalhos de memória, buscando superar o esquecimento causado pela morte.

Queremos ser lembrados e, se possível, amorosamente. Essa motivação, porém, traz implícita a concepção de que a passagem do tempo tudo apaga. Daí a intenção deliberada de proteger as lembranças dos nossos mortos contra a corrosão avassaladora (2002/2003).

Com o objetivo de desnaturalizar o esquecimento surgem os lugares de memória, os museus, os arquivos, enfim, a memória não é espontânea e por isso precisa ser motivada. No entanto, a autora afirma existir dois tipos de esquecimento: o que constitui a memória e o que a silencia. O primeiro esquecimento refere-se ao fato da impossibilidade de vivermos lembrando de tudo; o segundo, que a memória apaga recordações na medida em que repetimos gestos e palavras (2002/2003). Ainda tratando do esquecimento, a referida autora aborda outra perspectiva.

Também podemos usar o esquecimento de forma conveniente. Arrumamos a memória de acordo com nossos sentimentos e crenças e realizamos um grande investimento para esquecer parte das nossas vivências, talvez até maior do que o esforço para mantê-las. Nesse sentido, esquecer é um ato político que não se reduz à dimensão do Estado. A caracterização dessa luta entre a lembrança e o esquecimento pode ser ilustrada por um aforismo nietszcheano que denuncia não só a forma pela qual fazemos certas escolhas, mas também o que está em jogo no ato de esquecer (GONDAR, 2000, p.37 apud NUNES, 2002/2003).

Depois de trazer tais aportes, talvez caberia perguntar: mas, afinal, existe diferença entre história e memória? Júlio Pimentel Pinto afirma que, apesar de aparentes semelhanças, história e memória diferem. Enquanto a história constitui um campo de produção de conhecimento através da problematização e da crítica, a memória recupera as histórias das experiências vividas sendo possível à incorporação de um grau de sacro e de mito (2001, 297). Há uma distinção entre o ofício do lembrar (memorioso) e do historizar (historiador).

Pela amplitude dos significados que abre, a memória, expressa em seus lugares, distancia-se da história e dialoga com ficção, situando-se a meio caminho entre ambas. Surge a necessidade de que se faça história sob a perspectiva de uma “história da memória”, reiterando a base crítica sobre a qual opera o historiador, fundamento de uma historiografia que principia quando a obsessão apaixonada da memória é posta em suspenso e o passado é percebido pelo filtro da razão. Se, por um lado, memória e história conciliam-se no exercício historiográfico, por outro, não se perde sua distinção de origem, não se dissolve o local dissonante de atuação do historiador e do memorioso, cada um respondendo diversamente ao chamado do passado e às agruras do presente (PINTO, 2001, 297).

Mais uma vez é importante salientar palavras de Clarice Nunes, quando refere que considerar a memória como fonte para a produção de conhecimento é subordiná-la à História. Assinala que o historiador desloca as narrativas dos seus contextos originais e forja o passado a partir da defesa de um ponto de vista. A História exerce o papel do controle da memória visto que constrói, a partir dos aportes teóricos e confronto com outras fontes, narrativas estáveis e formais, permitindo conexões que são arbitrárias e conceituais colocando sob

suspeita os narradores de memórias (2002/2003). Maria Stephanou, tratando das diferenças entre História e memória, afirma que “Cabe à história dessacralizar a memória enquanto tradição. Enquanto a memória é a vivência presente do passado, a história é a representação do passado” (1998, p.138). A mesma autora também enfatiza que trabalhar com a memória constitui tarefa complexa, pois exige, entre outras coisas, estar atento para não radicalizar a defesa de princípios essencialistas e identitários (p. 136).

Beatriz T. Daudt Fischer lembra também que trabalhar com a memória supõe criteriosa responsabilidade:

Ao direcionar o objeto de pesquisa para novas possibilidades, como é o caso aqui desenvolvido, articulando depoimentos vivos e materiais impressos, incide-se em descobertas sequer antes imaginadas, algumas inclusive com conotações éticas de singular importância. Na trama de relações de poder, em que os sujeitos estiveram situados ao longo de suas carreiras profissionais, é possível inclusive identificar interesses e motivações não absolutamente passíveis de publicização. Por outro lado, essas mesmas circunstâncias investigativas podem, ocasionalmente, favorecer a descoberta de projetos que ficaram à margem, ou mesmo abortados desde sua gênese (2005, p.23).

Importante assinalar que, ao mesmo tempo em que me utilizei da história oral e da memória dos sujeitos para tratar de um fato histórico, meu problema de pesquisa trabalhou com “história de vida temática”, pois analisei as repercussões da experiência vivida em 1964 (CEIS/UFRGS) na trajetória destes ex-estudantes. Ao tentar compreender aquele acontecimento na vida destes sujeitos, foi necessário, mais do que acreditava ser necessário inicialmente, adentrar em suas histórias de vida, focando em especial o período em torno daquele momento histórico. Ou seja, para os objetivos deste estudo, foi desnecessário colher dados desde a infância dos sujeitos e demais pormenores (indispensáveis em se tratando de história de vida). Interessou, sim, ouvir suas narrativas referindo à trajetória posterior, para poder identificar (ou não) possíveis desdobramentos, tendo como pano de fundo o fato de ter passado pela referida investigação sumária.

Ainda retomando questões de base metodológica, importa trazer Guita G. Debert (1986), quando aponta algumas vantagens na utilização da história oral: propor um ponto de vista alternativo à documentação oficial e a possibilidade que a história de vida proporciona de manter um diálogo¹³ entre o informante e o analista. Esclarece, porém, que existe uma incompatibilidade entre os dois fatores, pois no primeiro espera-se que a história de vida resgate a verdade sobre o passado, quando o que podemos esperar é “que a partir dela, da experiência concreta de uma vivência específica, possamos reformular nossos pressupostos e nossas hipóteses sobre um determinado assunto” (1986, p. 142).

Tratando dos problemas relativos ao uso da história de vida e história oral a autora acredita ser ingênua a idéia de que é possível resgatar uma história a partir do ponto de vista dos dominados e destaca para a relação passado-presente da memória: “O que interessa à história não são apenas fatos passados, mas a forma como a memória popular é construída e reconstruída como parte da consciência contemporânea” (1986, p.151).

Verena Alberti (1989), por sua vez, ao tratar do uso da biografia dos sujeitos na elaboração dos roteiros individuais das entrevistas, estabelece uma distinção entre entrevistas temáticas e histórias de vida. Nas entrevistas temáticas - que se aproxima das utilizadas nesta pesquisa - o objetivo não é a trajetória de vida do sujeito, embora considere importante o conhecimento da biografia do mesmo para ampliar a compreensão do relato, mas os depoimentos buscam conhecer as marcas do indivíduo no envolvimento com o tema: a “trajetória extensa do sujeito, desde a infância até momentos atuais, não faz parte do roteiro individual de entrevistas temáticas. O que se inclui neste roteiro são os dados biográficos relativos àquele período ou tema” (1989, p.62).

Além de realizar a pesquisa através da história oral, busquei também responder ao problema de pesquisa através do método da análise documental¹⁴. Neste sentido é interessante lembrar que, embora alguns historiadores tenham dificuldades para reconhecer a educação

¹³ Guita G. Debert chama atenção para dois aspectos que devem ser considerados neste diálogo entre o pesquisador e os sujeitos: “Em primeiro lugar, para a violência implícita no procedimento que envolve a imposição, aos informantes, de categorias que não lhes dizem respeito, vindas de uma teoria exterior a eles ou ao conjunto de valores próprios do pesquisador. Em segundo lugar, para a importância de darmos aos informantes de nos levar a ver outras dimensões e a pensar de maneira mais criativa e problemática que, através deles, nos propomos a analisar” (1986, p.142).

¹⁴ A metodologia de “análise documental” é entendida e diferenciada das demais como a análise de documentos escritos, concepção marcada pelo paradigma positivista de ciência e de documento. Acredito, porém, que à história oral também pode ser atribuída à denominação de “análise documental” na medida em que compreendo a memória e a oralidade como documento.

como campo de pesquisas historiográficas, os educadores passaram a entrar nos arquivos, “com a curiosidade inquieta por novos temas, com uma capacidade de interlocução mais madura com outras áreas do conhecimento e, sobretudo, com o arrefecimento do viés imediatista, utilitarista e moralista” (CORSETTI, 2006, p.35).

Berenice Corsetti (2006) afirma também que a História da Educação utilizou-se durante muito tempo de fontes oficiais escritas para realizar suas pesquisas tratando da História Oficial. No movimento da História enquanto ciência aconteceu o alargamento dos temas abordados e do uso das fontes, denominado pela autora de “revolução documental”. Passou-se a compreender que “a História se faz a partir de qualquer traço ou vestígio deixado pelas sociedades passadas e presentes e que, em muitos casos, as fontes oficiais são insuficientes para compreender aspectos fundamentais” (p.35-36).

A referida autora também salienta a necessidade de problematizar as fontes como portadoras da verdade, além da necessidade de problematizá-las através do cruzamento e confronto de fontes e de dar o devido tratamento metodológico aos documentos.

Como já abordado anteriormente, a presente pesquisa analisou os documentos da CEIS da UFRGS e o jornal Correio do Povo de 1964. A utilização da análise documental e da história oral justifica-se na tentativa de estabelecer e compreender diferentes pontos de vista referentes ao mesmo problema.

O facto do investigador utilizar diversos métodos para a recolha de dados, permite-lhe recorrer a várias perspectivas sobre a mesma situação, bem como obter informação de diferente natureza e proceder, posteriormente, a comparações entre as diversas informações, efectuando assim a triangulação da informação obtida (IGEA, et al., 1995 apud CALADO; FERREIRA, 2004/2005, p.1)

Ao tratar da análise de documentos, as pesquisadoras Sílvia dos Santos Calado e Sílvia Cristina dos Reis Ferreira (2004/2005) afirmam que o método constitui-se de duas etapas: a recolha de documentos e a análise. Ao recolher os documentos, recomenda-se uma pré-análise

que deve auxiliar na seleção dos documentos relacionados à pesquisa, visto que geralmente a quantidade de material “é excessiva para o tempo que o investigador dispõe nesta fase do projecto e, deste modo, ele é obrigado a escolher o que recolher e analisar” (p.5).

Na análise dos documentos, ressalta-se a necessidade da crítica externa e interna dos documentos. A primeira refere-se à autenticidade dos documentos e a segunda, considerada uma fase mais complicada, à problematização dos documentos, buscando responder algumas questões importantes: “de que tipo de documento se trata? que diz de facto o documento? quem o produziu? qual foi a finalidade? quando e em que circunstâncias foi produzido? será completo?” (Bell, 1993 apud CALADO; FERREIRA, 2004/2005, p.1).

2.2 – Procedimentos metodológicos: documentos da CEIS/UFRGS, jornal Correio do Povo e entrevistas

No decorrer da pesquisa, durante os dois anos e meio no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, acredito que vivenciei experiências importantes. A caminhada iniciou-se um pouco antes, no processo de seleção. Entrei no mestrado com muitas certezas que foram se desconstruindo ou, pelo menos, questionadas. A única certeza que sempre permaneceu foi a vontade de, através de acertos e erros, vir a tornar-me um pesquisador.

Foram vários os caminhos trilhados até definir realmente o que pesquisar. O problema de pesquisa, definido no projeto de qualificação como uma “metamorfose ambulante”, realmente tem este caráter visto que inicialmente foi mudado conforme já afirmei anteriormente, mas que constantemente foi questionado no decorrer da coleta de dados e da análise dos mesmos. A seguir, narro como foi o processo prático de encontro e tratamento dos três tipos de documentos que foram utilizados na pesquisa: inicialmente os documentos da CEIS/UFRGS, instalada em 1964, depois as matérias do jornal Correio do Povo no ano de 1964 e, finalmente, as entrevistas com cinco sujeitos, estudantes da UFRGS no ano de 1964.

2.2.1 - Documentos da CEIS/UFRGS

Durante as idas e vindas na tentativa de definir o problema de pesquisa no início do mestrado, decidi ir até o CEDOC/UCS – que havia frequentado diversas vezes durante a graduação - para procurar algum tipo de documentação referente ao período da ditadura. Solicitei documentos relacionados ao curso de História e/ou Pedagogia.

Em outra data, tive a surpresa de saber que os documentos referentes aos cursos da universidade não se localizavam neste arquivo, porém as arquivistas selecionaram outros documentos que inicialmente pensei que não iriam me interessar. Os mesmos são parte da documentação produzida pela CEIS que funcionou do dia 18 de maio até 5 de agosto 1964 na UFRGS, pertencentes ao professor Laudelino Teixeira de Medeiros, que dá nome à coleção e que foi um dos professores integrantes da CEIS.

Após uma leitura superficial, os documentos chamaram-me a atenção, mesmo sem nunca ter ouvido falar do que tratava tal comissão. Decidi então ter acesso a estes documentos, o que não me foi permitido através de fotocópias a fim de evitar a degradação dos mesmos. Comecei a digitar, em um computador do próprio CEDOC, um a um os documentos. Porém, ao chegar à etapa de digitar as atas (parte mais extensa), optei por fotografá-las.

Em uma tarde, fotografei todas as atas. Nesta oportunidade, a arquivista falou que iria digitalizar os documentos nos próximos dias e que poderia me fornecer as digitalizações em forma de CD. Comentou que o arquivo havia feito fotocópias destes documentos, devido à grande procura, e que poderia me emprestar. Ao procurar as fotocópias, não as encontrou. Em outra data, fui até o arquivo para conferir a fidedignidade do que havia digitado, então a arquivista disponibilizou-me as fotocópias encontradas de todos os documentos que me interessavam (inclusive dos que já havia digitado) para que eu pudesse fazer fotocópias. Na mesma hora, fiz duas fotocópias de cada documento: uma para utilizar e trabalhar na dissertação e outra que foi guardada para preservar a originalidade e prevenir de possíveis extravios.

De posse dos mesmos, pude fazer uma leitura mais detalhada destes documentos e, com a busca de informações sobre o que era a CEIS, direcionar o foco da pesquisa: decidi investigar os estudantes que foram inquiridos pela comissão, interessei-me em conhecer

melhor aqueles estudantes que foram investigados. Elaborei uma lista dos nomes citados nos documentos e, posteriormente, após definir que o foco da pesquisa estaria centrado nos estudantes, elaborei uma segunda lista, somente com os nomes de estudantes inquiridos pela CEIS, registrei os nomes e, a partir daí, iniciei a busca pelos sujeitos utilizando-me da internet.

Cabe destacar o papel do acaso no aparecimento destes documentos no início da pesquisa, que, aliás, constituiu-se num momento de indefinição ou redefinição. Quando entrei no mestrado, tinha certeza do que queria pesquisar. Mas com o decorrer dos estudos, leituras e orientações, as convicções passaram a serem questionadas por mim mesmo. Inicialmente as dúvidas causaram apreensão, mas aprendi que a pesquisa não se constitui somente de certezas e que as perguntas constituem elemento fundamental para desenvolver a investigação: a aprendizagem da pesquisa requer desconstruções de algumas certezas para a busca de novas respostas. Considero importante assinalar que não foi fácil enfrentar as dúvidas que iam surgindo, os questionamentos, e não somente os da orientadora, mas de mim mesmo através de leituras e estudos.

2.2.2 - Jornal Correio do Povo

Para melhor compreensão do período histórico, considerei importante analisar os jornais antigos da época estudada com o objetivo de entender melhor o clima da sociedade através das notícias produzidas na época. Assim, fui até a Universidade de Caxias do Sul/UCS, que disponibiliza para consulta edições antigas de jornais do nosso Estado, como o Correio do Povo e a Folha da Tarde. Optei somente pelo jornal Correio do Povo, devido ao tempo disponível e passei analisá-lo a partir do mês de janeiro (pré-golpe) até o mês de dezembro de 1964.

A partir de uma pré-análise, elaborei uma lista geral de notícias e demais matérias encontradas. Busquei fotografar as matérias em alta resolução por dois motivos específicos: o primeiro foi adquirir as mesmas para posteriormente analisá-las visto que não é permitido fazer fotocópias dos jornais; o segundo motivo foi no sentido de constituir um acervo para possíveis futuras pesquisas.

Decidi dividir o material em três níveis de acordo com a relação com o problema de

pesquisa que pretendo pesquisar: o nível A - refere-se a matérias jornalísticas relacionadas à CEIS; o nível B - refere-se a matérias que noticiam intervenções do Estado em algum órgão estudantil ou universidade, notícias relacionadas à educação e ditadura e matérias referentes à expurgos; por fim, o nível C - relaciona-se a fontes que caracterizam o período histórico estudado.

É preciso citar a dificuldade que tive em selecionar os documentos que estavam relacionados diretamente ao problema de pesquisa investigado. Diante dos jornais, foram selecionadas trezentas e seis reportagens que estavam relacionadas à pesquisa ou ao seu contexto histórico. Se por um lado, selecionar e catalogar os documentos demandou muito tempo, por outro lado, além de possibilitar inserção no tema e no período estudado, constitui um importante acervo de documentos que poderão servir como fonte para outras pesquisas.

2.2.3 - Entrevistas

A internet foi um grande aliado na busca dos nomes citados nos documentos, cada “pista” encontrada foi registrada em uma lista referente a cada sujeito. Além da internet e através desta, cabe salientar a disponibilidade e ajuda de muitas pessoas as quais respondiam meus e-mails, enviados sem mesmo conhecer-me. Após conseguir informações sobre os possíveis sujeitos da pesquisa, o próximo passo seria fazer os contatos para confirmar ou não, primeiro, se eram os estudantes citados nos documentos citados na CEIS e, segundo, se gostariam de participar da pesquisa através de uma entrevista. Resisti muito em entrar em contato com os mesmos, pois acreditava ser necessário ter mais clareza de meu problema de pesquisa.

Passei então a tentar contatos com as pessoas. A cada ligação, surgia o nervosismo e a apreensão do que falar e como falar. Mas, após o primeiro contato, a tensão foi aliviando na medida em que fui encontrando os sujeitos os quais, em sua maioria, disponibilizaram-se a participar da pesquisa¹⁵.

Em seguida, passei a estudar e escrever sobre o contexto histórico do período

¹⁵ Momentos frustrantes da pesquisa: quando conseguia contato (telefone) com possíveis sujeitos, conversava com os mesmos, confirmava que realmente eram ex-estudantes da UFRGS, investigados em 1964 e citados nos documentos da CEIS, mas se recusavam a participar deste trabalho de pesquisa.

estudado. Sabia da necessidade de entender o contexto para ampliar as possibilidades de entendimento e análise do tema específico da minha pesquisa. Posteriormente passei a fundamentar e, sobretudo, escrever sobre a metodologia, principalmente, em relação a história oral e memória, e como proceder da melhor forma a técnica da entrevista.

Importante assinalar que, mesmo com os contatos de cinco sujeitos confirmados, relutei por muito tempo para realizar as entrevistas. Acreditava não estar preparado, embora tendo feito leituras e estudos sobre como realizar a técnica da entrevista, sobre história oral e memória. Devo confessar que, como pesquisador iniciante, demorei para fazer as entrevistas talvez por medo de não fazer corretamente o processo.

Levei comigo nas entrevistas, além do gravador e de pilhas reservas, o diário de campo onde registrei os dados que tinha pesquisado sobre os sujeitos e informações que havia conseguido nas conversas que tivemos por telefone ou e-mail. Também levei: roteiro da entrevista semi-estruturada, uma reportagem do jornal *Correio do Povo*¹⁶ do dia dois de abril em que é anunciada a vitória do movimento rebelde, com o objetivo de relembrar o entrevistado sobre o momento do golpe militar. Quando os entrevistados eram ex-estudantes citados nos documentos da CEIS, levei os documentos que citavam os mesmos a fim de justificar como cheguei aos seus nomes.

O momento da entrevista com os sujeitos pode ser considerado de muito nervosismo, desde o instante em que tocava o interfone do prédio e falava com o mesmo até o momento em que a pessoa abria a porta e iniciávamos a diálogo. Uma das peculiaridades da entrevista é a relação humana entre sujeito e pesquisador. Inicialmente ficava pensando em o que falar e tinha medo de contrariar o entrevistado ou de ser indelicado, o que se intensificava no momento em que pedia se podia ligar o gravador para iniciarmos a entrevista. Com o decorrer da conversa, o nervosismo passava e a entrevista decorria normalmente. Antes de iniciarmos a entrevista, mostrei a todos as cinco pessoas entrevistadas o atestado obtido na qualificação deste projeto de pesquisa, a fim de adquirir uma maior confiança dos mesmos demonstrando o vínculo institucional com o Programa de Pós-Graduação em Educação e com a Universidade do Vale do Rio do Sinos. Além disso, expliquei os objetivos da pesquisa, bem como os motivos que me fizeram pesquisar este tema.

¹⁶ JOÃO Goulart abandonou Brasília enquanto se anuncia vitória do movimento rebelde. *Correio do Povo*, Porto Alegre, ano 69, n. 153, 02 abr. 1964. p.01

Iniciei as entrevistas pedindo para que os sujeitos falassem brevemente sobre sua história de vida. Em seguida, questionei os mesmos sobre como recordavam dos primeiros anos da década de sessenta, ou seja, como relembavam da sociedade no período pré-golpe militar de 1964. Após, pedia que os mesmos falassem sobre as suas lembranças do golpe militar e, posteriormente, sobre o pós-golpe e as repressões que ocorreram nas entidades que cada um participava na época, sobretudo na universidade, para assim questionar os mesmos sobre a CEIS/UFRGS. Tentava criar um clima de informalidade, buscando também saber sobre suas trajetórias de vida a partir daquela época.

Realizada as entrevistas, o próximo passo dado foi fazer as transcrições das mesmas. Um aspecto que facilitou este processo foi que as entrevistas foram registradas com um gravador digital, formando arquivos de áudio que pude ouvir no próprio computador, tornando mais rápido o processo de transcrição das entrevistas. Mesmo com o auxílio da tecnologia, demorei muito tempo fazendo as transcrições, escrevendo literalmente cada palavra falada. Ou seja, todos os detalhes foram transcritos, pois acredito que não tinha o direito de suprimir partes que pra mim, pesquisador, poderiam ser consideradas menos importantes mas que, para o entrevistado, eram relevantes. Optei por transcrever tudo e depois os sujeitos da pesquisa decidiriam o que deveria ser retirado ou não da transcrição. Foi um trabalho que exigiu muito tempo para ser realizado, mas, enquanto pesquisador, considerei sempre a responsabilidade da elaboração das transcrições para que se tornassem documentos fidedignos e de qualidade.

Após transcritas as entrevistas, enviei as mesmas para os sujeitos da pesquisa para que pudessem conferir o conteúdo da mesma e fazerem as devidas correções. Além das transcrições, enviei o termo de consentimento para que pudesse utilizar as entrevistas¹⁷.

Pessoalmente, busquei as transcrições juntamente com os termos de consentimento¹⁸. Considero muito válida a experiência de poder conversar novamente com os sujeitos da pesquisa e ouvir sua opinião sobre as transcrições¹⁹.

¹⁷ Optei em não pedir a assinatura do termo de consentimento dos entrevistados no momento da entrevista, pois pela relação de confiança que deve existir entre pesquisador e entrevistado, considerei apropriado pedir que assinassem após conferir as transcrições, fazendo as devidas correções/complementações.

¹⁸ Após ter realizando as correções necessárias, enviei novamente as transcrições para os entrevistados.

¹⁹ A maioria dos entrevistados elogiou o rigor com que foram transcritas as entrevistas sendo que a maioria das correções foi em relação a sobrenomes de pessoas citadas e expressões de fala coloquial ou vícios de linguagem.

CAPÍTULO 3 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Não posso conhecer o todo se não conhecer particularmente as partes, e não posso conhecer as partes se não conhecer o todo.

Pascal

A construção de uma interpretação histórica mais complexa exige do pesquisador uma análise contextual e ampla, ou seja, a compreensão de um determinado fato histórico requer uma leitura abrangente do seu contexto histórico, afinal, os fatos históricos não nascem do acaso e não estão isolados uns dos outros e jogados num passado distante e desconexo.

Assim, busquei através deste capítulo, analisar o contexto histórico no qual o meu objeto de pesquisa está inserido a fim de que a compreensão do mesmo não esteja limitada a um determinado espaço de tempo e/ou lugar na medida em que entendo a História como um processo dialético e não como uma simples sucessão de fatos.

Verena Alberti destaca a importância do estudo temático para estabelecer uma melhor compreensão dos relatos orais e auxiliar na construção dos documentos orais.

É conhecendo amplamente o tema que o pesquisador pode otimizar seu desempenho e imprimir à produção dos documentos de história oral um alto grau de qualidade.

Através da pesquisa, é possível, por exemplo, situar com bastante clareza a atuação de determinado entrevistado no contexto das preocupações acerca do tema e preparar-se para dele obter um depoimento de grande valor para a pesquisa, formulando perguntas enriquecedoras para o diálogo e reconhecendo respostas significativas” (1989, p.46).

3.1 – O contexto internacional: a guerra fria

O panorama das relações internacionais que marcou a história mundial a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) foi o conflito constante das duas maiores potências econômicas do pós-guerra: os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), respectivamente, a primeira e a segunda maiores economias mundiais.

Em 1917, aconteceu na Rússia a Revolução Bolchevique que, sob a liderança de Lênin e Trotski, depuseram o czar Nicolau II e passaram de um Estado czarista para tornar-se o primeiro Estado socialista da História. A partir daí, iniciaram os conflitos, sobretudo ideológicos, entre socialismo e capitalismo, representados pela URSS e pelos EUA.

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, aconteceu a invasão das tropas nazistas ao território russo às quatro horas da madrugada do dia vinte e dois de junho de 1941, contrariando o Pacto germano-soviético, conhecido também como acordo Ribbentrop-Molotov, assinado por socialistas e nazistas no dia vinte e três de agosto de 1939 em Moscou (FERRO, 1995, p. 54). A partir daí, a União Soviética (URSS) entrou na guerra ao lado das forças aliadas (EUA, França, China e Grã-Bretanha) contra as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), ou seja, socialismo e capitalismo se aliam contra o nazismo. A criação das Nações Unidas, fundada oficialmente em vinte e quatro de outubro de 1945 com o objetivo de garantir a paz mundial, contou com o apoio de cinquenta e um países, incluindo a URSS e os EUA.

Porém, o fim da guerra marcou o início da bipolaridade política da guerra fria. A Conferência de Ialta realizada entre quatro e onze de fevereiro de 1945 entre os líderes

Franklin Delano Roosevelt²⁰ (EUA), Josef Stalin (URSS) e Winston Churchill (Reino Unido) decidiram pelo fim da Segunda Guerra Mundial e a divisão das zonas de influência na Europa Ocidental e Oriental do pós-guerra.

No dia seis de agosto de 1945 os EUA lançaram uma bomba atômica sobre a cidade japonesa de Hiroshima e três dias depois, foi a vez da cidade de Nagasaki ser atingida por outra bomba atômica. No dia quinze de agosto, o Japão assinou a rendição e a Segunda Guerra Mundial acaba oficialmente.

Segundo os norte-americanos, as bombas foram lançadas com o “objetivo de ‘salvar milhões de vidas’ e abreviar a guerra com os japoneses” (FERREIRA, 1989, p. 40), porém, a bomba tinha um significado muito mais diplomático do que militar²¹, ou seja, mostrar ao mundo, principalmente a URSS, o poder e a hegemonia dos EUA. Na Conferência de Ialta, ficou clara a força que os soviéticos teriam no mundo pós-guerra: seria necessário equilibrar as forças.

O poder de barganha dos soviéticos no leste da Europa era muito maior do que o dos aliados ocidentais, situação que mudou com o impacto da nova arma. Entre Yalta, em fevereiro, e Potsdam, em julho, houve a mudança de posição que permitiu aos Estados Unidos, graças à bomba, ficarem mais duros na mesa de negociações. O próprio Churchill escreveu: “Tínhamos agora em nossas mãos algo capaz de equilibrar a balança com os russos” (FERREIRA, 1989, p. 40).

Após o fim da guerra, através da Conferência de Potsdam, a Alemanha foi dividida em quatro áreas administrativas (EUA, França, Grã-Bretanha e URSS) e duas zonas de influência (capitalista e socialista). A capital Berlim também ficou dividida. Em junho de 1948, Stalin tentou unificar a cidade sob sua influência através de um bloqueio de todas as rotas terrestres

²⁰ No dia doze de abril de 1945, falece o presidente Franklin D. Roosevelt, assumindo o vice Harry S. Truman.

²¹ “Nem os principais chefes militares norte-americanos da época consideravam necessário o uso da nova arma. O comandante supremo das forças aliadas na Europa, general Dwight Eisenhower, registrou em suas memórias (*Mandate for Change*) que ‘não era necessário ameaçar o Japão com aquela coisa pavorosa’. E antes de ser usada a bomba, todos os membros do Estado-Maior Conjunto advertiam que o Japão seria forçado a se render incondicionalmente sem essa arma e sem uma invasão.” (FERREIRA, 1989, p. 40)

que poderiam fornecer mantimentos à Berlim Ocidental (capitalista). Os países ocidentais, através de uma ponte aérea, forneceram mantimentos à cidade e fizeram com que o líder soviético reconhecesse a sua derrota em maio de 1949.

Em 1949, as três zonas de influência capitalista unificaram-se e criaram a República Federal da Alemanha (RFA), sendo que a cidade de Bonn foi escolhida como a capital da Alemanha Ocidental. No mesmo ano, a zona de influência soviética criou a República Democrática Alemã (RDA) e a Berlim Oriental foi a capital da Alemanha Oriental. A Berlim dividida entre capitalismo e socialismo, simbolizava também a divisão do mundo da guerra fria. O lado capitalista recebeu apoio financeiro dos EUA para se desenvolver e tornou-se a “vitrine do capitalismo” diante do mundo socialista. Na madrugada do dia treze de agosto de 1961, foi construído o Muro de Berlim que pode ser considerado um símbolo do mundo dividido.

Em 1946, o ex-primeiro-ministro britânico Winston Churchill, através do “discurso da cortina de ferro” pronunciado na cidade norte-americana de Fulton, Missouri, no dia cinco de março de 1946 com a presença do presidente Henry Truman, criou a expressão “cortina de ferro”, uma linha imaginária que dividiria a Europa em dois blocos: a Europa Oriental sob influência e controle soviético, que deveria ser isolada a fim de conter os crescentes avanços comunistas ao Ocidente, e a Europa Ocidental sob a influência norte-americana. Churchill, no discurso da cortina de ferro, declarou:

Uma sombra desceu sobre o cenário até há pouco iluminado pelas vitórias aliadas. Ninguém sabe o que a Rússia Soviética e sua organização internacional comunista pretende fazer no futuro imediato, ou quais são os limites, se é que os há, para as suas tendências expansionistas e proselitistas. [...] De Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente. Atrás daquela linha todas as capitais de antigos Estados do Centro e do Leste Europeu, Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sofia, todas elas famosas cidades, e suas populações vivem no que se poderia chamar de esfera soviética e todos estão sujeitos, de uma forma ou de outra, não apenas à influência soviética, mas em crescente medida ao controle de Moscou. [...] Quaisquer conclusões que possam ser tiradas destes fatos – e fatos eles são – esta não é certamente a Europa libertada que lutamos para construir. Também não é uma que contenha os ingredientes de uma paz permanente. (apud. BARROS, 1984, p. 19-20)

Com a preocupação de possíveis avanços comunistas, o presidente norte-americano Harry S. Truman acentuou os ânimos da guerra fria dando início ao que se chamou de Doutrina Truman. Em discurso ao Congresso Nacional do seu país na data de doze de março de 1947, o presidente assumiu o compromisso de defender o mundo capitalista e conter os russos.

Segundo Eric Hobsbawn, “Em qualquer avaliação racional, a URSS não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora do alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho. Saíra da guerra em ruínas, exaurida e exausta” (1995, p.230). Se uma expansão agressiva soviética no âmbito internacional não parecia possível no mundo pós-guerra, pode-se afirmar que dentre os motivos que deram origem à Doutrina Truman estão as motivações políticas: primeiramente, o resultado das eleições de 1946, que deu o controle da Câmara e do Senado aos republicanos, e a popularidade do presidente que despencara bastante (FERREIRA, 1989, p.53). A cruzada anticomunista foi utilizada por Truman para ganhar apoio e força política²² colocando oficialmente os EUA numa luta contra o socialismo com uma retórica marcada pela defesa das “sociedades livres e democráticas” e ao mesmo tempo evitar uma possível recessão da economia estadunidense com o fim da economia de guerra e da mobilização dos militares.

Os estrategistas da Casa Branca entendiam muito bem quais eram os objetivos específicos de Stalin, e sabiam que a agitação européia era produto da miséria causada por Hitler e não uma "conspiração" dirigida por Moscou. Mas tinham certeza de que o povo não entenderia as complexas diferenças entre os movimentos de libertação nacional, entre esquerdistas de vários matizes e os PCs orientados pela União Soviética. Assim, nada mais fácil que apresentar a crise greco-turca como fruto da "diabólica expansão imperialista soviética". A Doutrina Truman vinha para ficar, independentemente da veracidade de seus pressupostos (BARROS, 1989, p. 56).

²² “Truman conseguiu vencer as eleições presidenciais de 1948 com uma significativa diferença sobre o concorrente republicano Dewey, governador de Nova Iorque. Internamente ao Partido Democrata, a posição progressista defendida por Henry Wallace havia sido vigorosamente sufocada, e após uma agressiva campanha eleitoral o ‘homenzinho do Missouri’ assegurou mais uma gestão na cadeira presidencial, com a força de 24 milhões de votos. No Congresso, a vitória de Truman trouxe de volta uma maioria de democratas...” (BARROS, 1989, p.58).

No trecho do documento Estudo de Planejamento Político 23 – EPP23, escrito em 1948 por George Frost Kennan, que dirigiu a equipe de planejamento do Departamento de Estado norte-americano até 1950, temos justificada a guerra fria, é claro, sob a perspectiva dos EUA:

Nós temos cerca de 50% da riqueza mundial, mas somente 6,3% de sua população... Nesta situação, não podemos deixar de ser alvo de inveja e ressentimento. Nossa verdadeira tarefa, na próxima fase, é planejar um padrão de relações que nos permitirá manter esta posição de desigualdade... Para agir assim, teremos de dispensar todo sentimentalismo e devaneio, nossa atenção deve concentrar-se, em toda parte, em nossos objetivos nacionais imediatos... Precisamos parar de falar de vagos e... irreais objetivos, tais como direitos humanos, elevação do padrão de vida e democratização. Não está longe o dia em que teremos de lidar com conceitos de poder direito. Então, quanto menos impedidos formos por *slogans* idealistas, melhor. (apud CHOMSKY, 1998, p. 12-13)

A primeira medida decorrente da Doutrina Truman anunciada já em 1947 pelo Secretário de Estado George Catlett Marshall foi o Plano de Recuperação Européia, conhecido como Plano Marshall, que visou à reconstrução dos países aliados da Europa que foram destruídos pela guerra. Além do aspecto econômico que abriu as portas da Europa para as empresas norte-americanas, é preciso ressaltar o poder de integração e influência política dos EUA nestes países. O Plano Marshall pode ser interpretado como uma tentativa de conter a pobreza e a crise pós-guerra e, conseqüentemente, impedir o avanço comunista.

Em resposta ao Plano Marshall, a URSS criou em 1949 o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) buscando a integração política do Leste Europeu (além da Mongólia, Cuba e Vietnã) e a ajudar na reconstrução dos países destruídos na guerra, evitando que os mesmos demonstrassem interesse pelo plano estadunidense.

No dia quatro de abril de 1949, os EUA, o Canadá e a maioria dos países da Europa Ocidental criaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), uma aliança militar

de auxílio mútuo diante de possíveis ataques do bloco soviético a qualquer um dos países membros. Seis anos depois, em vinte e oito de maio de 1955, os países socialistas do Leste Europeu, aliados a Moscou, firmaram o Pacto de Varsóvia com o mesmo objetivo da OTAN: uma aliança militar e o compromisso de ajuda mútua diante de qualquer ataque aos países membros.

Após anos de guerra civil entre nacionalistas e comunistas da China, no dia primeiro de outubro de 1949, Mao Tse-Tung, membro e fundador do Partido Comunista Chinês, proclamou a República Popular da China que estabeleceu o regime socialista no gigante asiático. No contexto das relações internacionais, a URSS acreditou ter ganhado um grande aliado, porém, posteriormente, o Kremlin viu uma China que não se submeteu ao modelo socialista que os soviéticos tentavam unificar em todos os países socialistas. Segundo Edgard Luiz de Barros, "A vitória dos comunistas chineses, pelas dimensões, pelo tamanho da população e pela importância econômica e estratégica de seu país, marcou fortemente a correlação de forças favoráveis ao socialismo, não só na Ásia, como em todo o mundo" (BARROS, 1984, p. 48).

A guerra fria não se limitou aos conflitos ideológicos. A bipolaridade marcou os anos 50 e 60 do século XX pela "corrida armamentista", cada lado armando-se para o perigo eminente de uma possível guerra. Se alguém estava interessado neste processo, era a indústria bélica estadunidense que se expandiu muito com a Segunda Guerra Mundial e via nas tensões mundiais da guerra fria a possibilidade de aumentar os seus lucros.

O medo de uma nova guerra mundial e de uma possível destruição do planeta através de uma guerra atômica fez parte do cotidiano deste período. Talvez esta possibilidade tenha contido uma guerra direta entre URSS e EUA.

Assim que a URSS adquiriu armas nucleares – quatro anos depois de Hiroxima no caso da bomba atômica (1949), nove meses depois dos EUA no caso da bomba de hidrogênio (1953) – as duas superpotências claramente abandonaram a guerra como instrumento de política, pois isso equivalia a um pacto suicida. Não está muito claro se chegaram a considerar seriamente a possibilidade de uma ação militar contra terceiros – os EUA na Coreia em 1951, e para salvar os franceses no Vietnã em 1954; a URSS contra a China em 1969 - , mas de todo modo as armas não foram usadas. (HOBSBAWN, 1995, p. 227)

Porém, se o confronto direto entre EUA e URSS não aconteceu, as duas grandes forças apoiaram “indiretamente” guerras menores em regiões periféricas como é o caso da Guerra da Coreia (1950 – 1953)²³.

No interior do país economicamente mais desenvolvido do mundo e representativo do bloco capitalista na guerra fria, nos EUA, iniciou-se, a partir de 1945, um período de intenso combate e controle anticomunista que buscava impedir a influência comunista nas instituições estadunidense. Marcado pelo medo dos comunistas infiltrados na sociedade norte-americana e de supostas operações de espionagem promovidas pela URSS, o período caracterizou-se pela perseguição e investigação de milhares de cidadãos norte-americanos acusados de comunistas. Este período ficou conhecido como *macartismo* ou “Terror Vermelho”, numa referência ao senador Joseph Raymond McCarthy que participou de investigações agressivas contra possíveis comunistas como membro do Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara. O período de intolerância política realizou um verdadeiro “caça às bruxas” onde muitos artistas, intelectuais e sindicalistas foram punidos.

Milhares de artistas foram submetidos à inquisição. O cinema, a tevê e o rádio foram devassados de ponta a ponta, e centenas de carreiras, arrasadas. [...] Até mesmo Charles Chaplin - o genial Carlitos - teve que se exilar (Chaplin se vingaria no delicioso filme "Um rei em Nova Iorque", produzido em 1957, na Inglaterra). Se o escritor, ator ou diretor indigitado se confessasse "comunista arrependido" e se dispusesse a denunciar seus colegas, nada lhe aconteceria. [...] Todo cientista, intelectual e acadêmico era visto como um comunista em potencial, e o termo *egg-head* (cabeça de ovo) tornou-se o padrão para definir os homens de idéias. É fácil sentir o quanto esse comportamento prejudicou a pesquisa pura e a atividade acadêmica norte-americana. Os comitês implantaram não só o medo, mas a intensa mediocridade. (BARROS, 1984, p. 61)

²³ Em 1945, através de um acordo entre os governos de Washington e Moscou, a península coreana foi dividida em dois Estados: ao norte do paralelo 38° N, a República Popular Democrática da Coreia cujo sistema socialista era apoiado pela URSS; ao sul, a capitalista República da Coreia apoiada pelos EUA. No dia 25 de junho de 1950 a Coreia do Norte invadiu a Coreia do Sul e, no dia seguinte, iniciou-se oficialmente a Guerra da Coreia que duraria três anos e resultaria em cerca de três milhões e meio de mortos até a data da assinatura do armistício (cessar-fogo) de Panmunjom no dia vinte e sete de julho de 1953 (BARROS 1989, p. 52). A Coreia do Norte teve apoio militar da URSS e da China, sendo que a Coreia do Sul recebeu apoio dos EUA, das Nações Unidas e de mais quinze nações através das forças da OTAN.

Aos poucos, a opinião pública passou a desacreditar nas investigações e acusações infundadas.

Foi também no espaço que se deu a disputa pela hegemonia mundial. A corrida espacial buscou demonstrar ao mundo os avanços científicos que cada um poderia desenvolver e, de certa forma, fazer propaganda do sistema que representavam. Foi o Programa Espacial Soviético que largou na frente e surpreendeu o mundo ao lançar do Cosmódromo de Baikonur (Cazaquistão) o primeiro satélite artificial da Terra no dia quatro de outubro de 1957, o Sputnik (que em Russo, significa “amigo”). No dia três de novembro do mesmo ano, o Sputnik II enviou o primeiro ser vivo ao espaço, a cadela Laika. A partir daí, uma série de satélites contendo seres vivos foram lançados ao espaço como experimentos para, posteriormente, enviar um ser humano ao espaço. Foi o que aconteceu no dia doze de abril de 1961 quando a missão Vestok I conseguiu colocar o primeiro homem no espaço, o cosmonauta Yuri Gagarin (CORRIDA Espacial, 2009).

Os EUA ficaram perplexos com os avanços atingidos pela URSS. Em 1961, o presidente John F. Kennedy afirmou que até o final da década os EUA enviariam homens à Lua e que os mesmos retornariam a salvo. Assim, a NASA, criada em vinte e nove de julho de 1958, passou a desenvolver uma série de projetos para atingir este objetivo. Após os projetos Mercury e Gemini que visavam desenvolver as tecnologias necessárias para levar o homem à Lua, foi o terceiro projeto tripulado, o Projeto Apollo, que conseguiu levar o primeiro homem à Lua: foi o americano Neil Armstrong que no dia vinte de julho de 1969, foi visto ao vivo nas televisões de todo o mundo, pisando pela primeira vez na superfície da Lua.

É importante registrar que no ano de 1953 aconteceu a morte de Stalin e no seu lugar, Nikita Khrushch assumiu o poder soviético condenando os crimes do seu antecessor e pregou uma nova postura em relação à política internacional: era necessária uma coexistência pacífica entre o mundo capitalista e o mundo socialista evitando o confronto militar. Numa tentativa de diminuição de hostilidades, aconteceram alguns encontros entre Khrushch e o presidente americano Dwight D. Eisenhower, sendo que em 1959 o líder soviético visitou os EUA.

Iniciou-se, no ano de 1960, a Guerra do Vietnã entre a República Democrática do Vietnã - Vietnã no Norte, socialista, e a República do Vietnã - Vietnã do Sul, capitalista, que, a exemplo da Coreia, também foi dividido em duas zonas de influência após a Convenção de Genebra de 1954. Numa tentativa de unificação do Vietnã, os socialistas, liderados por Ho Chi Minh, invadiram a parte sul do país e assim se deu o início de uma guerra que duraria até 1975. Preocupados que o exemplo do Vietnã pudesse desencadear um efeito dominó na região do Sudeste Asiático motivando outros países a implantarem governos socialistas, os EUA apoiaram de forma direta o Vietnã do Sul com o envio de tropas militares e de armamento. Porém, a ajuda norte-americana não surtiu o efeito desejado e a vitória que parecia óbvia, não veio. As forças do norte e os vietcongues, membros da Frente da Libertação Nacional (FLN), venceram a guerra causando um clima de derrota em toda a sociedade norte-americana. Após a guerra que causou cerca de 1,5 milhão de mortos, os EUA e o Vietnã do Norte assinaram um acordo de paz onde foi reconhecida a unificação do país sob o governo socialista.

Foi também nas Olimpíadas que a disputa por medalhas passou a ser utilizada como propaganda da supremacia de um sistema sobre o outro. O acúmulo de mais medalhas era simbolicamente a prova de que o capitalismo ou o socialismo seriam melhores. Devido à invasão da URSS ao Afeganistão, em 1979, os EUA decidiram pelo boicote aos Jogos Olímpicos de Verão de 1980 realizados em Moscou, sendo que no dia vinte e um de março de 1980 o presidente norte-americano Jimmy Carter anunciou o boicote e pediu que seus aliados fizessem o mesmo. Foram mais sessenta e nove nações que aderiram ao maior boicote realizado na história olímpica.

Quatro anos depois, nos Jogos Olímpicos de Verão de 1984 realizados em *Los Angeles*, mais precisamente no dia oito de maio de 1984, foi a vez de a URSS anunciar um boicote ao evento, afirmando falta de segurança para os seus atletas. Além da URSS, aderiram ao boicote Cuba, Alemanha Oriental e os países da “cortina de ferro” – Leste Europeu.

Em outubro de 1962, as tensões da guerra fria passaram a efervescer e deixaram o mundo preocupado e com medo de uma possível guerra nuclear que poderia ser deflagrada a qualquer momento e destruir o planeta por meio de um bombardeamento mútuo entre as duas potências. Foi o fim do período da “coexistência pacífica”. Por meio de uma operação de espionagem, a Agência Central de Inteligência (CIA) conseguiu fotografar na ilha cubana a construção de silos nucleares pela URSS. Os soviéticos, que buscavam dar uma resposta à colocação de mísseis nucleares na Turquia em 1961, justificaram que os mesmos tinham

somente a função de defender Cuba de uma nova invasão estadunidense.

O presidente Kennedy ordenou o bloqueio naval de Cuba através de seus navios militares posicionados no mar do Caribe e exigiu a retirada imediata dos mísseis e a desativação dos silos nucleares. O primeiro-ministro soviético, Nikita Khrushchev, afirmou não entender a reação norte-americana, já que os mesmos também tinham bases de lançamento de mísseis nos países da OTAN próximos à URSS.

No dia vinte e oito de outubro, Khrushchev anunciou a retirada das armas nucleares de Cuba, mediante o compromisso assumido pelos EUA em retirar suas armas nucleares da Turquia e não invadir Cuba novamente. Talvez a Crise dos Mísseis, como ficou conhecido este fato, tenha sido o ápice das tensões entre EUA e URSS e deixou o mundo apreensivo com a possibilidade do início da Terceira Guerra Mundial..

Após esta crise que abalou as relações internacionais, iniciou-se um período chamado de *détente* (que em francês significa distensão ou relaxamento) marcado por um apaziguamento nas relações entre EUA e URSS que perdurou até o início da década de 80 (DÉTENTE, 2009). Uma série de acordos foram assinados tentando evitar a disseminação de armas nucleares e, conseqüentemente, impedir a destruição da Terra. Dentre os acordos, destaca-se o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares assinado em 1968 pelos EUA, URSS, China, Grã Bretanha e França em que os países comprometeram-se em não desenvolver pesquisas ou adquirir armas nucleares, embora pudessem desenvolver tecnologias nucleares para fins pacíficos.

3.2 – O contexto da América Latina: imperialismo, anticomunismo e ditaduras pró-EUA

O contexto da guerra fria também influenciou os rumos da política interna dos países da América Latina. Os EUA tratou de implementar a política do *big stick* na América Latina financiando e apoiando ditaduras, sob as bandeiras da segurança interna e defesa contra o comunismo, em vários países a fim de garantir os seus interesses econômicos na região.

Inicialmente é importante assinalar que a Revolução Cubana acabou sendo um movimento revolucionário e popular contra o imperialismo estadunidense histórico em Cuba, assumindo posteriormente caráter socialista. O movimento que colocaria uma mancha vermelha no mapa das relações entre os EUA e América Latina brotou da própria desigualdade da sociedade cubana que era dominada por uma oligarquia que defendia os interesses norte-americanos na ilha, principalmente no que se refere ao domínio de empresas na produção de açúcar (principal atividade econômica de Cuba). O povo, que vivia na miséria, era constituído por trabalhadores rurais assalariados²⁴ sem terra que trabalhavam para empresários do açúcar; e um grupo menor de trabalhadores urbanos que trabalhavam na pouco desenvolvida indústria cubana, visto que Cuba importava produtos manufaturados dos EUA impedindo o desenvolvimento de uma indústria local.

A sociedade cubana jamais conseguiria integrar as classes entre si e os grupos superiores ligavam-se quase que exclusivamente aos valores e à dominação de fora. Em Cuba, segundo A. Blanco e C.A. Dória, havia mais agentes de jogo e prostitutas do que operários de mineração, configurando a virtual transformação do país num misto de cassino e bordel pela dominação imperialista. A acintosa interferência estrangeira na vida cubana dava um conteúdo particularmente rancoroso ao sentimento nacionalista popular, reforçando-o a partir de uma perspectiva de negação – a negação da secular espoliação com todas as suas seqüelas e ramificações internas. (LOPEZ, 1989, p. 157-159)

O início do ano de 1953, na capital Havana, gigantescas manifestações estudantis de universitários protestaram contra a ditadura de Fulgêncio Batista. No dia vinte e seis de julho de 1953, Fidel Castro tentou atacar o quartel de Moncada, em Santiago de Cuba sem êxito, Fidel e seu irmão Raul Castro foram presos e, em 1955, foram exilados para o México. No México, organizaram um grupo de oitenta e dois homens conhecido como Movimento 26 de Julho (M-26-7), dentre eles o argentino Ernesto Che Guevara, e invadiram Cuba no dia dois de dezembro de 1956 iniciando, a partir da *Sierra Maestra*, uma campanha de convencimento do povo da necessidade da revolução e organizando a guerrilha a fim de tomar o poder.

²⁴ “Já em 1952, nada menos de 63,6% dos que trabalhavam no campo eram assalariados” (LOPEZ, 1989, p.156).

Em janeiro de 1959, a alguns quilômetros dos EUA, a pequena ilha de Cuba surpreendeu seu vizinho e o mundo quando o grupo de guerrilheiros depõem o ditador Fulgêncio Batista e através de um governo revolucionário passou a implementar uma série de reformas no país: uma ampla reforma agrária onde as terras dos latifundiários norte-americanos foram expropriadas e distribuídas para os camponeses, a baixa de 50 % nos aluguéis e a isenção de impostos para moradias próprias, o desenvolvimento do setor energético, melhoras nas condições sanitárias, programas de alfabetização em massa e a nacionalização das empresas (refinarias de petróleo, usinas açucareiras) e bancos norte-americanas na ilha e de todos os bens de norte-americanos em Cuba (LOPEZ, 1989, p. 161-162).

Aos poucos, as relações entre Cuba e URSS foram se tornando próximas. Diante do boicote dos EUA no fornecimento e no refinamento de petróleo, Cuba passa a importar petróleo soviético e decide nacionalizar as refinarias de petróleo na ilha. O boicote seguiu com a compra do açúcar, Cuba passou então a comercializá-lo com a URSS e países socialistas.

Fidel Castro anunciou ao mundo, em discurso pronunciado no dia dezesseis de abril de 1961, que Cuba tinha se tornado um país socialista e estava ao lado da URSS. Como reação, os EUA reforçaram o embargo econômico à ilha, romperam relações diplomáticas e pressionaram para que seus aliados fizessem o mesmo.

Os EUA viram surgir no seu quintal o “perigo vermelho” e preocupados que o exemplo de Cuba pudesse influenciar outros países da América Latina, em dezessete de abril de 1961 o presidente Kennedy decidiu pôr um fim no governo revolucionário e, com o apoio da CIA, preparou um grupo de exilados cubanos para invadir a ilha, através da Baía dos Porcos, e derrubar Fidel Castro e seu governo revolucionário. A tentativa não deu certo e, três dias depois, Fidel anunciou a vitória sobre o imperialismo.

Além de contrariar os interesses econômicos do imperialismo norte-americanos em Cuba, a Revolução Cubana preocupava os EUA pelo impacto da mesma junto aos demais países do Terceiro Mundo, sobretudo na América Latina. O êxito de uma revolução socialista na pequena ilha a cento e cinquenta quilômetros da maior potência capitalista do mundo da guerra fria poderia desencadear um efeito dominó e incentivando para que outros movimentos de esquerda fizessem o mesmo nos seus países.

[...] o país mais fraco e mais pobre é mais perigoso *como exemplo*. Se uma nação pequena e pobre como Granada pode ser bem-sucedida, alcançando um melhor nível de vida para seu povo, em outro lugar que tenha mais recursos as pessoas poderão perguntar: “E nós, por que não?” (CHOMSKY, 1998, p. 30).

Na Conferência de *Punta Del Este* de 1962, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA). Cuba era considerada uma ameaça e um perigo pelo seu “mau exemplo” revolucionário bem sucedido e serviu para orientar a política de relações internacionais dos EUA com a América Latina através do apoio aos vários golpes militares e ditaduras tentando evitar, sob as mais diversas maneiras, “novas Cubas”.

Outro fator importante que influenciou as relações entre EUA e América Latina foram as experiências de Ernesto Che Guevara que decidiu expandir a revolução para o continente²⁵. Em 1966, Che Guevara chega à Bolívia com o objetivo de formar o Exército de Libertação Nacional que lutaria pela revolução nos países vizinhos. Inicia o movimento guerrilheiro e trava muitas lutas contra os “Boinas Verdes Quíchuas”, tropa do Exército Boliviano treinado pelos norte-americanos. No dia nove de outubro de 1967, Che Guevara é assassinado e passa a tornar-se um símbolo da guerrilha e da luta revolucionária dos povos da América Latina e de todo o mundo.

Ernesto “Che” Guevara marcou profundamente um momento *per se* decisivo na história política contemporânea. Na América Latina, a vitória da revolução cubana – que já alterou todo o quadro político do continente – se fez acompanhar de uma crise geral nos diferentes aparelhos ideológicos e políticos (o Estado, a Igreja, a Universidade, os partidos) com mudanças radicais nos sistemas políticos. E mesmo

²⁵ “Num discurso na ONU, a 11 de dezembro de 1964, Guevara dizia: ‘Nasci na Argentina, isso não é segredo para ninguém. Sou cubano e sou argentino e, se não se ofenderem as ilustríssimas senhorias da América Latina, de qualquer país da América Latina, como o maior deles, e o momento em que for necessário, estarei disposto a entregar minha vida pela libertação de qualquer um dos países da América Latina, sem pedir a ninguém...’” (PAULINO, 2003, p. 49-50).

além da América Latina, lembremos que acontecimentos de vulto transformaram também o panorama internacional: a revolução cultural chinesa, os confrontos decisivos na guerra do Vietnã, a irrupção de maio de 1968 na França e os movimentos similares em vários outros países de capitalismo avançado, a experiência de Dubcek na Checoslováquia. (SADER, 2003, p. 40)

A guerrilha de Che Guevara na Bolívia era o argumento que a Casa Branca e as elites latino-americanas necessitavam para legitimar a repressão dos anseios populares por reformas que não passariam de conspirações comunistas apoiadas pela URSS e por Cuba. Washington utilizou “... o fantasma da Revolução Cubana para dividir o povo de um continente potencialmente revolucionário, facilitando assim a tarefa das classes dirigentes internas de defender seus interesses e seu poder” (LOPEZ, 1989, p. 166).

Após a Segunda Guerra Mundial, a América Latina tornou-se um mercado de interesse das multinacionais norte-americanas que não mediram esforços para garantir as condições necessárias para desenvolverem-se, seja através de acordos com as elites locais ou seja através de ações diretas no sentido de desestabilizar governos populares e nacionalistas, como foi o caso do financiamento da multinacional *International Telephone and Telegraph* (ITT) à greve dos caminhoneiros em 1973 no Chile, visando desestruturar o governo da Unidade Popular de Salvador Allende.

A colaboração norte-americana com as ditaduras militares na América Latina foi efetiva. Além de apoiar diretamente os golpes, como foi o caso da Operação *Brother Sam* no Brasil²⁶, ajudaram a manter o aparelho repressivo do Estado inclusive com aulas de instruções de torturas e a cooperação entre escolas militares.

[...] estruturou-se a Doutrina de Segurança Nacional a partir de cursos das escolas militares que foram fundadas especialmente para constituir e aprimorar um conjunto de princípios ideológicos destinados à defesa contra o comunismo. Como exemplo dessas instituições, temos o National War College e o Industrial College of the

²⁶ A Operação *Brother Sam* foi uma operação militar dos Estados Unidos que deslocou a Frota do Caribe composta por um porta aviões e por outros navios de guerra menores até a costa brasileira com o objetivo de apoiar o golpe militar de 1964 caso houvesse alguma reação.

Armed Forces, em Washington, a Escola Superior de Guerra, no Brasil, a Academia Superior de Seguridad Nacional, no Chile (COMBLIN, 1980, p. 21 apud WASSERMAN, 2004, p. 29-30).

Com a guerra fria, os EUA utilizaram-se do anticomunismo, principalmente depois do “exemplo” de Cuba, para garantir a penetração do capital norte-americano na América Latina. Qualquer governo que tentasse impedir a exploração estadunidense em seu país, como é o caso das reformas de base do governo de João Goulart no Brasil, era considerado comunista e, portanto, legitimava intervenções e golpes militares. Assim, as elites locais e os exércitos nacionais promoveram uma série de golpes de Estado e implantaram ditaduras militares de Segurança Nacional na América Latina defendendo seus países das “ameaças comunistas” e promovendo a abertura econômica ao capital estrangeiro, sobretudo, norte-americano.

Em 1961, o presidente dos EUA John Kennedy lançou o programa da Aliança para o Progresso que consistiu num pacto de colaboração financeira, sobretudo com dinheiro dos EUA, entre os países da América Latina e os EUA visando o desenvolvimento econômico do continente tentando resolver as mazelas sociais conseqüentes do capitalismo e evitar o surgimento de movimentos socialistas na região.

No trecho do discurso do presidente John F. Kennedy pronunciado no dia 13 de março de 1961 na Casa Branca, durante a recepção oferecida em homenagem ao Corpo Diplomático Latino Americano, a altos funcionários do Governo e a membros do Congresso dos EUA, fica evidente os objetivos da Aliança para o Progresso.

Do êxito da luta de nossos povos, de nossa capacidade para lhes oferecer uma vida melhor depende o futuro da liberdade nas Américas e no mundo inteiro. A omissão, a não consagração de nossas energias ao progresso econômico e à justiça social seria um insulto ao espírito de nossa civilização, e constituiria um monumental fracasso de nossa sociedade livre.

Mas, para que possamos enfrentar problema de tamanhas proporções, nosso procedimento deve ser audaz e em harmonia com o conceito da Operação Pan-Americana. Por isso fiz um chamamento a todos os povos do Hemisfério para que nos unamos em um Aliança para o Progresso, em um enorme esforço de cooperação, sem paralelo em sua magnitude e na nobreza de seus propósitos a fim de satisfazer

às necessidades fundamentais de teto, trabalho e terra, saúde e escolas. (1961, p. 8)

Ao mesmo tempo que receberiam dinheiro dos EUA, os Estados latino-americanos deveriam garantir a segurança nacional e combater o inimigo interno: os subversivos comunistas. Enquanto os EUA cuidariam da guerra total com a superpotência União Soviética, os países da América Latina controlariam o avanço socialista interno (WASSERMAN, 2004, p. 29-30).

Assim a Doutrina de Segurança Nacional legitimou os golpes militares e a constituição do sistema repressivo do Estado responsável de garanti-la, sistema que é denominado pelo pesquisador Enrique Serra Padrós de “terror de Estado” na medida em que o Estado pratica o terrorismo (torturas, esquadrões da morte, desaparecimentos) contra a sua própria população (2004, p. 49). Há uma relação intrínseca entre a Doutrina de Segurança Nacional e o terror de Estado que legitimam as ditaduras latino-americanas.

As ditaduras do Cone Sul, uma vez consolidadas, mantiveram vigente a figura do “inimigo interno” para continuar justificando a permanência do terror de Estado. A maciça divulgação de que o regime continuava sob permanente ameaça, agora por parte de novos inimigos, cumpria uma série de funções. Uma delas era a justificativa do chamamento à coesão interna; outra, a responsabilização dos setores “subversivos” pelas promessas não cumpridas pelo regime, assim como dos erros e dos excessos cometidos pelos mesmos. Também eram legitimadas a manutenção do estado de exceção, a repressão massiva e impossibilidade de respeitar os direitos humanos enquanto persistisse a ameaça. Finalmente, justificava-se o esvaziamento e a neutralização dos poderes que poderiam exercer algum tipo de controle interno sobre o Estado (o Judiciário, a sociedade civil, a imprensa independente, etc.). A persistência da manutenção de uma situação de alerta permanente do Estado acabou escondendo que, na prática, toda a sociedade era lavo do zelo do terror de Estado. (PADRÓS, 2004, p.50-51)

Cabe ainda assinalar, que o terror de Estado não se deu de forma isolada em cada país. As ditaduras militares do Cone Sul interligaram seus aparelhos repressivos e cooperaram

entre si na busca de combater os inimigos internos. Desta forma, este pacto conhecido como Operação Condor²⁷, permitia que qualquer um dos países membros (Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil) agisse da maneira necessária para combater estrangeiros “subversivos” infiltrados no seu país. As ditaduras militares promoveram “conferências de inteligência, fizeram espionagens conjuntas, trocaram prisioneiros, falsificaram documentos de identidade, agiram nos países limítrofes” (MARIANO, 2003, p. 19).

Como afirma o documento da conferência ocorrida entre vinte e cinco de novembro e primeiro de dezembro de 1975 que deu origem a Operação Condor escrito pelo chefe da Direção de Inteligência Nacional (Dina) do Chile, Coronel Manuel Contreras, a subversão não conhecia fronteiras e daí a necessidade da repressão e o terror também romper as fronteiras nacionais.

A subversão, desde já há alguns anos, está presente em nosso continente, amparada por concepções político-econômicas que são fundamentalmente contrárias à história, à filosofia, à religião e aos costumes dos países do nosso hemisfério. Esta situação descrita não reconhece fronteiras, nem países, e a infiltração penetra em todos os níveis da vida nacional. A subversão tem desenvolvido mandos intercontinentais, continentais, regionais e sub-regionais centralizados para coordenar as ações dissociadoras [...]. (apud. MARIANO, 2003, p. 19)

A Operação Condor tratou de montar o seu aparelho repressivo buscando internacionalizar e agilizar a luta contra o comunismo. Numa primeira fase, foi organizada uma base centralizada de dados dos “subversivos” do continente e, a partir da mesma, criou-se uma central de informações. A segunda fase consistiu na execução dos subversivos de cada país e, por fim, buscou-se “caçar” comunistas além da América Latina (MARIANO, 2003, p. 18-20).

²⁷ “Documentos evidenciaram que a Operação Condor tomou forma a partir de 1975. Em 29 de outubro daquele ano, o Chile convocou a ‘primeira reunião de trabalho de inteligência nacional’, que pode ter sido o nascedouro da sociedade entre as ditaduras” (MARIANO, 2003, p. 19).

3.3 – O contexto do Brasil: imperialismo, repressão social e o golpe civil-militar

Entre o dia trinta e um de março e a madrugada de primeiro de abril de 1964, as Forças Armadas depuseram o presidente João Goulart eleito democraticamente pelo povo brasileiro e instauraram uma ditadura militar em nosso país que durou até o ano de 1985. Uma ditadura que se autolegitimou através do discurso da defesa da “democracia” e do povo brasileiro contra o “perigo comunista”. O Brasil inaugurou no Cone Sul o princípio da Doutrina de Segurança Nacional que legitimaria os demais golpes em nosso continente, como já foi referido anteriormente.

Alguns fatores conjunturais precisam ser analisados para que se compreenda o contexto que culminou no golpe militar de 1964 que se proclamou revolucionário e, contraditoriamente, defensor da democracia através de uma ditadura autoritária.

3.3.1 – O contexto político

Inicialmente gostaria de assinalar a influência do Exército, instituição protagonista do golpe militar de 1964, mas que participou de vários momentos políticos ao longo da história do nosso país. Segundo Claudia Wasserman, o Exército brasileiro acumulou experiência na esfera da política.

[...] esteve presente no episódio da Proclamação da República, sendo os primeiros presidentes republicanos (Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto) representantes da instituição. Durante a primeira república, Ruy Barbosa tentara inutilmente conter o “salvacionismo” de Hermes da Fonseca, contrapondo-lhe uma campanha “civilista”. Um pouco mais de dez anos mais tarde, em 1922, os militares brasileiros estavam dando início ao movimento tenentista que derrubou as oligarquias e ajudou Getúlio Vargas a chegar ao poder. Estiveram muito próximos de Vargas até 1934 e curiosamente foram protagonistas de sua queda em 1945. Nas eleições presidenciais daquele ano, dois candidatos eram representantes das Forças Armadas: Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes. O primeiro foi eleito presidente, tendo sido

responsável pela promulgação da Constituição de 1946. Nas eleições de 1950, 1955 e 1960 os candidatos militares foram derrotados. Eram respectivamente, Eduardo Gomes, Juarez Távora e Henrique Teixeira Lott. Em 1961, depois da renúncia de Jânio Quadros, os militares tentaram impedir a posse do vice-presidente, João Goulart, mas não tiveram sucesso diante da mobilização popular em nome da legalidade (2004, p. 27-28).

O alinhamento do Brasil com os EUA após a Segunda Guerra Mundial foi facilitado pela histórica relação de proximidade deste com o Exército brasileiro. A Doutrina de Segurança Nacional e o papel das Forças Armadas fortaleceram-se no Brasil através da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, que contou com assistência francesa e estadunidense até 1960 e que tinha como principal organizador o general Golberi do Couto e Silva, protagonista do golpe de 1964. O Exército brasileiro se profissionalizou e passou a assumir a responsabilidade pela defesa dos interesses nacionais (WASSERMAN, 2004, p. 28).

Após os quinze anos de governo de Getúlio Vargas, o presidente foi deposto em 1945 e novas eleições foram realizadas no dia dois de dezembro trazendo uma perspectiva de liberdade e democracia ao povo brasileiro após a ditadura de Vargas. Segundo Leôncio Baubaum, Getúlio Vargas foi deposto por um grupo das Forças Armadas, sendo que naquele momento “Pairava ainda no ar [...], uma atmosfera de golpe. Considerando o passado dos chefes da derrubada, nada impedia supor que se desencadeasse uma nova contra-ofensiva contra as conquistas democráticas até então obtidas” (1985, p.169).

Mas as eleições aconteceram e o candidato do Partido Social Democrático (PSD), posteriormente apoiado pelo PTB, Eurico Gaspar Dutra venceu o Brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, e Yeddo Fiuza, do PCB. Marcando a posição do Brasil no plano das relações internacionais da guerra fria, o presidente Dutra passou a reprimir os sindicatos e o Partido Comunista²⁸. No ano de 1947, foi cassado o registro do Partido Comunista através do

²⁸ “Pode mesmo dizer-se que Dutra foi eleito para fechar o PCB, cujo crescimento, a partir dos primeiros meses de 1945, foi avassalador.

Nas eleições de 2 de dezembro, os 600 mil votos obtidos impressionaram profundamente as classes dominantes. Em São Paulo, Cândido Portinari, candidato comunista, sem quase sair de casa, só pela influência do PCB, quase fora eleito senador perdendo por poucos votos, numa contagem duvidosa, para o industrial Roberto Simonsen. (...) Ademar de Barros, político sem nenhuma expressão na época, fora eleito unicamente por força do apoio que lhe emprestara o PCB. Ainda em São Paulo obtiveram os comunistas nada menos de 23 deputados estaduais e no Rio de Janeiro, 18 vereadores em 50” (BAUBAUM, 1985, p. 186-187).

Supremo Tribunal Federal e, no ano seguinte, o Congresso Nacional cassou os mandatos de deputados, senadores e vereadores do partido.

As eleições presidenciais de 1950 trouxeram de volta ao poder, cinco anos depois, o candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Getúlio Vargas que passou a desenvolver uma política econômica nacionalista de fortalecimento da indústria²⁹. Em 1953, Getúlio nomeou João Goulart como Ministro do Trabalho para tentar conter as várias greves³⁰ ocorridas neste ano. Em 1954, Getúlio impôs restrições ao capital estrangeiro.

Dentro do Exército, existiam diferentes visões quanto ao desenvolvimento do país. De um lado, haviam os nacionalistas que defendiam a industrialização, acreditavam que a economia deveria desenvolver-se de forma independente dos investimentos externos e eram favoráveis a um distanciamento dos EUA. De outro lado, havia um grupo conhecido como os “entreguistas” que defendiam que o desenvolvimento do país de daria a partir da abertura controlada ao capital estrangeiro (FAUSTO, 1999, p. 407).

Em fevereiro de 1954, o Exército lançou o memorial dos coronéis assinado por quarenta e dois coronéis e trinta e nove tenentes-coronéis dirigido ao Ministro da Guerra e ao comando do Exército manifestando a necessidade de reequipar o Exército e rever os critérios de promoção. O documento ainda citou o estado de deterioração institucional e alertou que este quadro de vulnerabilidade facilitaria a divisão interna causada pelas forças subversivas (FAUSTO, 1999, p.45).

Em 1954, Carlos Lacerda sofreu um atentado frustrado e, por ser o seu principal opositor, Vargas passou a ser acusado e iniciou-se um movimento pedindo a sua renúncia. Em 23 de agosto, foi lançado um manifesto assinado por vinte e sete generais que exigiu a renúncia do presidente. Na manhã do dia vinte e quatro, Vargas suicidou-se e deixou uma carta testamento onde se colocou como vítima dos grupos internacionais e nacionais que são contra os trabalhadores.

²⁹ No dia vinte de junho de 1952, através da Lei Nº 1628, Getúlio Vargas criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (BANCO Nacional de Desenvolvimento Econômico, 2009). Em três de outubro de 1953, cria a Petrobrás através da Lei nº 2004 (LAMARÃO; MOREIRA, 2009). Em 1954 propõe ao Congresso Nacional a criação da empresa de energia elétrica Eletrobrás, aprovada apenas em 1961 (FÓRMULAS para o desenvolvimento econômico, 2009).

³⁰ “O movimento que maior impacto político causou ao governo Vargas foi a greve dos 300 mil, que eclodiu na capital paulista em março de 1953” (RODRIGUES, 1992, p. 51).

A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas [...] riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre (CARTA Testamento de Getúlio Vargas, 2009).

O suicídio “provocou manifestações populares até hoje inigualadas. Emocionadas, milhares de pessoas saíram às ruas nas principais capitais, declarando seu luto e manifestando repúdio aos ‘assassinos de Vargas’” (RODRIGUES, 1992, p. 56).

No governo de Juscelino Kubitschek, eleito em 1955 por uma aliança entre o PTB e o PSD, a política nacional-desenvolvimentista facilitou os investimentos estrangeiros em várias áreas, principalmente na indústria automobilística. Destacou-se ainda o choque de Juscelino com o Fundo Monetário Internacional que não apoiou o seu plano de estabilização econômica.

O Plano de Metas do governo JK (1956-60), através do qual o país dobrou a produção industrial, instalou a indústria automobilística, rasgou 20 mil quilômetros de estradas de rodagem e construiu Brasília, também dobrou espetacularmente seus problemas. Em 1960, grande parte das exportações destinava-se a pagar a dívida externa, faltando assim condições para financiar as importações – matérias-primas, petróleo e bens de capital – necessárias à continuidade do crescimento industrial, que encontrava ainda obstáculos no que se referia a transportes e energia elétrica. A inflação era alta, em torno de 39%, e o déficit do setor público era enorme (PAES, 1992, p. 32).

As Forças Armadas latino-americanas estavam atentas para a ameaça interna do comunismo desde o fim da Segunda Guerra Mundial segundo os princípios da Doutrina de

Segurança Nacional. Porém, os impactos da Revolução Cubana de 1959 para a América Latina deixou as Forças Armadas ainda mais alertas diante de possíveis reflexos do “exemplo” revolucionário de Cuba.

3.3.2 - A efervescência social e política da década de 1960

Para compreender o contexto que vai desencadear o golpe militar de 1964, é preciso destacar a efervescência³¹ política da sociedade brasileira desenvolvida ao longo do “período democrático”, atingindo o seu ápice na década de 1960, onde vários movimentos sociais organizados reivindicavam seus direitos: “Artistas, intelectuais e estudantes, das mais variadas formas (nem sempre articuladas entre si), protestam contra o *status quo* e, ao mesmo tempo, iniciam projetos alternativos de educação popular” (FISCHER, 2005, p. 86).

No campo educacional, movimentos de professores passaram a reivindicar melhores salários e, particularmente no Rio Grande do Sul, aconteceu em setembro de 1963, a primeira greve dos professores no Estado: “De 1946 a 1964 também tiveram grande atuação diversos movimentos de educação popular, especialmente destinados a alfabetização de adultos e patrocinados pelo Governo Federal” (PILETTI, 1997, p. 104). O governo federal lançou a Mobilização Nacional contra o Analfabetismo (1962), a Comissão de Cultura Popular (1963) e o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) (1964) que deveria adotar a nível nacional o método Paulo Freire de alfabetização de jovens e adultos³².

Em julho de 1963, Paulo Freire esteve no Rio Grande do Sul com o objetivo de formar os professores que constituiriam os Círculos de Cultura do Estado e, em março de 1964, o Estado recebeu Paulo Freire pela segunda vez com o objetivo de marcar o início da campanha de alfabetização em Porto Alegre. O método Paulo Freire vinha ao encontro do que se entendia como o papel da educação: um importante instrumento de “conscientização das massas” e, portanto, de transformação social (FISCHER, 2005, p. 98).

No movimento estudantil, é preciso destacar o papel político e histórico da União dos

³¹ Termo utilizado por Beatriz T. Daudt Fischer para caracterizar a sociedade brasileira no respectivo período (2005, p. 88).

³² “O próprio Paulo Freire foi nomeado para as funções de coordenador do Programa Nacional de Alfabetização. Entretanto, no dia 1º de abril os militares tomaram o poder, o programa foi extinto e seus organizadores, acusados de subversão, foram presos e exilados” (PILETTI, 1997, p. 106).

Estudantes Universitários (UNE), fundada em agosto de 1937, que, em 1961, colocou-se ao lado da luta pela legalidade de João Goulart. A década de 1960, foi marcada pelas discussões sobre a reforma universitária e pela “greve do um terço” que aconteceu em 1962 cuja “reivindicação básica era que os estudantes passassem a ter representantes nessa proporção em todos os órgãos colegiados de direção de Faculdades e Universidades, isto é, nas congregações, nos conselhos universitários e nos conselhos técnicos” (MENDES JUNIOR, 1981, p. 66). Maria Paula Araujo afirma sobre o movimento estudantil no período em questão.

O período do governo de Jango - de 1961, quando assumiu após a renúncia de Jânio Quadros, a 1964, quando foi deposto pelo golpe militar - foi um período de intensa politização da sociedade. O clima de radicalização política, de confronto e debates propiciou uma ampla participação da sociedade na discussão pública de propostas de mudanças e reformas. Foi um período de intensa atividade política e de uma ampla discussão em torno de diferentes projetos para o país. Os estudantes participaram ativamente desse processo. AUNE se viu, nessa época, sob a liderança de nos grupos políticos - a Juventude Universitária Católica e a organização de esquerda Ação Popular. Os estudantes se integraram à campanha pelas reformas de base, levantando principalmente a bandeira da reforma universitária. Além disso, a UNE viveu nesse período um riquíssimo processo no campo das artes e da cultura. Desejando participar da transformação cultural do país, a entidade criou o Centro Popular de Cultura - o famoso CPC da UNE. (2007, p. 95)

A década de 1960, foi marcada pela contestação e rebeldia da juventude contra os valores morais da época e com uma participação política efetiva, acreditavam num mundo diferente, desde o âmbito das relações familiares até o modelo de sociedade em que viviam³³. “Os cabelos cresciam e, com eles, os questionamentos. A idéia de que o mundo não precisava ser aquele excitava a juventude e isso valia tanto para os hippies, que negavam a sociedade de consumo, quanto para os ativistas, que tentavam transformá-la” (BORTOT, GUIMARAENS, 2008, p.13).

Os setores do campo passaram a se mobilizar em torno da luta pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores do campo. O movimento rural das Ligas Camponesas, tendo

³³ “Toda essa efervescência encontrava o palco ideal nas universidades, alcançando o ápice em 1968” (BORTOT, GUIMARAENS, 2008, p.13).

como líder Francisco Julião, surgiram a partir de 1954 em vários pontos do país, sobretudo no Nordeste, com o objetivo de defender os agricultores contra a expulsão da terra e a elevação do preço dos arrendamentos.

No início, durante a década de 1950, as ligas camponesas reuniam apenas foreiros e lutavam para permanecer na terra, para que o foro fosse mais baixo, para ter créditos oficiais e benefícios sociais (assistência médica, etc.). Em seguida, no começo da década de 1960, as ligas incorporaram também os parceiros (que trabalham na terra e dividem a produção com o dono) e passam a lutar pela reforma agrária, exigindo a desapropriação dos latifúndios para transformá-los em pequenas propriedades para os camponeses. Com o golpe militar de 1964, as ligas camponesas foram perseguidas e fechadas, seus líderes presos e exilados, como foi o caso de Francisco Julião (MOSOLINO, PILETTI, 1999, p.62).

Em 1961, foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e, no mesmo ano, aconteceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, “o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Rurais, na qual as ligas camponesas exigiram a reforma agrária ‘na lei ou na mara’” (MOSOLINO, PILETTI, 1999, p.60).

O movimento operário, através de suas organizações sindicais, passou a mobilizar-se por meio de greves que aconteceram em várias partes do país reivindicando melhores salários.

Enquanto em 1958 foram registrados 31 movimentos grevistas, eles chegaram a 172 em 1963. Nada menos do que 80% das paralisações, em 1958, se concentraram no setor privado; em 1963, o setor público passou a ser majoritário (58%). O crescimento das greves indica o avanço da mobilização social. O deslocamento do setor privado para o público pode ser entendido se considerarmos o caráter político de várias greves, incentivadas pelo governo para forçar a aceitação de medidas de seu interesse. Além disso, lembremos que a barganha entre os sindicatos e o governo era mais fácil do que entre os sindicatos e patrões. Essa barganha dependia porém, muitas vezes, da pressão do movimento operário, cuja arma principal era a greve (FAUSTO, 1999, p. 449).

A Igreja Católica estava dividida: por um lado, combatiam o comunismo e, de outro, reconheciam os males conseqüentes do capitalismo. Destaca-se nos setores da esquerda católica, a posição socialista assumida pela Juventude Universitária Católica (JUC) e os objetivos revolucionários da Ação Popular (AP). A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) legitimou a posse de Jango após a renúncia de Jânio, porém, teve participação ativa nas mobilizações contra o presidente em 1964, como será abordado posteriormente.

Este é o clima de efervescência sócio-político que o Brasil viveu na primeira metade da década de 1960, até o golpe civil-militar de 1964, e que é de fundamental importância para compreender a realidade que os sujeitos da pesquisa viviam e as implicações do mesmo para o pós-golpe.

O chamamento aos brasileiros, diante de um país que grita por mudanças estruturais, ecoa na sociedade, fazendo repercutir discursos de variados matizes. Posições radicalmente opostas e amparadas por forças claramente antagônicas em seus interesses, valem-se das mesmas palavras para proclamar “a defesa da democracia” (FISCHER, 2005, p. 99).

Além de ter presente o contexto político da sociedade, é preciso tecer algumas considerações em torno do Estado, mais especificamente sobre o governo de João Goulart que foi deposto pelo golpe de 1964.

3.3.3 – O governo de João Goulart, as reformas de base e o golpe civil-militar

As eleições de três de outubro de 1960 levaram a presidência da república o ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, apoiado pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e pela União Democrática Nacional (UDN), e a vice-presidência João Goulart, do PTB. Numa

atitude inesperada, interpretada como uma tentativa de demonstrar uma posição independente nas relações externas, Jânio, no dia dezenove de agosto de 1964, condecorou com a Ordem do Cruzeiro do Sul a Che Guevara provocando a oposição interna, principalmente da UDN, e externa dos EUA. Sem apoio político dos seus partidos e do Congresso Nacional, dominado pelo PSD e pelo PTB, Jânio renunciou a presidência da República no dia vinte e cinco de agosto de 1961.

Seu sucessor, segundo a Constituição, deveria ser o vice-presidente João Goulart que estava em viagem na China. Os ministros militares tentaram impedir a posse de Jango, porém o próprio setor militar não estava coeso nesta decisão e assim iniciou-se a campanha da legalidade para que Jango assumisse o poder, com destaque ao governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e o apoio do III Exército, através do general Machado Lopes. Em sete de abril de 1961, Jango tomou posse, mas sob o regime parlamentarista com poderes diminuídos.

Em janeiro de 1963, através de plebiscito, o povo decidiu pela volta do presidencialismo e, finalmente, João Goulart assume a o poder. O início do governo Jango contou com invasões de terras por parte das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais, além de enfrentar críticas dos brizolistas que cobrava mais efetividade nas reformas sociais. Já no mês de março, aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural estendendo aos trabalhadores do campo os mesmos direitos trabalhistas dos trabalhadores urbanos, conquistados no Governo de Getúlio Vargas. Em setembro, ocorreu a revolta de sargentos e cabos da Marinha e da Aeronáutica em Brasília contra uma decisão do Supremo Tribunal Federal que impedia a eleição de sargentos. Em outubro, ocorreu em São Paulo a greve dos 700 mil que reivindicavam melhores salários e acabou demonstrando a insatisfação de uma importante base de apoio político de Jango.

João Goulart pretendia implementar uma série de reformas tentando diminuir as desigualdades e promover um modelo desenvolvimentista nacionalista com autonomia externa. Dentre outras medidas das reformas de base, pode-se citar a reforma agrária, através de desapropriações sem indenizações; a reforma urbana, visando que os inquilinos pudessem se tornar proprietários das casas alugadas; a reforma política, estendendo o direito de voto a analfabetos e a postos inferiores das Forças Armadas; o monopólio da Petrobrás e a regulamentação da remessa de lucros para o exterior das empresas multinacionais (FAUSTO, 1999, p. 447-448).

Porém a oposição ao governo Jango não era uma exclusividade dos militares influenciados pela formação ideológica da ESG. A ação de organizações civis de direita financiaram uma ferenha campanha contra João Goulart e através da propaganda anti-governamental buscaram mostrar que as reformas de base propostas pelo governo significavam o avanço do comunismo sobre o Brasil. Dentre as organizações civis, destacou-se as ações do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)³⁴ e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)³⁵ que reuniram outros setores da sociedade e determinaram o caráter civil-militar do golpe de 1964.

Esses ingredientes ideológicos sistematizados pelo Exército brasileiro na Escola Superior de Guerra tinham sua variação civil na atuação política e ideológica de empresários, intelectuais, setores da Igreja e burocratas civis, aglutinados em torno do complexo IPES/IBAD, cujo papel foi decisivo na formação da opinião pública, especialmente as classes médias urbanas, a respeito d governo João Goulart. Com apoio financeiro de grandes empresários nacionais (70% das lideranças da FIESP faziam parte das duas organizações) e estrangeiros (Texaco, Shell, Coca-Cola, IBM, Esso, General Motors e outros), as duas organizações financiavam jornais da “grande imprensa” e revistas que se dispunham a fazer uma campanha anticomunista e a alimentar as críticas contra a política econômica de Goulart. Além disso, editavam livros e panfletos, realizavam palestras e conferências, patrocinavam programas de rádio e televisão, financiavam pesquisas e produziam filmes, cartuns, folhetos, etc. (WASSERMAN, 2004, p.33)

Destaca-se também a atuação do movimento feminista que, através de suas organizações como, dentre outras, o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) de São Paulo, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) do Rio de Janeiro, a União Cívica Feminina de Santos e o Movimento Feminino pela Liberdade de Recife, organizaram diversas

³⁴ O IPES foi fundado oficialmente no dia dois de fevereiro de 1962, no Rio de Janeiro, originado da fusão de grupos de empresários organizados no Rio de Janeiro e em São Paulo que entendia que as reformas de base de João Goulart significavam o avanço do comunismo no país (PAULA, *O instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES*).

³⁵ “O instituto foi fundado em maio de 1959, por Ivan Hasslocher, recebendo contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros, que, descontentes com a disparada da inflação e o estilo populista de JK, julgaram necessário organizarem-se com o objetivo de combater o comunismo no Brasil e influir nos rumos do debate econômico, político e social do país. O papel desenhado para o IBAD era a ação política.” (PAULA, *O Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD*)

manifestações³⁶ contra o governo de Jango e o comunismo³⁷.

A partir de 1964, Jango passou, por meio de decretos assinados diante de grandes massas, a anunciar as reformas de base e obter o apoio político da sociedade. No dia treze de março, na Praça da República do Rio de Janeiro, Jango realizou o Comício da Central que reuniu cerca de cento e cinquenta mil pessoas quando assinou dois decretos: o primeiro desapropriou as refinarias de petróleo que ainda não eram da Petrobrás e o segundo anunciou a desapropriação de propriedades subutilizadas para a reforma agrária e a criação da SUPRA. Anunciou que em breve implementaria a reforma universitária, urbana, tributária, constitucional e eleitoral. O tom do discurso de Jango, da uma idéia do clima de polarização da sociedade brasileira.

Proclamar que esta concentração seria um ato atentatório do Governo ao regime democrático é como se no Brasil ainda fosse possível governar sem o povo. Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por esses democratas. Democracia para eles, trabalhadores, não é o regime da liberdade de reunião para o povo mas a de um povo emudecido e abafado nas suas reivindicações. A democracia, trabalhadores, que eles desejam impingir-nos é a democracia do antipovo, da anti-reforma, do anti-sindicato, aquela que favorece aos interesses dos grupos que representam. A democracia que eles pretendem é dos privilegiados, da intolerância, do ódio, para liquidar com a Petrobras, a democracia dos monopólios nacionais e internacionais, a democracia que levou Getúlio Vargas ao extremo sacrifício. (GOULART, 1964, p. 228)

No dia dezanove de março, evidenciando o caráter de polarização política da época, o governo do Estado de São Paulo, e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Sociedade Rural Brasileira, juntamente com associações de senhoras católicas e setores do clero organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade que aconteceu em São

³⁶ “A tais manifestações, reserva-se a função de criar um clima sócio-político favorável à intervenção militar, bem como de incitar diretamente as Forças Armadas ao golpe de Estado. A 8 de março de 1964, 2 mil mulheres do Movimento Feminino pela Liberdade se manifestam contra o comunismo, em Recife; a 11 de março de 1964, a CAMDE promove, no Rio, uma manifestação contra o governo federal e o comunismo, à qual comparecem 3 mil pessoas; a 24 de março de 1964, realiza-se a passeata anticomunista em Santos, sob a coordenação da União Cívica Feminina, da Conferência das Famílias Cristãs e da Aliança Eleitoral pela Família” (SAES, 2004, p. 501).

³⁷ Talvez a expressão “Jango e comunismo” não seja a mais apropriada, pois acredito que o governo de Jango era entendido como o governo que “implantaria o comunismo” no Brasil.

Paulo e contou com a presença de aproximadamente quinhentas mil pessoas que se manifestavam na “cruzada contra o comunismo” manifestado nas reformas anunciadas por Jango (WASSERMAN, 2004, p. 37).

A gota d’água que mobilizou os setores golpistas das Forças Armadas aconteceu no episódio conhecido como a revolta dos marinheiros. No dia vinte e quatro de março o Ministro da Marinha, Sílvio Mota ordenou a prisão dos dirigentes da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, órgão que lutava pelos direitos dos marinheiros. No dia seguinte, cerca de dois mil marinheiros e fuzileiros navais reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro para comemorar o segundo aniversário da associação. O ato contou com a presença de Leonel Brizola, além de muitas lideranças sindicais e estudantis.

O início do ato contou com o discurso do líder José Anselmo dos Santos que defendeu as reformas de base. No encontro, os marinheiros e os fuzileiros navais reivindicaram mudanças: “o reconhecimento de sua associação, a melhoria da alimentação a bordo dos navios e dos quartéis e a reformulação do regulamento disciplinar da Marinha. Finalmente, exigiram que nenhuma medida punitiva fosse tomada contra os que ali estavam” (LAMARÃO, *A revolta dos marinheiros*). Um destacamento, liderado por Cândido Aragão, de fuzileiros navais foi enviado pelo ministro para prender os líderes do evento, porém o grupo acabou aderindo ao movimento. Diante desta atitude, o ministro demitiu-se do cargo. No dia vinte e seis, o ministro do Trabalho Amauri Silva conseguiu acalmar os ânimos sendo que os revoltosos foram inicialmente presos, mas logo anistiados por Jango. O anúncio que os revoltosos não seriam punidos foi interpretado pelas altas patentes da Marinha e pelo Clube Militar como um incentivo à quebra da hierarquia militar agravando ainda mais a oposição militar ao presidente (FAUSTO, 1999, p.460).

No dia trinta e um de março o general Olímpio Mourão Filho mobilizou suas tropas em Juiz de Fora e deslocou-se até o Rio de Janeiro para depor o presidente. No dia seguinte, as tropas do II Exército vindas do Vale do Paraíba, sob o comando do general Amauri Kruel encontraram-se com I Exército. Na noite do dia primeiro de abril, o presidente do Senado declarou vago o cargo de presidente já que Jango viajou para Porto Alegre. Então, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, ocupou o cargo, porém o poder já estava nas mãos dos militares e não seria devolvido aos civis tão cedo.

Interpretado como a derrubada de um governo comunista, o golpe civil-militar de

1964 derrubou um governo nacionalista e populista que tomou medidas no sentido de redistribuir a renda e promover o desenvolvimento econômico. Porém, contrariou os interesses da elite econômica brasileira, que soube ganhar o apoio da classe média, e do capitalismo internacional, representado sobretudo pelos EUA, que utilizou-se do contexto da guerra fria e do discurso de combate ao comunismo para conter os avanços sociais reivindicados pela sociedade organizada e garantir a manutenção das relações capitalistas de desigualdade e exploração da maioria.

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DOS DADOS

4.1 - Análise dos documentos da CEIS

Conforme já declarado anteriormente, foi a partir do encontro casual dos documentos da CEIS, na Universidade de Caxias do Sul, que se deu a motivação inicial à presente pesquisa. A análise inicial das 137 páginas encontradas permitiu afirmar que a CEIS - instalada na UFRGS no dia 18 de maio de 1964 - atuou principalmente na perspectiva de repressão do movimento estudantil. A análise dos documentos da CIES segue a seqüência cronológica das reuniões da CEIS/UFRGS e mostrará que as investigações, além de professores e funcionários, atuou em relação aos estudantes.

Uma primeira característica observada a partir dos documentos foi a necessidade de rapidez³⁸ na execução das investigações, fato acentuado com freqüência nos registros das reuniões. A agilidade provavelmente foi conseqüência do prazo inicial para conclusão e

³⁸ O Professor Ney Messias, no decorrer das discussões sobre o Projeto de Regimento da CEIS, afirma que as normas aprovadas poderiam ser modificadas no decorrer das atividades “tendo em vista as condições desejadas de eficiência e rapidez”. (UFRGS. CEIS. *Ata da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 26/05/1964, p. 5. UCS/CEDOC/LTM.). O presidente da CEIS Nagipe Buaes também acentua a necessidade de os trabalhos se realizarem de forma rápida, conforme o trecho da ata a seguir: “O Sr. Presidente, a seguir, acentuou a necessidade de que os trabalhos sejam acelerados, a fim de que sua conclusão ocorra no menor prazo possível” (UFRGS. CEIS. *Ata da 4ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 08/06/1964, p.7. UCS/CEDOC/LTM.).

entrega do relatório final (dia 14 de julho), mas que, posteriormente, foi prorrogado por mais 30 dias³⁹.

As atas das reuniões, em diversos trechos, tratam da função da CEIS. Na primeira reunião da CEIS o professor Lourenço Mário Prunes afirmou:

O Prof. Prunes afirmou entender que a Comissão Especial recém empossada não tem qualquer atribuição de proceder a investigação de caráter ideológico ou policialesco. Ater-se-á ela, exclusivamente, aos aspectos que disserem com a subversão ou a improbidade. Por outro lado, é necessário imprimir novos rumos à educação da juventude; para o desempenho dessa missão deverão os educadores envidar os seus melhores esforços⁴⁰.

O professor Ney Messias tratou de salientar que a CEIS deverá dar novos rumos as organizações estudantis, retirando-as das atividades políticas:

[...] esta Comissão, além de dar seu veredito nos casos que apreciar, deverá traçar uma série de diretrizes gerais aos corpos diretivos da Universidade e das Faculdades e Escolas, no sentido de que êsses corpos exerçam maior influência sobre as organizações estudantis, retirando-as das atividades políticas, sem impedir, porém, as suas preocupações de caráter cultural e social⁴¹.

³⁹ UFRGS. CEIS. *Ofício Circular expedido pelo Profº Nagipe Buaes, presidente da Comissão Especial de Investigação Sumária da Universidade do Rio Grande do Sul, transcrevendo telegrama do reitor, prorrogando o prazo para entrega de conclusão de investigação*, 24/06/1964, p. 1. UCS/CEDOC/LTM.

⁴⁰ UFRGS. CEIS. *Ata da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 26/05/1964, p. 3. UCS/CEDOC/LTM.

⁴¹ UFRGS. CEIS. *Ata da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 26/05/1964, p. 6. UCS/CEDOC/LTM.

Percebe-se a forte atuação da CEIS em relação aos estudantes através de depoimentos, principalmente nas subcomissões; visto que os estudantes eram ouvidos nas subcomissões⁴² e, em alguns casos, também na comissão plenária. Já na reunião de instalação dos trabalhos da Subcomissão letra D, integrada pelas Faculdades de Direito, Filosofia, Ciências Econômicas e Escola de Artes, acontecida no dia 29 de maio, consta na ata a afirmação do presidente da referida subcomissão, Professor Nagipe Buaes: “O Sr. Presidente, em seguida, determinou dia e hora para que seja convocado a prestar depoimento o Sr. Presidente do Centro Acadêmico da Fac. de Ciências Econômicas e Escola de Artes”⁴³. Na reunião seguinte da subcomissão, foi ouvido o acadêmico Egon Handel representante do Centro Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas:

Precisamente às 15 horas, hora em que ir-se-ia ouvir o Representante da Fac. de Ciências Econômicas, apresentou-se o Acadêmico Egon Handel. O Sr. Presidente, a seguir, procedeu ao ato da integração do Sr. Ac. Egon Handel na Subcomissão o que foi feito mediante a assinatura do Termo de compromisso do mesmo, em livro especial. [...] A seguir, o Sr. Presidente declarou iniciado o trabalho de inquirição ao Acadêmico, do qual foi relator o Prof. Messias. Do depoimento feito, foi lavrado o respectivo Termo o qual constitui [sic] parte da presente Ata, conforme se lê das duas folhas anexas. [...] Logo após, foram acentados os nomes dos Presidentes do Centro dos Estudantes Universitários e Ciências Econômicas, a partir de 1960, ocasião em que foram mencionados nomes de elementos a serem convocados para o depoimento nesta Subcomissão. Dessa forma, o Sr. Jorio Marques, ex-aluno da Faculdade de Ciências Econômicas, por determinação do Sr. Presidente, deverá ser convocado para comparecer no dia 3 do corrente, às 15 horas.

⁴² Como pode-se observar no trecho a seguir, os estudantes eram investigados mais profundamente pelas subcomissões sendo que os mais “comprometidos” eram inquiridos pelas mesmas: “O Prof. Jacy C. Monteiro esclareceu que já existem, na Sub Comissão C, cerca de 40 estudantes da Faculdade de Medicina que já estão relacionados; desses, há 6 ou 7 verdadeiramente comprometidos. Perguntou: tais estudantes devem ser chamados? O sr. Presidente, disse que, realmente, os aludidos estudantes devem ser chamados e inquiridos pela Subcomissão, para poderem apresentar defesa” (UFRGS. CEIS. *Ata da 4ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 08/06/1964, p.7. UCS/CEDOC/LTM.).

⁴³ UFRGS. CEIS. SUBCOMISSÃO LETRA D. *Ata da reunião de instalação dos trabalhos da Subcomissão letra D, integrada pelas Faculdades de Direito, Filosofia, Ciências Econômicas e Escola de Artes*, 29/05/1964, p. 1. UCS/CEDOC/LTM.

O presidente da CEIS e da subcomissão D, Nagipe Buaes, expediu, no dia 26 de junho, um ofício⁴⁴ endereçado ao professor Laudelino Teixeira de Medeiros, representante da Faculdade de Filosofia, informando sobre o depoimento de três estudantes, sendo dois deles, Annibal G. de Barros Cassal e João Fabrício de Moraes, sujeitos entrevistados nesta pesquisa: “no horário de costume, dia 30 do corrente, serão ouvidos os seguintes estudantes, tendo em vista nova Ficha recebida por esta Comissão: Anibal de Barros Cassal, Marcos Faermann, João Fabricio de Moraes – Fac. de Direito”⁴⁵.

Na ata da primeira reunião da CEIS, realizada no dia 21 de maio, o Professor Nagipe Buaes sugeriu “que cada integrante da Comissão obtivesse a sua Faculdade ou Escola uma lista do corpo docente, discente e administrativo, para que a mesma fôsse devidamente apreciada” o objetivo destas listas, segundo o proponente, era ensinar “à Comissão, informações que pudessem levá-la a intensificar suas atividades⁴⁶”. A sugestão foi aceita pelos membros da comissão que, nas reuniões seguintes, providenciaram e encaminharam as referidas listas.

A análise dos documentos da CEIS revelou que existiu uma cooperação entre os órgãos de repressão no que se refere à troca de informações. Uma via das listas de professores, estudantes e funcionários providenciadas pelos professores de cada faculdade e escolas foram encaminhadas para o assessor militar da comissão, Gen. R/1 Jorge Cesar Garrastazu Teixeira, indicado pelo III Exército⁴⁷. Através deste assessor militar, aconteceu à troca de informações entre a CEIS, o III Exército e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), tanto que na primeira reunião, o mesmo é incumbido pelo presidente “de solicitar informes ao Comando do III Exército e à Chefia de Polícia quanto aos atos e fatos, investigados pela Comissão Especial e praticados pro elementos vinculados à Universidade”⁴⁸.

⁴⁴ Não é possível identificar claramente se os estudantes serão ouvidos na reunião plenária da CEIS ou na subcomissão D. Provavelmente, o ofício faz referência a reunião da subcomissão D, pois no dia 30 de junho, segundo as atas, não aconteceu reunião plenária da CEIS.

⁴⁵ UFRGS. CEIS. SUBCOMISSÃO D. *Ofício expedido pelo Profº Nagipe Buaes, ao Profº Laudelino Teixeira de Medeiros, enviando relação dos estudantes que serão ouvidos pela subcomissão D*, 26/06/1964, p. 1. UCS/CEDOC/LTM.

⁴⁶ UFRGS. CEIS. *Ata da 1ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 21/05/1964, p. 9-10. UCS/CEDOC/LTM.

⁴⁷ UFRGS. CEIS. *Ata da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 26/05/1964, p. 4. UCS/CEDOC/LTM.

⁴⁸ UFRGS. CEIS. *Ata da 1ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 21/05/1964, p.10. UCS/CEDOC/LTM.

Na quarta reunião, realizada no dia 08 de junho, o General Teixeira, como era denominado o assessor militar nos documentos, afirmou que as informações provenientes do “III Exército já estão tôdas, praticamente, encaminhadas às Sub-Comissões. Na DOPS ainda existem muitas informações a serem recebidas, as quais estão demorando em virtude das inúmeras solicitações que estão sendo feitas àquela repartição”⁴⁹. Fez parte dos documentos da CEIS analisados, um ofício expedido pelo General Teixeira ao presidente da subcomissão D, remetendo dois documentos: uma relação dos inscritos no curso “O Marxismo como Filosofia Humanista em nosso tempo” promovido pelo professor Jacob Gorender, com data de agosto de 1962, e o extrato do livro de atas do conselho de UEE [União Estadual dos Estudantes] (este último, não consta em anexo)⁵⁰.

Em algumas reuniões foram lidas fichas de informações de professores enviadas pelo III Exército à CEIS: “O sr. Gen. Teixeira, logo após, solicitou fôsse lida, para conhecimento do plenário, a ficha de informações sôbre o Prof. Westphalen, ficha essa enviada pelo III Exército”⁵¹. Dentre os documentos da CEIS, consta uma ficha de informações do professor da Faculdade de Filosofia da UFRGS, Ernani Maria Fiori, em que se citam eventos que o mesmo participou e diz ainda que o professor “orienta tôdas as atividades extremistas das organizações estudantis de Pôrto Alegre. Lidera a ação dos comunistas na Faculdade de Filosofia”, sendo que consta também no documento a referência de algumas das informações que foram prestadas pelo DOPS⁵².

No final da primeira reunião, decidiu-se que o General Teixeira deveria convidar os interventores de entidades estudantis para participarem da reunião seguinte a fim de uma plena coordenação das atividades. Assim, na segunda reunião realizada, a CEIS recebeu e ouviu os seguintes interventores: o tenente coronel Nathanael Gomes Álvares, o tenente coronel Antônio Mendes Ribeiro, o tenente coronel Waldemar Carlos Schneider e o tenente coronel Ruy Gonçalves, respectivamente interventores da União Nacional dos Estudantes

⁴⁹ UFRGS. CEIS. *Ata da 4ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 08/06/1964, p.7. UCS/CEDOC/LTM.

⁵⁰ Consta abaixo desta lista de estudantes em anexo ao ofício entre parênteses a seguinte descrição: “Inf. III Exército”. No lado superior direito do ofício, consta a inscrição em letras maiúsculas: “*SECRETO*”. (UFRGS. CEIS. SUBCOMISSÃO D. *Ofício expedido pelo General Jorge Teixeira, assessor militar, ao presidente da subcomissão de Investigação Sumária da Universidade de Rio Grande do Sul D, remetendo documentos*, 16/06/1964, p.1-2. UCS/CEDOC/LTM.).

⁵¹ UFRGS. CEIS. *Ata da 5ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 09/06/1964, p.8. UCS/CEDOC/LTM.

⁵² UFRGS. CEIS. *Ficha de informações do professor da Faculdade de Filosofia da UFRGS – Ernani Maria Fiori*, UCS/CEDOC/LTM. 1 p.

(UEE), da Federação dos Estudantes da UFRGS (FEURGS), da Casa do Estudante e da União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre (UMESPA).

Em relação à entidade representativa dos estudantes da UFRGS, a FEURGS, seu interventor, relatou a forte influência comunista na entidade, ou seja, subversiva, através dos membros da sua diretoria:

Aduziu que, segundo verificação feita na DOPS, 4 elementos da Diretoria da FEURGS estavam fichados naquela Divisão: o Presidente da entidade, Ac. Plinio Dentzien e outros 3 elementos. Leu a ficha do Ac. Dentzien na DOPS e, em seguimento, teceu considerações sobre fatos ocorridos na última campanha eleitoral na FEURGS, bem como sobre a correspondência subversiva que ainda hoje chega àquela entidade – correspondência essa que, agora, é cremada – para concluir declarando que todos esses fatos demonstram a profunda infiltração subversiva que existe no meio estudantil⁵³.

Pelo que se depreende do documento registrando na terceira reunião realizada no dia 04 de junho de 1964, ficou decidido, por sugestão dada pelo General Teixeira, convocar os diretores das faculdades e escolas para colaborarem com os trabalhos da CEIS. Desta forma, as três reuniões subseqüentes dedicaram-se a ouvir os diretores convocados. No dia 08 de junho, a quarta reunião da CEIS ouviu quatro diretores: Othon Santos e Silva, Diretor da Faculdade de Odontologia; Rubem Green Ribeiro Dantas, Diretor em exercício da Faculdade de Farmácia e Bioquímica; Maria da Glória Leite Rozas, Diretora da Escola de Enfermagem; e Álvaro Barcellos Ferreira, Diretor em exercício da Faculdade de Medicina⁵⁴. A quinta reunião, ocorrida no dia seguinte, ouviu mais quatro diretores: Luiz Leseigneur de Faria, Diretor da Escola de Engenharia; Mozart Pereira Soares, Diretor da Faculdade de Agronomia e Veterinária; João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura; e Milton Luiz

⁵³ UFRGS. CEIS. *Ata da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 26/05/1964, p. 5. UCS/CEDOC/LTM.

⁵⁴ UFRGS. CEIS. *Ata da 4ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 08/06/1964, p.1. UCS/CEDOC/LTM.

Laquintinie Formoso, Diretor em Exercício da Escola de Geologia⁵⁵. Por fim, no dia 15 de junho, mais quatro diretores deram seus depoimentos à CEIS: Ari Nunes Tietböhl, Diretor da Faculdade de Filosofia; Galeno Vellinho de Lacerda, Diretor da Faculdade de Direito; Pery Pinto Diniz da Silva, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas; e Aurora M. C. Dasidério, Diretora da Escola de Artes⁵⁶.

Nas três reuniões, antes da fala dos diretores, o presidente Nagipe Buaes leu os quesitos que orientariam os depoimentos e deveriam ser respondidos a fim de complementar os relatórios enviados à CEIS:

1º) - Se os diretores têm conhecimento de irregularidades nas Faculdades que dirigem e merecem ser apontadas pela comissão, notadamente de casos de corrupção e malversação dos dinheiros públicos, para fins subversivos, uma vez que este particular não foi abordado no ofício sigiloso.

2º) – Se como membro do Conselho Universitário, ou por outras fontes, podem apontar indícios ou informações de fatos na Universidade que devam ser estudados pela Comissão de investigação uma vez que digam respeito a subversão, comunismo e corrupção⁵⁷.

Na fala dos diretores sobre suas respectivas faculdades ou escolas, os mesmos falaram sobre os professores, funcionários, e, sobretudo, sobre a repercussão do golpe militar no movimento estudantil. O diretor Rubem Green Ribeiro Dantas, segundo o relato descrito na ata, falou sobre o dia primeiro de abril no Centro Acadêmico da Faculdade de Farmácia: “Reportou-se, a seguir, ao dia 1º de abril do corrente ano, dizendo que no Centro Acadêmico da Faculdade de Farmácia estavam sendo difundidas marchas militares e apresentados cartazes que conclamavam os estudantes à greve”⁵⁸. Já Álvaro Barcellos Ferreira falou sobre

⁵⁵ UFRGS. CEIS. *Ata da 5ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 09/06/1964, p.1. UCS/CEDOC/LTM.

⁵⁶ UFRGS. CEIS. *Ata da 6ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 15/06/1964, p.1-2. UCS/CEDOC/LTM.

⁵⁷ UFRGS. CEIS. *Ata da 4ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 21/05/1964, p.2. UCS/CEDOC/LTM.

⁵⁸ UFRGS. CEIS. *Ata da 4ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 21/05/1964, p.2. UCS/CEDOC/LTM.

o aparecimento de um manifesto: “nos primeiros dias após a Revolução, surgiu, na Faculdade, um manifesto subversivo, assinado pelo Acadêmico Haas, então Presidente do C. A. Sarmiento Leite” e falou da influência comunista na entidade e na repressão à João Carlos Haas Sobrinho, então presidente do Centro Acadêmico Sarmiento Leite (CASL) da Faculdade de Medicina: “a Diretoria deposta do referido Centro Acadêmico estava plenamente integrada nas idéias esquerdistas, com desempenho atuante em relação às mesmas. Informou, ainda, que, dias após, o Ac. Haas foi preso, em virtude da atuação já referida”⁵⁹.

Na quinta reunião, o professor Laudelino Teixeira de Medeiros questionou os diretores presentes, indagando se existe no corpo discente das suas respectivas faculdades algum “estudante profissional”:

O Prof. Laudelino, a seguir, referiu-se a um tipo de estudante que é relativamente raro, mas que existe na Universidade: o estudante profissional. Esse estudante permanece no ambiente universitário com finalidades estranhas e contrárias aos objetivos da Universidade, e, algumas vezes, com fins subversivos. É um estudante que repete intencionalmente, ou, então, que permanece na Escola, através de outros cursos, com a intenção de ficar no ambiente universitário⁶⁰.

Cabe destacar que, na presente pesquisa, o entrevistado José Antonio F. Arregui também citou a presença destes estudantes na Faculdade de Direito:

[...] o partidão que eu digo é o PC [Partido Comunista], o partidão o que fazia? Pegava você e tornava-o, você, militante... [...] um estudante profissional, você nunca saía do segundo ano, você entrava e ficava sempre no segundo ano, para quê? Para fazer proselitismo das idéias do PC.

⁵⁹ UFRGS. CEIS. *Ata da 4ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 21/05/1964, p.4. UCS/CEDOC/LTM.

⁶⁰ UFRGS. CEIS. *Ata da 5ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 09/06/1964, p.5. UCS/CEDOC/LTM.

Retomando a análise dos documentos da CEIS, verificou-se que, na sexta reunião, foram relatadas as ações mais enérgicas do movimento estudantil contra o golpe militar na UFRGS, principalmente, através do relato de Ari Nunes Tietböhl, Diretor da Faculdade de Filosofia. Consta na ata da referida reunião, o relato do diretor sobre os fatos ocorridos:

Com a eclosão do movimento revolucionário, a 31 de março, 1º de abril e manhã de 2 de abril, registrarem-se, de parte da direção do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, atos e manifestações que de modo algum viviam o espírito da Revolução. Quando, cêrca das 7:45 horas do dia 1º; o orador chegou à Faculdade que dirige, havia cartazes com declarações contrárias ao movimento eclodido, tais como: “Abaixo os gorilas”, “O Centro Acadêmico manifesta-se contra o golpe” e outros. O Prof. Tietböhl chamou o Presidente e determinou que, de imediato, retirasse todas os cartazes que haviam no pátio da Faculdade⁶¹.

Seguindo o seu relato, o diretor afirmou que foi organizado um posto de alistamento no Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt (CAFDR), da Faculdade de Filosofia, “no sentido de fazer uma resistência ao movimento revolucionário”:

Mais tarde, perto do meio dia, o orador ouviu, pelo rádio, que existia, no Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, um centro de alistamento do movimento contrário ao que havia eclodido. À tarde, o orador foi novamente à Faculdade, tendo encontrado, na confluência da Av. Paulo Gama com a Av. Osvaldo Aranha, uma espécie de barricada, constituída de bancos de cimento, tonéis vazios e outros materiais. No recinto, defronte da porta principal, estava uma faixa em que se lia, mais ou menos, os seguintes dizeres: “Faculdade de Filosofia – Centro de Alistamento”. Entretanto, quando o orador estava chegando à Faculdade, chegava, também, um veículo de Polícia de Choque, tendo, esta, destruído e barricada e

⁶¹ UFRGS. CEIS. *Ata da 6ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 15/06/1964, p.3. UCS/CEDOC/LTM.

retirado todos os cartazes que estavam pregados às árvores, nos quais se concitava a mocidade a se alistar⁶².

Relatou ainda o aparecimento de uma circular do CAFDR “fazendo referências quanto à prisão de estudantes, intervenção nas entidades estudantis, e dizendo da sua discordância”, Referiu que o mesmo apareceu sem assinatura, mas que na mesma tarde o presidente da entidade, Flávio Koutzii, assumiu a responsabilidade pelo documento. A seguir, afirmou que apareceram na Faculdade de Filosofia “boletins do Movimento de Resistência Estudantil, de origem completamente ignorada”⁶³.

O diretor Galeno Velhinho de Lacerda relatou a CEIS os fatos ocorridos na Faculdade de Direito:

Durante o período da Revolução, como acentuei, a Faculdade foi invadida por um bando de estudantes, na maioria “bichos”, tendo havido, de parte dos alunos da Faculdade de Direito, um forte movimento de reação, o qual foi reprimido; a Faculdade foi evacuada, tendo o orador ordenado seu imediato fechamento, tendo ela ficado fechada durante todo aquele período. Alguns estudantes da Faculdade foram detidos ou presos, o então Presidente da FEURGS – que também é aluno da Fac. de Direito – esteve detido cerca de um mês, mas no recinto da Faculdade não houve manifestações subversivas, nem conferências ou discursos de ordem subversiva. Aliás, jamais seria concedida licença para tais manifestações⁶⁴.

Segundo o diretor da Faculdade de Direito, registrou-se “apenas, a presença do movimento comum, esquerdizante, entre os estudantes do Grêmio Universitário Tobias

⁶² UFRGS. CEIS. *Ata da 6ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 15/06/1964, p.4. UCS/CEDOC/LTM.

⁶³ UFRGS. CEIS. *Ata da 6ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 15/06/1964, p.4. UCS/CEDOC/LTM.

⁶⁴ UFRGS. CEIS. *Ata da 6ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 15/06/1964, p.5-6. UCS/CEDOC/LTM.

Barreto, mas assim mesmo, sem excessos subversivos ou perturbados da normalidade”⁶⁵. Tais considerações vão ao encontro do que José Antonio F. Arregui afirmou na entrevista, referindo-se às forças políticas na Faculdade de Direito: “o pessoal de esquerda se agrupava numa entidade literária que tinha chamado Centro Tobias Barreto, então lá era discutido tudo de tendência nitidamente à esquerda”.

O diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Pinto Diniz da Silva, falou sobre os fatos ocorridos em sua faculdade nos primeiros dias de abril em que alguns estudantes tiveram participação “numa manifestação de greve que foi geral, mas, imediatamente, sem nenhuma perturbação, a greve foi suspensa. Soube, também, o orador, que quatro alunos da Faculdade foram detidos pela polícia política, mas por fatos ocorridos fora da Faculdade”⁶⁶.

Após ouvir os interventores das entidades estudantis e os diretores de faculdades e escolas da UFRGS, a CEIS recebeu na sua sétima reunião, realizada no dia 02 de julho, o ex-reitor da UFRGS, Elyseu Paglioli para prestar “esclarecimentos e informações”. No seu depoimento, o ex-reitor falou da tomada da rádio da universidade por parte dos estudantes e das tentativas do mesmo para tentar impedir-la.

No dia 1º de abril, cerca das 11 horas recebi telefonema do Diretor da Rádio da Universidade comunicando-me que recebera ordens do IIIº Exército para que a Rádio entrasse em cadeia com as demais estações. Disse mais, disse que um grande número de estudante já se achava na sede da Rádio, já ocupada, e consultou-me sobre o que deveria fazer. Disse-lhe que tirasse imediatamente a Rádio do ar, desligando-a ou suprimindo peças indispensáveis ao seu funcionamento. Autorizei mesmo, que mandasse um funcionário à Ilha para isolar os transmissores. O Diretor advertiu-me do perigo que disso resultaria pois que os estudantes estavam exaltados e certamente destruiriam a Estação e depois talvez [sic] danificassem outros prédios da Universidade. Eu disse a êle que não importava, pois a responsabilidade seria dos estudantes. Deixei a critério do Diretor, dizendo-lhe que fizesse tódo o possível para evitar que a Rádio se unisse ao movimento. Logo após fui ao quartel do IIIº Exército e fui recebido pelo General Comandante que confirmou a requisição. Pedí-lhe uma ordem escrita e êle ficou de mandar mas o movimento terminou e a ordem não foi recebida. Só mais tarde consegui (policiamento do Estado para impedir desordem na Rádio. Segundo fui informado, alguns estudantes agitadores ma atacaram violentamente pela Rádio, chamando-me de reacionário e mesmo outros tórmos agressivos foram usados contra mim. Nêsse mesmo dia, ao mesmo tempo em que

⁶⁵ UFRGS. CEIS. *Ata da 6ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 15/06/1964, p.5. UCS/CEDOC/LTM.

⁶⁶ UFRGS. CEIS. *Ata da 6ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 15/06/1964, p.6. UCS/CEDOC/LTM.

um grande grupo de estudantes ocupavam a Rádio, outro grupo muito maior tentava invadir a Reitoria a fim de agredir-me.

Fazem parte do acervo de documentos da CEIS/UFRGS, três transcrições de depoimentos de estudantes, sendo que dois deles foram prestados na subcomissão D e o outro depoimento foi uma gravação apresentada pelo interventor da FEURGS, tenente coronel Antônio Mendes Ribeiro, na segunda reunião da CEIS, realizada no dia 26 de maio e ouvida por todos.

Através destas transcrições de depoimento, apesar de serem poucos, já foi possível observar alguns aspectos que a CEIS buscava investigar em relação ao corpo discente. No dia primeiro de junho, na primeira reunião da subcomissão D, foi ouvido o depoimento de Egon Handel, aluno da Faculdade de Ciências Econômicas e Presidente do Centro dos Estudantes Universitários de Ciências Econômicas. Segundo o depoimento do professor Ney Messias, o acadêmico compareceu na reunião com o objetivo de apresentar seu relatório, oral ou escrito, sobre os “atos subversivos que tenha conhecimento, realizados dentro do âmbito – do Centro que preside, atos contra a soberania nacional ou, ainda, impropriedades que tenha o direito de julgar. Porém, não será inquirido sobre pensamento ideológico de forma alguma”⁶⁷. Em seu depoimento foi questionado sobre a atitude da sua entidade diante do golpe militar e o acadêmico respondeu: “Na ocasião elaboramos um manifesto e o foi repudiando o golpe, nos primeiros dias. Logo após, foi levantada a greve, não acontecendo nada de importante”. O estudante foi ainda questionado se foi a sua entidade que patrocinou uma palestra do professor Jacob Gorender, ou uma associação de alunos da Faculdade de Ciências Econômicas, de atuação subversiva, segundo Laudelino Teixeira de Medeiros. Egon Handel respondeu ter sido a referida associação que patrocinou a palestra. Por fim, a subcomissão requisitou os nomes dos presidentes da sua entidade estudantil desde 1960⁶⁸.

⁶⁷ UFRGS. CEIS. SUBCOMISSÃO D. *Depoimento de Egon Handel, aluno da Faculdade de Ciências Econômicas e Presidente do Centro dos Estudantes Universitários de Ciências Econômicas*, 01/06/1964, p. 1. UCS/CEDOC/LTM.

⁶⁸ UFRGS. CEIS. SUBCOMISSÃO D. *Depoimento de Egon Handel, aluno da Faculdade de Ciências Econômicas e Presidente do Centro dos Estudantes Universitários de Ciências Econômicas*, 01/06/1964, p. 2. UCS/CEDOC/LTM.

No dia seguinte, a subcomissão D ouviu o depoimento de Ailson Décio Meneghetti, aluno da Escola de Artes e Presidente do Centro Acadêmico Tasso Correa. O acadêmico, convocado oralmente, respondeu negativamente as perguntas dos integrantes da subcomissão, seja sobre fatos subversivos envolvendo estudantes: “Procure relatar fatos que possam ser considerados subversivos” e “Nunca houve movimento com influência direta ou indireta, quer seja comunizante ou democrático?”; seja envolvendo professores: “Tem conhecimento de algum professor que tenha demonstrado hostilidade com a Direção ou Centro?”⁶⁹.

A transcrição do depoimento gravado e apresentada pelo interventor da FEURGS na reunião da CEIS no dia 26 de maio é a mais extensa e, provavelmente, a inquirição ao acadêmico de Medicina Paulo Roderto Faillace tenha sido realizada por militares. Nas oito páginas transcritas, perguntas incisivas e diretas foram feitas ao estudante: “Pode dizer o nome dele?”, “Preciso do nome de todos”, “Qual é a comunista?”, “Sabe qual o nome deles?”⁷⁰. O acadêmico foi questionado também sobre uma passeata que aconteceu em reação ao golpe militar de 1964:

- Onde foi a passeata?

F. Esta passeata foi até a Prefeitura, saindo da Medicina, com elementos das faculdades. Devia ter mais ou menos uns mil, não sei bem... Aquele que tinha falado na Faculdade, na Assembléia Geral, repetiu a história e disse “que as forças mais retrógradas da nação tinham lançado uma revolução”.

- Quem foi este?

F. Não sei. Bem, ele disse que as forças mais retrógradas da nação tinham lançado uma revolução de direita para esmagar o povo brasileiro, esmagar todos os anseios do povo brasileiro, e que já haviam assassinado friamente três estudantes em Minas Gerais, inclusive assassinado o Deputado Francisco Julião e assassinado também, um líder camponês. Um outro líder camponês também tinha sido assassinado friamente. Não sei se vocês ouviram isso naquela reunião. Na Assembléia Geral ele repetiu tudo daquela passeata. Aí nós fomos até o Largo da Prefeitura, ali na Prefeitura velha. Minha atitude ali é que o Brizola ía aparecer para falar. Mas, como esperei meia hora e não ví o Brizola, resolvi ir embora.

- E aí foi à Reitoria?

F. Não, eu fui para casa⁷¹.

⁶⁹ UFRGS. CEIS. SUBCOMISSÃO D. *Depoimento de Ailson Décio Meneghetti, aluno da Escola de Artes e Presidente do Centro Acadêmico Tasso Correa*, 02/06/1964, p. 1. UCS/CEDOC/LTM.

⁷⁰ TRANSCRIÇÃO da gravação do depoimento do acadêmico de medicina Paulo Roderto Faillace. *Gravação ouvida na 2ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS ocorrida em 26/05/1964*, p.1. UCS/CEDOC/LTM.

⁷¹ TRANSCRIÇÃO da gravação do depoimento do acadêmico de medicina Paulo Roderto Faillace. *Gravação ouvida na 2ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS ocorrida em 26/05/1964*, p.2. UCS/CEDOC/LTM.

Segundo os registros, o estudante de medicina participou de reuniões com outros alunos da UFRGS, relatando a organização de resistência por parte dos estudantes. Revelou ainda a participação na passeata do professor Antonio Santos Flôres, da Faculdade de Medicina, que inclusive foi um dos professores expurgados pela CEIS em 1964:

- Qual foi o assunto da reunião?

F. Bem, o assunto foi o seguinte: Primeiramente começaram a discutir dizendo que tinham queimado o Caldas Junior e que conseguiram escapar da Rádio da Universidade e queimado todos os papéis, inclusive a escala dos que estavam trabalhando lá. O assunto foi a formação de uma resistência, uma espécie de Grupo dos 11 do Brizola.

- O Flôres estava lá?

F. O Flôres estava na passeata aquela e ele incitou o pessoal a tomar armas.

- Como é o nome completo do professor?

F. Eu acho que é Antônio Flôres.

- Ele é professor de medicina?

F. É Assistente, parece-me. Ele incitou o pessoal a pegar em armas. Eu estava a favor. Como eu lhes disse antes, eu estava plenamente de acordo. Mas, voltando à reunião. Eles programaram uma resistência na faculdade. Em todas as turmas haveria um determinado número de grupos, uns mais numerosos que outros. Cada um lá, tinha uma lista. Essas listas que existem na secretaria. Eles colocavam uma cruzinha ao lado do nome de todos os elementos que eles achavam eram simpatizantes da causa deles. Até o Hass disse assim. Não queria nenhum elemento que ainda não estivesse bem definido. Ele só queria indivíduos com convicção. Aí eles resolveram determinar todo mundo em grupos⁷².

Foi questionado também sobre seus professores e respondeu: “Bem professores, o único que eu sei que se manifestou comunista e que saiu uma vez no jornal, foi o Antônio Flôres. Não sei de mais nenhum”⁷³. Posteriormente, Paulo Roderto Faillace foi perguntado

⁷² TRANSCRIÇÃO da gravação do depoimento do acadêmico de medicina Paulo Roderto Faillace. Gravação ouvida na 2ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS ocorrida em 26/05/1964, p.3. UCS/CEDOC/LTM.

⁷³ TRANSCRIÇÃO da gravação do depoimento do acadêmico de medicina Paulo Roderto Faillace. Gravação ouvida na 2ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS ocorrida em 26/05/1964, p.3. UCS/CEDOC/LTM.

sobre o que sabia em relação a um manifesto denominado “Resistência”, distribuído em sua faculdade e assim respondeu:

Eu não tenho conhecimento de manifesto nenhum, O [sic] manifesto que eu soube é este: Quando o Diretor, o Paulo Cruzius, o Paulo Pires, p Antonio Cruz O [sic], o Da Camino botaram no Correio aquele manifesto pedindo a demissão do Centro Acadêmico, estava insustentável a situação, eles lançaram um manifesto. Que eles eram democratas e que eles tinha ganhado uma eleição democrática e que de maneira alguma haveria demissão. Eles distribuírem [sic] aquele manifesto por tôdas as aulas. Na nossa aula foi distribuido [sic] individualmente⁷⁴.

O referido manifesto, enviado ao Correio do Povo pelos estudantes que apoiaram o golpe militar, foi publicado no dia 19 de abril e pedia a renúncia dos dirigentes do CASL. O manifesto afirmou que os dirigentes do CASL compactuavam com a “linha comunista da UNE, UEE e FEURGS” e que, juntamente com estas entidades estudantis, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), e o Pacto de Unidade e Ação (PUA), tramavam “a derrocada do regime democrático e a implantação de uma ditadura Nazi-Fasci-Comunista”. Elenca ainda cinco fatos incontestáveis que fundamentam o pedido de renúncia da diretoria do CASL:

- 1.o - a defesa feita, a qualquer preço, dos hipócritas da UNE;
- 2.o – o totalitarismo revelado na Assembléia Geral de 1.o de abril em que a Comissão Executiva demonstrou não estar à altura de dirigir um Centro Acadêmico;
- 3.o – o pronunciamento feito pelo presidente do CASL [João Carlos Haas Sobrinho] na Rádio da Universidade, convocando o povo para a resistência armada;
- 4.o – a participação do presidente do CASL na operação “sumiço” de documentos altamente comprometedores;
- 5.o – as tentativas de impingir nos alunos uma idéia deturpada da sua linha política⁷⁵.

⁷⁴ TRANSCRIÇÃO da gravação do depoimento do acadêmico de medicina Paulo Roderto Faillace. Gravação ouvida na 2ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS ocorrida em 26/05/1964. p.6. UCS/CEDOC/LTM.

⁷⁵ (Correio do Povo, 19/04/1964, n.168, p.21).

Ao analisar parte dos documentos produzidos pela CEIS/UFRGS, uma comissão instituída para reprimir, foi possível conhecer e compreender mais a história do movimento estudantil, o qual pelo que se pode constatar não permaneceu acomodado, constituindo-se objeto de muito trabalho para as investigações da comissão.

4.2 - Análise do jornal Correio do Povo

A análise de edições do jornal Correio do Povo do ano de 1964 permitiu ampliar a compreensão do período histórico em que a pesquisa se centraliza. Difícil foi a tarefa de selecionar as fontes, buscando separar o que tinha alguma ligação com o tema e objetivo da pesquisa e o que no momento não seria importante. Inicialmente, ao ler as reportagens selecionadas, pude ter uma visão que ajudou a interpretar melhor as entrevistas. Após a análise das entrevistas, retornei aos jornais para realizar uma análise mais profunda; neste momento aconteceu uma leitura mais ampla e profunda dos documentos em relação à primeira vez, pois pude triangular as fontes orais e os documentos da CEIS também analisados. Portanto é possível afirmar que a análise do tripé documental da pesquisa não se realizou de maneira linear um após o outro: a análise de cada documento contribuiu para ampliar a visão sobre as demais fontes.

Inicialmente cabe mencionar que, ao longo de todas as reportagens no decorrer do ano, constam matérias referentes ao panorama político internacional da Guerra Fria. Tais matérias por si só poderiam servir de subsídios para uma pesquisa. Cuba é apresentada como uma referência política a ser combatida na América Latina. Hoje depreende-se claramente o impacto da Revolução Cubana na construção da ideologia da Guerra Fria. Entre as reportagens, pode-se citar a matéria de capa que noticia a visita de Fidel Castro à União

Soviética, quando Nikita Krushev prometeu “apoio inarredável para seu regime” (Correio do Povo, 14/01/1964, n.87, capa).

A partir das edições dos três primeiros meses de 1964, foi possível ampliar a compreensão da sociedade brasileira do momento, percebendo o clima de efervescência política que precedeu o golpe militar, inclusive constatando as recorrentes manifestações do movimento estudantil, tantas vezes referendado nas entrevistas. Destacam-se matérias relacionadas às reformas de base, percebendo-se o apoio dos órgãos estudantis a favor das mesmas. Já no dia primeiro de janeiro, Aurélio da Rocha Moraes, presidente da União Gaúcha dos Estudantes Secundários (UGES), ao mesmo tempo em que cumprimentou os estudantes pelo ano novo, afirmou: “Expressando a nossa confiança de que o ano de 1964 será marcado por conquistas populares, isto é, um período decisivo para o processo de libertação nacional” (Correio do Povo, 01/01/1964, n.77, p.16). Inúmeras notícias demonstram o clima de tensão entre EUA e URSS. Como exemplo desses conflitos da Guerra Fria, pode-se citar a afirmação do Secretário-geral da ONU Maha Thray Sithu U Thantdo que disse: “De crise em crise até que eventualmente descobriríamos que nos encontramos muito perto da guerra declarada” alertando o mundo sobre o perigo de uma guerra nuclear e ressaltando a necessidade da “coexistência pacífica” com o objetivo de “transformar o mundo num lugar seguro para a diversidade” (Correio do Povo, 08/01/1964, n.82, capa).

É possível separar em dois momentos as reportagens analisadas com relação ao contexto nacional: as referentes aos meses compreendidos entre janeiro e final de março, ou seja, anteriores ao golpe militar e as matérias do mês de abril até dezembro.

Diversas notícias tratam do movimento estudantil. Em algumas, há matérias sobre eventos promovidos por entidades estudantis, envolvendo diversos temas, entre eles o I Seminário Gaúcho de Alfabetização, promovido pela UGES. Tal encontro contou com estudantes de diversas cidade do Rio Grande do Sul, que discutiram o método Paulo Freire de alfabetização, inclusive vivenciando a prática do método, através do levantamento vocabular realizado na Vila Militar de Cachoeira do Sul, cidade onde aconteceu o evento (Correio do Povo, 15/01/1964, n.88, p.13).

No dia dois de fevereiro, o jornal publicou uma matéria que trouxe um pequeno resumo das atividades das entidades UEE, FEURGS, UGES e Federação dos Estudantes Universitários Particulares (FEUP), desenvolvidas no ano anterior. Ali consta que o grande

tema da política estudantil para o ano de mil novecentos e sessenta e quatro seria a “realidade brasileira, engajando-se as entidades nas campanhas (muitas delas esquerdistas, mas não, necessariamente, comunistas) que visam uma rápida transformação da realidade política e social do país” (Correio do Povo, 06/02/1964, n.107, p.14). Esta afirmação vai ao encontro do que os sujeitos da pesquisa revelaram nas entrevistas sobre o engajamento dos órgãos estudantis na política e no debate que não se restringia às “questões acadêmicas”.

Se o movimento estudantil, em sua maioria, apoiou as reformas de base, havia por outro lado estudantes que suspeitavam que estava em curso a ameaça dos comunistas que tomariam o poder no Brasil, ou em outras palavras, de que o país estava tomado pela subversão, exigindo medidas para conter esse avanço comunista. O editorial do Correio do Povo de 31 de dezembro de 1963, publicado novamente no dia 4 de janeiro, revelou este clima, inclusive manifestado pela posição do jornal diante da conjuntura política, posicionando-se contra Jango e contra as atividades dos órgãos estudantis de esquerda (aspecto também mencionado a partir da lembrança de entrevistados):

Ninguém ignorará, por certo, que a subversão da ordem, sob os mais disparatados e incoerentes pretextos e rótulos, vem sendo pregada e alimentada por demagogos e agitadores, não de hoje, mas de já bem recuada data. [...] Será necessário dizer que qualquer subversão da ordem se tornará catastrófica para o Brasil e que só o que poderá acarretar será adiar muitíssimo tempo a recuperação do País, depois que se restaure a lei sôbre os escombros da desordem? Parece que já chega de desorientação, insegurança e agitação. A Nação já está saturada de conversas de energumentos e “pelegos”. Precisa, indispensável e urgentemente, de ordem, decência, compostura, austeridade, trabalho e produção. É o que devem impor as forças vivas do Brasil, antes que a nossa pátria entre num ciclo fatal de desintegração e caos (Correio do Povo, 04/01/1964, n.79, p.16).

No dia seguinte, sob o título “Subversão em marcha: Professôres alertam o país para o perigo Comunista”, o jornal noticiou um manifesto de professores universitários, alertando o país e convocando os “verdadeiros democratas” para uma “vigilância cívica” para defender a ordem e a independência da pátria contra as “criminosas tentativas de entregar o País ao jugo

de uma ditadura liberticida e cruel, comandada pelo imperialismo comunista e pelo colonialismo soviético” (Correio do Povo, 05/01/1964, n.80, p.20).

Quem também alertou para o perigo comunista foram membros da Igreja Católica, que declararam o combate à infiltração comunista no país, como afirmou Dom Jaime Câmara em sua palestra a “Voz do Pastor”: “Reafirmou Dom Jaime a posição da Igreja, de combate sem descanso ao comunismo materialista, inimigo de Deus e das liberdades, e conclamou o povo a não se deixar envolver pela astúcia e audácia dos vermelhos” (Correio do Povo, 19/02/1964, n.117, p.07).

Os discursos contrários às reformas de base, que receberam mais espaço no jornal, vão tornando-se mais incisivos, principalmente a partir do mês de março, revelando o clima de tensão que culminou com o golpe militar. No meio rural, a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) posiciona-se contrária à reforma agrária proposta pela Superintendência de Política Agrária (SUPRA), manifestando-se em “defesa da propriedade e da Constituição” (Correio do Povo, 03/03/1964, n.128, p. 3). No meio urbano, o decreto que tabelou o preço dos aluguéis de imóveis gerou insatisfação e críticas neste setor por parte algumas entidades, o presidente do Sindicato da Indústria de Construção Civil considerou a medida “uma solução lírica e demagógica” (Correio do Povo, 14/03/1964, n.138, p.11).

No dia 27 de março, o jornal noticiou a revolta dos marinheiros ocorrida no Rio de Janeiro. No dia seguinte, a partir do desfecho em que muitos revoltosos foram presos e em seguida anistiados pelo presidente João Goulart, o jornal trouxe matérias que mostravam a revolta das altas patentes das Forças Armadas em oposição à decisão de Jango. O presidente da UDN, Bilac Pinto, “considera a Marinha de Guerra liquidada como uma das três Armas da República, em virtude da solução encontrada pelo presidente [...] nenhum oficial pode confiar em seus subordinados depois dêsse ato do chefe do governo” (Correio do Povo, 29/03/1964, n.150, p.03).

No dia 29 de março, a Ação Democrática Feminina do Rio Grande do Sul publicou um convite às mulheres gaúchas para participarem da marcha no dia sete de abril:

Chegou a hora de dizermos presente na luta em defesa do cristianismo e dos ideais democráticos do nosso povo. Chegou a hora de dizermos chega aos que, poderosamente acumpliciados, prepararam-se para o assalto final à liberdade de todos os cidadãos. Chegou a hora em que uma de nós tem de dar a sua contribuição pessoal em prol do regime republicano, fiel a Deus. [...] Já não é mais possível “deixar como está para ver como fica”. Vamos agir antes que os agentes da baderna fechem o Congresso. [...] Reajamos antes que seja tarde. Lutemos para que as reformas necessárias sejam feitas num clima de paz e de trabalho, coerente com nossas tradições cristãs (Correio do Povo, 29/03/1964, n.150, p.56).

Neste momento de tensão, foram organizadas as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, primeiramente aconteceram em São Paulo, no dia 19 de março, no Rio de Janeiro, no dia 2 de abril, e em Porto Alegre no dia 7 de abril.

No dia primeiro de abril o jornal anunciou o início de uma rebelião militar em Minas Gerais, já contando com a adesão de comandantes de outros estados, contra o governo federal. No dia seguinte, a matéria de capa afirmou: “João Goulart abandonou Brasília enquanto se anuncia vitória do movimento rebelde” (Correio do Povo, 02/04/1964, n.153, p.01). No Rio Grande do Sul, o governador Ildo Meneghetti, favorável ao golpe militar, transferiu a sede do governo para a cidade de Passo Fundo nas dependências 3º Batalhão de Caçadores da Brigada Militar “para organizar a resistência” e fez um apelo aos gaúchos: “Povo gaúcho! Organizai a resistência democrática!” (Correio do Povo, 02/04/1964, n.153, p.16).

Após o golpe militar, apareceram diversas reportagens que revelariam a organização e infiltração comunista que a qualquer momento, com apoio internacional, tomaria o poder no Brasil, ao mesmo tempo, justificando a necessidade do golpe e da “limpeza” do Estado:

Por outro lado as investigações de Polícia Civil e vários Estados e o Serviço Secreto das Forças Armadas estão desvendando toda a extensão da trama comunista no País. Está apurando o que se caracterizou como uma verdadeira como uma verdadeira agressão estrangeira no Brasil, através de invasão comunista dirigida e estipendiada por países totalitários com representações no Brasil, especialmente elementos castristas que tinham livre trânsito no govêrno deposedo. [...] A documentação que está sendo apreendida mostra o golpe vermelho que estava sendo articulado para o dia 1.º de maio próximo. O comício do dia 13, na Central do Brasil, fora uma preparação para a eclosão do movimento, estando as próprias autoridades

responsáveis pela repressão surpreendidas pela amplitude dos planos e pela infiltração dos comunistas e com a desenvoltura dos agentes soviéticos, chineses e castristas (Correio do Povo, 08/04/1964, n.158, p.04).

Ao descrever o período anterior ao golpe militar vivido no país sob o ponto de vista dos militares ou apoiadores do mesmo, observa-se repetidamente nas matérias o emprego de três palavras: “subversão, corrupção e desordem”, subversão referindo-se ao perigo comunista e a sua atuação no país que a qualquer momento tomaria o poder; corrupção referindo-se ao governo de João Goulart que usaria do dinheiro público para financiar e apoiar o comunismo. Pode-se citar como exemplo a reportagem de 16 de fevereiro, que tratou de uma denúncia realizada pelo estudante Marcos Fehse, presidente da União dos Estudantes de Novo Hamburgo (UENH): “a UGES financiava entidades com dinheiro da Petrobrás” (n.115, p.16). Outro exemplo foi o contexto de *desordem* causado pela efervescência política da sociedade, destacada também nas entrevistas, o que aparentemente justificariam uma medida de força e de ordem.

Após o golpe de Estado, ou, como dizem as reportagens, após a “vitória do movimento revolucionário”, iniciou-se o processo de institucionalização do golpe⁷⁶ com uma série de intervenções nos órgãos federais, estaduais e municipais, além de sindicatos. Nesta pesquisa constatou-se que, sob o ponto de vista das forças golpistas, passaram a investigar as “irregularidades”, nos órgãos estudantis e universidades (públicas e privadas), a partir do artigo 7º do AI-1. Os próprios líderes militares afirmaram a necessidade da institucionalização do regime:

Os líderes militares do Movimento Revolucionário Democrático estão levando ao conhecimento dos dirigentes partidários o que chamam de necessidade fundamental da revolução, qual seja, a de se institucionalizar o regime. Em outras palavras, entendem que o processo revolucionário não deve nem pode sofrer soluções de continuidade, estando obrigado o seu desdobramento. Foi feita uma revolução, e deposto um Governo, com o objetivo de se impedir a comunização do País. É

⁷⁶ O presidente Castelo Branco afirma a um grupo de jornalistas: “As Fôrças Armadas garantiram e garantem a Revolução, que procura institucionalizar-se em seus ideais” (Correio do Povo, 15/09/1964, n.290, p.01).

necessário, pois, que seja inteiramente desmontada a máquina que proporcionou aquela comunização, sob pena de o movimento de 1.o de abril fracassar inteiramente em sua finalidade, perdendo até o caráter de revolução, confundindo-se com um simples golpe de Estado. Assim, para os chefes militares, urge o desmantelamento completo do edifício que se erguia com o objetivo de comunizar o País. Essa questão, inclusive, é mais fundamental que a própria eleição do novo Presidente da República (Correio do Povo, 08/04/1964, n.158, p.04).

Sob o título “Revolução que triunfou deve e precisa fazer um expurgo”, o deputado Carlos de Brito Velho declarou ao jornal a sua análise sobre a situação do país e defende que “Indiscutivelmente, a revolução que triunfou tem a necessidade e o dever de realizar um expurgo, uma limpeza, pois minada por comunistas estaria a alta administração e corroído o país pelos negociastas e larápios”. Defendeu, porém, o direito à plena defesa dos acusados afirmando que “vivemos num país civilizado e que a revolução vitoriosa não é, nem pode ser, todo poderosa” (Correio do Povo, 21/04/1964, n.169, p.07). O mesmo deputado afirmou em outra reportagem: “Somente os alienados da sociedade brasileira podem sustentar que o governo deposto, e em boa hora varrido do país, não pretendia golpear as instituições democráticas e submeter o Brasil à ditadura” (Correio do Povo, 24/05/1964, n.196, p.13).

São diversas as notícias que anunciaram as intervenções em diferentes instituições e órgãos, dentre as muitas que podem ser citadas e que aparecem nos “listões” de expurgos, além dos Ministérios, constam entidades sindicais⁷⁷ como União Nacional dos Servidores Públicos e o CGT, as próprias Fôrças Armadas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Brasileiro do Café (IBC), as universidades, as entidades estudantis como a UNE, a SUPRA, a Rede Ferroviária Federal, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a Fábrica Nacional de Motores (FNM), o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), a Brigada Militar e o Departamento de Portos, Rios e Canais do Rio Grande do Sul (DEPRC).

Conforme discurso da imprensa o comunismo estaria infiltrado nas instituições brasileiras no campo da educação, e a limpeza passaria, dentre outras instituições, pelo

⁷⁷ “Todos os sindicatos que tinham sua administração comprometida com o esquema de agitação sindical que apoiava o governo de João Goulart terão suas diretorias destituídas, para as entidades serem administradas por juntas governistas” (Correio do Povo, 01/05/1964, n.177, p.05).

Ministério de Educação⁷⁸ e em seus institutos como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), pelas reitorias de universidades⁷⁹, por escolas da educação básica, pelos professores das mesmas e, por fim, pelos espaços envolvendo estudantes. Em relação ao movimento estudantil, observou-se uma preocupação dos militares em logo realizar as intervenções e afastar as diretorias dos órgãos estudantis além de realizar diversas prisões⁸⁰. Acreditavam que os órgãos estudantis estavam tomados por comunistas que influenciavam negativamente a juventude do país. No dia 11 de abril, o editorial do jornal *Correio do Povo* manifestou sua opinião⁸¹ sobre a União Nacional de Estudantes⁸² revelando sua posição política alinhada ao novo governo, inclusive pedindo pela “completa e definitiva limpeza dos meios estudantis” – o que vai ao encontro da afirmação do entrevistado João Fabrício de Moraes, quando relatou que, após o golpe militar, “havia uma guerra santa contra o movimento estudantil”:

Por mais suja, porém, que seja a vasa de cujos detritos agora se procura limpar o Brasil, uma nóduo [sic] urge ser apagada, sôbre tôdas as demais. Referimo-nos à deformação do espírito e dos ideais da juventude brasileira, nefandamente planejada no próprio Ministério da Educação e executada à custa dos dinheiros da Nação, pela mais escandalosa distribuição de verbas criminosamente carreadas para a comunização das escolas e universidades, como do povo ingênuo, através dos cursos de alfabetização de adultos. As revelações da sôbre a transformação da UNE no maior foco comunista do Brasil constituem-se no mais tremendo libelo dentre quantos outros em número ainda incalculável sejam articulados para punição dos vendilhões da Pátria. As autoridades responsáveis pela recuperação moral e cívica

⁷⁸ O MEC era considerando um órgão importante de subversão no país como revelam as duas citações a seguir: “O novo ministro da Educação declarou que extinguirá o sistema ‘Paulo Freire’ de alfabetização. ‘Adotaremos, disse, um sistema de alfabetização que não seja demagógico nem comunista. Iniciaremos nossa tarefa fazendo uma limpeza no Ministério, que foi, seguramente, o mais atingido pelo empreguismo e a comunização, no governo anterior” (*Correio do Povo*, 16/04/1964, n.165, p.09). O deputado Carlos A. Werneck, presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino afirmou: “A partir da administração do sr. Darci Ribeiro o Ministério de Educação transformou-se num dos mais importantes órgãos de subversão do país [...] A infiltração comunista foi tão intensa em todos os setores do MEC se encontravam estudantes filiados à UNE, entregues à funesta missão de determinar a destruição de todo o sistema universitário do país, através de greves, badernas e desmoralização de seus professôres” (*Correio do Povo*, 05/05/1964, n.179, p.10).

⁷⁹ “Prof. Elyseu Paglioli foi suspenso de suas funções na URGs” (*Correio do Povo*, 12/04/1964, n.162, p.44).

⁸⁰ Praticamente três meses após o golpe militar, o jornal traz a notícia de que o DOPS realizou 873 prisões até o dia 2 de julho, sendo que, deste número total de prisões, haviam 14 professores e 27 estudantes (*Correio do Povo*, 03/07/1964, n.228, p.05).

⁸¹ O *Jornal Correio do Povo* revela em seus editoriais o apoio ao golpe militar e à operação limpeza no país como é o caso deste trecho: “O Govêrno está agindo com rigor contra os agentes da subversão da ordem pública e social. A ‘descomunização’ do País, e é uma necessidade. Dentro de cuidadosos critérios de apuração da verdade e justiça, deve-se da duro, mesmo, em cima deles” (*Correio do Povo*, 17/05/1964, n.190, p.04).

⁸² A UNE é extinta através da aprovação da Lei Suplicy de Lacerda em 09 de novembro de 1964 que “regulamentou” as atividades dos órgãos de representação dos estudantes.

do Brasil, não poderão deixar de dispor, além dos poderes para a ação que se fizer necessária noutros setores, dos instrumentos apropriados à mais completa e definitiva limpeza dos meios estudantis (n.161, p.04).

Desta maneira, a institucionalização do golpe iniciou seu processo nos órgãos estudantis através das intervenções que a cada dia eram anunciadas no jornal *Correio do Povo*. É o caso da UNE, em que se anunciou a apreensão de documentos subversivos que comprovariam a infiltração comunista na entidade (05/04/1964, n.156, p.25); da UEE-RS, efetuada pelo III Exército em que foi nomeado como interventor o tenente-coronel Nathanael Gomes Álvares (12/04/1964, n.162, p.44); da UGES, também realizada pelo III Exército em que foi nomeado como interventor o tenente-coronel Túlio Perozzi⁸³ (16/04/1964, n.165, p.09), e da FEUP, nomeado como interventor o tenente coronel Arthur da Silva Lisboa; da FEURGS⁸⁴, cujo interventor nomeado foi o tenente coronel Antônio Mendes Ribeiro⁸⁵; da UMESPA, cujo interventor foi o tenente coronel prof. Ruy Carvalho Gonçalves; e da Casa do Estudante onde o tenente coronel Waldemar Carlos Bastide Schneider assumiu a intervenção (19/04/1964, n.168, p.21).

O comandante do III Exército alertou para tentativas de “resistência” do movimento estudantil e pediu para que a grande massa estudantil não se deixasse influenciar pelos subversivos infiltrados, revelando a idéia de que os estudantes seriam influenciados por uma minoria comunista e, através da repressão destas pessoas, a classe estudantil estaria “limpa”:

⁸³ A matéria informa sobre a intervenção da UGES e traz também um comunicado do interventor tenente-coronel prof. Túlio Perozzi em afirma: “ficam suspensas tôdas as atividades de mater gaúcha e as de todas as entidades a ela filiadas, exceto as que dizem respeito às carteiras de identidade estudantil, assistências social e promoções esportivas. Comunicamos, outrossim, que a partir desta data somente poderão ser desenvolvidas atividades diretamente ligadas ao Ensino ou as acima especificadas” (*Correio do Povo*, 16/04/1964, n.165, p.09). A afirmação indica a concepção da direita apontada nas entrevistas em que o movimento estudantil deveria restringir suas atividades a questões meramente acadêmicas sem envolver-se em política: “estudante é para estudar e não pra fazer política” (João Fabrício de Moraes).

⁸⁴ A reportagem que noticia as intervenções do III Exército na FEUP, FEURGS, UMESPA e Casa do Estudante conta como se procedeu estas intervenções: “A intervenção processo-se normalmente em todas entidades, com exceção da FEURGS, cujo presidente não a aceitou” (*Correio do Povo*, 19/04/1964, n.168, p.21). O então presidente da FEURGS era Plínio Dentzien; o mesmo foi preso e libertado no dia 14/05: “Já se encontra em liberdade, desde quinta feira-última, o acadêmico Plínio Dentzien, ex-presidente da Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul (FEURGS), que tinha sido preso e deposto de seu cargo, ao tentar opor resistência à intervenção federal na entidade representativa dos estudantes da UFRGS. Plínio Dentzien, que é estudante de Direito, encontrava-se detido, com outros presos políticos, no Pavilhão do SESME” (*Correio do Povo*, 20/05/1964, n.192, p.14). A intervenção na FEURGS seria suspensa somente no dia 02 de junho de 1964.

⁸⁵ O tenente-coronel Antônio Mendes Ribeiro viria, posteriormente, a compor a Comissão de Inquérito instalada na PUC (*Correio do Povo*, 13/06/1964, n.212, p.14)

O Comandante do III Exército, dirigindo-se à classe estudantil, disse que devia alertá-la contra a ação irrefletida e perniciosa daqueles que, por circunstâncias excusas, pretendem resistir às medidas decorrentes da Revolução [...] A grande massa estudantil cumpre, portanto, não se deixar iludir por argumentações falsas, lançadas por maus companheiros que as buscam em terras estranhas. Estas servem, antes de tudo, como instrumento da luta surda que se trava entre outras nações. Não se enquadram à realidade brasileira, até porque renegam o lema de nossa Bandeira que é de Ordem e Progresso, e ao qual todos nós devemos fidelidade [...] É bem de ver que Pais e Mestres, como responsáveis diretos pela formação e orientação da juventude estudantil, são os mais credenciados para convencê-la do quanto vale a atitude ordeira para a consecução das aspirações e para pleno gozo da Liberdade e dos demais Direitos do Homem, sobretudo neste momento difícil que a Pátria atravessa. (Correio do Povo, 09/05/1964, n.183, p.14).

Um aspecto a destacar a partir das reportagens jornalísticas é que, se a maioria das lideranças dos órgãos estudantis era constituída de estudantes da esquerda, manifestando-se contrários ao golpe, havia também estudantes que apoiaram o golpe militar – o que comprova o mesmo que constatado através dos depoimentos colhidos entre os entrevistados desta pesquisa: o movimento estudantil não era homogêneo⁸⁶ em vários aspectos, dentre eles, suas posições políticas. Assim, foi publicado um manifesto de universitários democratas em que os mesmos, afirmando ser a opinião da maioria dos universitários, expressaram sua posição em relação aos “últimos fatos ocorridos no país”, isto é, ao golpe militar dizendo: “aplaudimos entusiasticamente [sic] as Fôrças Armadas que, num exemplo admirável de unidade e coesão, souberam dar ao Brasil e ao mundo uma extraordinária lição de civismo [...] contra o comunismo” sendo que manifestaram seu apoio ao AI-1 “como medida de emergência indispensável à operação-limpeza” (Correio do Povo, 12/04/1964, n.162, p.16).

A partir de abril, gradativamente, iniciaram-se as intervenções que vão tomando conta das entidades em todo país. O processo de institucionalização do golpe, após as devidas investigações, concretizou sua “operação limpeza” com a publicação das listas⁸⁷. No dia 04 de

⁸⁶ A pesquisa mostrou esta diversidade dentro do movimento estudantil. Inicialmente pensava que o movimento estudantil seria um bloco homogêneo de esquerda que se opunha na sua totalidade ao golpe militar.

⁸⁷ Listas de expurgos que impressionaram pela sua quantidade, por exemplo: a nível federal, a reportagem sob o título: “Número de Civis e Militares expurgados eleva-se a 441” (Correio do Povo, 19/06/1964, n.217, p.01-16); no Estado do Rio Grande do Sul: “Comissão Especial do govêrno divulga nova lista de servidores expurgados”

abril o jornal trouxe a seguinte notícia: “Comissão do expurgo tem pronta a primeira lista” (Correio do Povo, 12/04/1964, n.162, p.16) em que afirmou estar pronta a primeira lista de expurgos do funcionalismo estadual do Rio Grande do Sul que seria publicada no dia seguinte expurgando cinquenta e quatro servidores⁸⁸.

Das trezentas e seis reportagens, doze delas estão relacionadas de alguma forma à CEIS/UFRGS, seja relatando suas atividades ou repercutindo os expurgos. A primeira reportagem trouxe o objetivo da CEIS: “apurar atividades subversivas e de improbidade administrativa que porventura tenham ocorrido nas diversas unidades de ensino, da UFRGS” (Correio do Povo, 22/05/1964, n.194, p.11). Conforme as atas da CEIS, a notícia do dia 27 de maio também falou da troca⁸⁹ da presidência de Lourenço Mário Prunes, representante da Faculdade de Filosofia⁹⁰, por Nagipe Buaes, representante da Faculdade de Ciências Econômicas, ocorrida na reunião do dia anterior, 26 de maio, em que o novo presidente foi eleito e já assumiu a direção dos trabalhos (Correio do Povo, 27/05/1964, n.198, p.15)⁹¹.

O jornal publicou boletins informativos, assinados pelo presidente, referentes à CEIS que foram distribuídos à imprensa pela Assessoria de Imprensa e Divulgação da UFRGS. No boletim informativo número 1 constou que a “Comissão é integrada por elementos do mais alto gabarito moral [...] Está ela perfeitamente integrada nos ideais revolucionários” e que a

(Correio do Povo, 26/09/1964, n.300, p.18); e a nível municipal: “Câmara Municipal: Críticas ao prefeito e ao expurgo realizado no funcionalismo municipal” (Correio do Povo, 09/10/1964, n.08, p.09). As listas de expurgos foram publicadas principalmente no mês de outubro, prazo final estabelecido pelo governo em que foi extinta a CGI (27/10/1964). Segundo Jaime Valim Mansan, “O total de afastamentos sumários (cassações e expurgos) promovidos entre abril e outubro de 1964 chegou a quase 2.700 pessoas, segundo memorável reportagem veiculada no Coojornal” (2009, p. 76).

⁸⁸ Esta primeira lista de expurgos do Governo Estadual gaúcho é do dia 18/04. No dia 24/04, o jornal publica um ofício da Federação dos Professores Públicos do Rio Grande do Sul enviado ao governador Ildo Meneghetti solicitando amparo às famílias dos servidores expurgados: “Nem se compreenderia, sr. Governador, que a punição dos culpados se transmitisse, qual maldição, pelo casamento ou sucessão hereditária, atingindo mesmo, algumas vezes, crianças sem idade para avaliar as ocorrências, mas sofrendo o violento impacto de misteriosas conseqüências trágicas, em seus espíritos perplexos. Certamente destruiríamos destinos que, como professores, jamais conseguiríamos educar, para horizontes de perfectibilidade humana” (Correio do Povo, 24/04/1964, n.171, p.12).

⁸⁹ Ocorrida pela incompatibilidade, apontada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, de Lourenço Mário Prunes ocupar a presidência da CEIS e o cargo de desembargador.

⁹⁰ Com a saída de Lourenço Mário Prunes, o professor Laudelino Teixeira de Medeiros, passou a fazer parte da CEIS representando a Faculdade de Filosofia.

⁹¹ “O Prof. Messias, logo após, sugeriu que a Presidência distribuísse nota à imprensa esclarecendo em que pé se encontram os trabalhos da Comissão, a fim de evitar as distorções e explorações que, sobre o assunto, vêm sendo feitas. Sugeriu, igualmente, que tôdas as manifestações públicas futuras sejam realizadas, em nome da Comissão, pelo Sr. Presidente. O Sr Presidente concordou plenamente com as sugestões do Prof. Messias, declarando que tôdas as informações eu puderem ser fornecidas à imprensa, sê-lo-ão através de Boletins Informativos, todos numerados e assinados pela Presidência da Comissão. Já na tarde de hoje o primeiro Boletim Informativo será distribuído à imprensa”. (UFRGS. CEIS. *Ata da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 26/05/1964, p. 4. UCS/CEDOC/LTM.)

função específica da mesma “está relacionada aos atos e fatos mencionados no artigo 7.o do Ato Institucional” (Correio do Povo, 27/05/1964, n.198, p.15).

Em outra reportagem, o jornal reproduziu uma circular que o presidente da CEIS enviou para os presidentes das subcomissões com as regras que disciplinaria o processo das investigações e destacou que, mesmo as faculdades em que seus respectivos diretores e presidentes dos Centros Acadêmicos afirmassem desconhecer irregularidades, deveriam ser investigadas (Correio do Povo, 03/06/1964, n.203, p.13).

Através do boletim informativo número 2, Nagipe Buaes informou o fim dos trabalhos da CEIS. Segundo a reportagem, a CEIS “examinou 70 processos relativos aos corpos docente e discente, bem como outros da órbita administrativa”. O boletim, publicado na íntegra, informou que o relatório final, que foi encaminhado ao MEC, dos trabalhos da CEIS foi discutido e aprovado por unanimidade; afirmou ainda que foram concluídos processos “relativos aos corpos docente, discente⁹² e administrativo”, e que a CEIS seria transformada em “Comissão Permanente, composta dos 5 presidentes das Subcomissões e presidida pelo Presidente da CEIS, até o término do Ato Institucional” (Correio do Povo, 06/08/1964, n.257, p.22). Um aspecto importante desta reportagem em relação à pesquisa foi a afirmação oficial da CEIS informando que o corpo discente também havia sido investigado.

Alguns dias depois, a reportagem do Correio do Povo noticiou não haver nada de definitivo em relação aos expurgos na UFRGS e, segundo fontes dignas de crédito, o relatório da CEIS já encontrava-se nas mãos do Ministro da Educação e Cultura, Suplicy de Lacerda, que não adiantou nada à imprensa em relação aos expurgos (Correio do Povo, 18/08/1964, n.267, p.16).

No dia 18 de setembro, o jornal repercutiu o surgimento de inquietações nos meios estudantis com o surgimento dos nomes de professores que possivelmente seriam punidos (aposentadoria, exoneração e dispensa), demonstrando a mobilização estudantil diante dos expurgos conseqüentes das investigações da CEIS:

⁹² Cabe esclarecer que o boletim informativo número 2, expedido pelo presidente da CEIS, não traz a informação que foram examinados 70 processos, este dado é informado através da reportagem do jornal.

Como consequência da divulgação dos nomes dos prováveis professores a sofrerem punições por atividades subversivas, reina desde quarta-feira inquietação nos círculos estudantis universitários. Além de, em diversas Faculdades, circular uma lista de protesto, existe ainda certa ameaça de greve estudantil. Na Faculdade de Filosofia, aliás, os alunos na parte da tarde, recusaram assistir às aulas e pretendem assim permanecer até segunda-feira próxima, voltando às atividades normais apenas na terça-feira, salvo nova decisão. A maior parte dos estudantis da manhã continuam, no entanto, assistindo normalmente às aulas (Correio do Povo, 18/09/1964, n.293, p.09).

Diante das repercussões, o reitor José Carlos Fonseca Milano afirmou não ter recebido nenhuma comunicação oficial, porém declarou que a CEIS foi constituída por homens “probos e íntegros, de modo que não faria a leviandade de formular nenhuma acusação falsa”. Declarou ainda ter reunido-se com todos os diretores da faculdades a fim de tratar sobre a “atitude a ser tomada diante das manifestações estudantis de inconformidade” com os expurgos, segundo o reitor, uma “certa inconformidade [...] é natural que se manifeste. Se deverá, porém, fazer tudo a fim de que não impere a desordem a anarquia. Os jovens também devem compreender que não é esta a época para determinadas atitudes”, lembrando ainda aos estudantes que a CEIS tomou “uma atitude de grande coragem” ao não pedir punição para nenhum estudante (Correio do Povo, 18/09/1964, n.293, p.09).

Ocorreu uma manifestação, noticiada no dia 19 de setembro, de estudantes da UFRGS nas imediações da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, contrários aos expurgos de professores da UFRGS. A manifestação foi reprimida e estudantes foram presos (Correio do Povo, 19/09/1964, n.294, p.11). O reitor afirmou que impera, na manhã do dia 18 de setembro, “nos meios universitários um clima de nervosismo e mal-estar”. Prosseguiu esclarecendo os motivos deste clima: “Esta situação deve-se, não apenas pela confirmação oficial das expulsões de professores, mas – e sobretudo, ao renascimento de certas manifestações estudantis” (Correio do Povo, 19/09/1964, n.294, p.14).

Ainda referente à reunião ocorrida no dia 18 de setembro, já citada entre o reitor e os diretores das faculdades, foi publicado um comunicado oficial da UFRGS alertando e, de certa forma ameaçando, os estudantes diante das manifestações promovidas pelos mesmos contra os expurgos:

Conclamam, outrossim, a todos os estudantes da URGS a se manterem serenos e tranqüilos, não dando ouvidos àqueles que, inconformados com a perda de posições e privilégios, transformam-se em pregoeiros da subversão e da violência. [...] Finalmente, cumprem os Diretores das Faculdades e Escolas e a Reitoria da URGS, o dever de alertar que, se as circunstâncias aconselharem a adoção de medidas de exceção, a Universidade não terá a mínima hesitação em aplicar as disposições que versam a espécie (Correio do Povo, 19/09/1964, n.294, p.18).

No dia 27 de setembro, o jornal Correio do Povo trouxe na capa a reportagem noticiando que o presidente da República assinou os expurgos de onze professores da UFRGS: a demissão foi aplicada ao professor Nelson Souza da Faculdade de Arquitetura; foram dispensados os professores Demétrio Ribeiro, da Faculdade de Arquitetura, Cláudio Francisco Acurso, da Faculdade de Ciências Econômicas, e Appio Cláudio de Lima Antunes, professor contratado para responder pelo ensino da Cadeira de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito de Pelotas da UFRGS; e foram aposentados os professores Enilda Ribeiro, Antonio Santos Flôres, Luiz Fernando Corona, Edgar Albuquerque Graeff, Luiz Carlos Pinheiro Machado, Edvaldo Pereira Paiva e Hugolino de Andrade Uflacher (n.301, p.01). Posteriormente, anunciou-se a demissão do professor Ernani Maria Fiori (Correio do Povo, 01/10/1964, n.01, p.01).

Após o anúncio oficial dos expurgos, não foi mais encontrado notícias no jornal Correio do Povo referente às repercussões dos expurgos no meio estudantil da UFRGS. O que se pôde observar através das reportagens foi que o movimento estudantil reagiu diante das informações e boatos sobre possíveis expurgos de seus professores, com o anúncio oficial, é provável que o “clima de nervosismo e mal-estar” na universidade tenha intensificado-se e que manifestações contrárias tenham sido feitas.

4.3 - Análise das entrevistas

4.3.1 – Os antecedentes do golpe

Ao tentar compreender o ano de 1964, as entrevistas mostraram o clima de efervescência que o país estava passando. Quando refiro *efervescência* quero dizer a série de transformações que ocorrem na sociedade nos seus diferentes aspectos e que esses jovens viveram. No âmbito político-econômico há de se destacar a forte divisão da sociedade entre uma parte que apoiava as reformas de base propostas pelo presidente João Goulart, onde insere-se o apoio da maioria do movimento estudantil, e a outra parte que não apoiava Jango e via nas reformas de base o início da implantação do comunismo no Brasil. Questionado sobre o clima do período pré-golpe, João Fabrício de Moraes respondeu:

Ah, absolutamente efervescente em sua dinâmica... o movimento sindical, do Rio Grande do Sul, tomou uma posição muito importante no movimento nacionalista, das reformas de base e de apoio ao governo constitucional de João Goulart.

O movimento estudantil da UFRGS, segundo os entrevistados, na sua maioria da esquerda⁹³, apoiavam as reformas de base de Jango e isso polarizava os grupos políticos dentro na universidade: “Os dois lados faziam muito barulho e eram relativamente fortes. Os estudantes faziam concentrações, manifestações a favor do governo Jango, queriam as reformas que o Jango pretendia implantar” (Annibal G. de Barros Cassal).

⁹³ O significado aqui utilizado para os termos *direita* e *esquerda* são os mesmos comumente empregados na literatura que trata de temas de política. Ou seja, na revolução francesa, a *direita* referia-se ao grupo parlamentar que se sentava ao lado direito do presidente na assembleia. Era, tradicionalmente, constituído por elementos pertencentes aos partidos conservadores. Contrapunha a ele a parte da assembleia que ficava à esquerda do presidente. Hoje, em Ciências Políticas, o conjunto de indivíduos ou grupos políticos partidários de alguma reforma social ou revolução socialista compõe a *esquerda*. Segundo Norberto Bobbio, em seu livro “Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política” (São Paulo, Editora UNESP) tais termos continuam a servir como pontos de referência indispensáveis. Para este intelectual, aqueles que consideram mais importante para a convivência humana, aquilo comum que os une em uma coletividade, estão na margem esquerda e podem ser corretamente chamados de igualitários. Os que acham relevante, para a melhor convivência, a diversidade e/ou a competitividade, estão na margem direita e podem ser chamados de inigualitários.

Nas cinco entrevistas realizadas, as reformas de base foram em algum momento citadas o que demonstra a sua importância no período pré-golpe de 1964. Jaime Rodrigues afirmou que “a gente apoiava o movimento popular e que nós estávamos sobrevivendo, queríamos um Brasil melhor, reformas de base”.

Uma característica que a análise das entrevistas demonstrou é que o movimento estudantil não restringiu sua participação e ação às questões acadêmicas (referentes ao ensino e a universidade), pelo contrário, os estudantes tinham um forte vínculo com as demais questões políticas da sociedade.

Além do plano político-econômico, pode-se perceber uma série de mudanças culturais na sociedade. Para exemplificar este aspecto, pode-se citar os Centros Populares de Cultura (CPC), criados em 1962 por intelectuais de esquerda em associação a UNE, que tinha o objetivo de criar e divulgar uma arte popular: “os fundadores dos CPC declaravam finalmente: “nossa arte só irá onde o povo consiga acompanhá-la, entendê-la e servir-se dela” (KORNIS, Mônica Almeida. *Centro Popular de Cultura*).

No Rio Grande do Sul já estava garantido assim, uma arte nova, grandes escultores, pintores e tal, maravilhosos, já, o teatro que começou principalmente em São Paulo, tem o teatro moderno, já influenciava aqui na Borges de Medeiros ali em cima. Eles fizeram um tablado então tu assistia o teatro junto aos caras fazerem o teatro, não via o teatro a distância, tu estavas ali, às vezes sentavam do teu lado, tu morria de medo que eles estavam sentados do teu lado (Jaime Rodrigues).

Aconteciam diversas transformações culturais, principalmente para os jovens. A afirmação de Jaime Rodrigues ao responder quem era aquele jovem que viveu na década de 60 do último século, ilustra o período e dá uma idéia do clima da época: “como todo jovem da época, com muita indefinição, indefinição de que profissão, indefinição de como será a minha vida, indefinição de novos valores que surgiam na sociedade”. Segundo Jaime, todas essas transformações culturais do período culminariam com as revoluções de 1968 em vários pontos do mundo.

E a cultura estava em transformação tanto que em sessenta e oito deu a revolução de sessenta e oito. Maio de sessenta e oito não nasceu em sessenta e oito, nasceu muito tempo antes. O samba novo por exemplo, eu sofri aquilo, eu vivi aquilo, sofri no bom sentido da palavra, eu pensava: mas o Brasil é o samba antigo ou é o samba novo? [risos] Isso era muito importante. Daí eu raciocinava que o samba antigo é o malandro, o malandro é um personagem brasileiro criado pelo Brasil, é uma resistência à repressão, à cultura da imposição, onde o povo se define e cria os seus personagens com o malandro que é o cara que resiste à polícia

Outro aspecto que chamou muito a atenção nas cinco entrevistas analisadas foi o forte vínculo do movimento estudantil com os movimentos sociais. Os anos 60 do século XX marcaram a intensa atuação de diversos movimentos sociais organizados, tanto de esquerda quanto de direita, como os sindicatos, as ligas camponesas, o próprio movimento estudantil, os movimentos de alfabetização de jovens e adultos, principalmente através do método Paulo Freire, movimentos ligados a Igreja Católica, partidos políticos, que foram reprimidos pela ditadura militar. Pergunto ao entrevistado João Fabrício de Moraes, eleito Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre em 1962 e reeleito em 1964; se ele participava também do movimento estudantil e o mesmo afirma: “Participava, nós participávamos do movimento da UNE, nós prestigiávamos, eu como presidente do sindicato naturalmente”.

Estes movimentos sociais polarizavam os debates entre esquerda e direita no meio estudantil sobre tudo nas eleições para centros acadêmicos. Nas disputas pelos órgãos estudantis, que será destacado posteriormente, a pluralidade política do movimento estudantil aparecia de maneira mais evidente.

Os cinco sujeitos da pesquisa tinham ligação com o movimento estudantil e também apareceram naturalmente nas entrevistas as diferentes ligações com movimentos sociais, na sua maioria da esquerda, permitindo ampliar as análises e os pontos de vista sobre o período.

Jaime Rodrigues, acadêmico da Arquitetura na época, falou da sua participação na fundação do Partido Operário Comunista (POC) e da aliança alguns anos mais tarde com a Política Operária (POLOP), grupo de esquerda que, ao contrário da linha do Partido

Comunista Brasileiro (PCB), acreditava que a resistência ao regime militar deveria de feita através da luta armada.

Quando eu entro na universidade, na Faculdade de Arquitetura, o Clóvis Ilgenfritz da Silva, que veio a ser o fundador do PT [Partido dos Trabalhadores] também, eu fui fundador do PT. Os primeiros nomes que eu te citei, nós fundamos o POC, o Partido Operário Comunista, que era uma aliança entre aqueles que saíram, depois de sessenta e quatro, nós fizemos a dissidência do Partido Comunista Brasileiro e nos aliamos mais adiante com a POLOP, que era um movimento principalmente de São Paulo e que criticava muito, o stalinismo nem falar, frontalmente contra, mas... tinha e... e nós sofremos muito a influência de Cuba, não só Che Guevara, mas Fidel Castro, a guerrilha, a guerrilha como elemento desestruturador do poder, daí nós sofremos a influência interna no POC [...] Dentro do nosso partido, tinha um companheiro que era chamado o “Velho”, porque ele era... deveria ser mais jovem do que eu sou hoje [risos], mas pra nós era o Velho, e o Velho veio da Revolução Espanhola de trinta e seis, ele lutou lá pela esquerda, pela esquerda que era autônoma, não era uma esquerda vinculada ao stalinismo, Partido Comunista Espanhol... e quando ele chegou no Brasil e tal... acabou entrando na POLOP e influenciando a formação do POC e assim foi... basicamente isso[...]

O vínculo entre estudantes e movimentos sociais é percebido claramente no trecho a seguir da entrevista em que Jaime Rodrigues contou que, no ano de 1967, o presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRGS (João Carlos Alberto Pinto Vieira) foi expulso por ocasião da invasão do restaurante universitário (RU) (Jaime também participou desta invasão e foi suspenso por quinze dias da universidade) e ele foi escolhido para substituir o presidente expulso: “Ele foi afastado, quando ele foi afastado o nosso pessoal do POC decidiu que eu deveria substituí-lo no DCE”. Percebe-se que, no caso, que o POC sabia da importância de ter o controle sobre os órgãos estudantis devido a sua força política dentro da sociedade e na luta contra a ditadura.

Continuando o seu relato, Jaime falou que a organização do DCE, após a expulsão do presidente, foi diferente, ao invés do regime presidencialista, o diretoria organizou-se em forma de uma espécie de conselho que contou com a participação de diferentes grupos de esquerda:

Marcos Fontana Cerutti: Um conselho.

Jaime Rodrigues: Uma espécie de conselho pequeno onde tinha o POC, o PC do B [Partido Comunista do Brasil], não sei o que... tinha estudantes do trotskismo, uma linha trotskista... extremamente fechada, e tinha uns outros trotskistas sob influência de um trotskismo aqui do Uruguai, absolutamente loucos, eles achavam que havia uma influência de Marte no trotskismo e coisa e tal, os caras... era um delírio... mas tudo fazia parte, fazia parte...

Marcos Fontana Cerutti: Agregaram as várias forças.

Jaime Rodrigues: Sim, agregamos as várias forças e, desta maneira, acabamos fazendo a nossa política.

Ao mesmo tempo em que se percebe uma sociedade dividida em esquerda e direita, é preciso ter o cuidado para não homogeneizar os dois grupos, isto é, acreditar que eram simplesmente dois blocos onde toda esquerda e toda direita pensava de uma maneira unificada. Um ponto importante que separava a esquerda e a direita era estar a favor ou contra a ditadura, mas isso era feito sob pontos de vistas múltiplos. As entrevistas permitiram afirmar que dentro da esquerda existiam diferentes posições políticas, desde os partidos comunistas, os sindicalistas, setores da Igreja Católica, até o próprio movimento estudantil.

João Fabrício de Moraes, estudante da Faculdade de Direito no período, teve forte vínculo em três diferentes organizações: o mesmo era suplente de vereador pelo PTB em Porto Alegre⁹⁴, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e participava também do movimento estudantil. Como afirmou o entrevistado, sua vida no período anterior ao golpe militar era intensa “Eu trabalhava no banco, freqüentava a faculdade e dirigia o sindicato”.

Como vereador, João Fabrício afirmou que houve na Câmara de Vereadores uma resistência dos vereadores contrários ao golpe militar, mas não de forma “extremada para não serem fulminados”. Outro aspecto interessante da entrevista relatado foi o acontecido na noite de 31 de março de 1964, quando aconteceu o golpe militar em que João Fabrício de Moraes estava junto com o Prefeito Municipal de Porto Alegre da época:

⁹⁴ João Fabrício de Moraes substituiu, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, o vereador titular do PTB, João Satte, por volta do mês de julho até o final do ano de 1964.

Eu era assessor do sindical do prefeito Sereno Chaise, eu estava na Prefeitura quando veio o golpe, foi no dia do aniversário do Sereno, trinta e um de março. [...] eu estava no gabinete do Sereno e ele disse: a situação está perdida, eu vou ficar aqui porque eu não posso fugir, eu sou o prefeito e eles vão me tirar da minha cadeira, erguido; eu não vou sair da cadeira, eles vão me tirar e o tiraram. No fim do encontro ele disse, desapareça; e eu desapareci.

A partir da entrevista, destaca-se o vínculo e a participação de João Fabrício de Moraes no movimento sindical. Como funcionário do Banco do Brasil, ingressou no movimento sindical e em 1962 quando foi eleito, pela primeira vez na história da entidade, com uma chapa única, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, em 1964 é reeleito, novamente com chapa única. Porém, com o golpe militar, o sindicato sofreu uma intervenção e seus dirigentes foram afastados.

ingressei no movimento sindical bancário onde, em 1962, fui eleito Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.[...] Presidente do sindicato, em chapa única. Em março de 1964 fui reeleito presidente novamente em chapa única do sindicato. Foram as duas únicas eleições de chapa única na história do sindicato. A posse do segundo mandato não ocorreu pois estava agendada para a noite de 31 de março de 1964, quando eclodiu o golpe.

Enquanto presidente do sindicato, João Fabrício relatou uma experiência importante que aconteceu no Rio Grande do Sul e que ajuda a compreender a efervescência dos anos anteriores ao golpe de Estado. Em 1962, durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores em São Paulo, é criado o CGT que agregou diferentes confederações de sindicatos e teve um papel muito importante durante o governo de João Goulart principalmente na defesa das reformas de base contando com uma intensa capacidade de

mobilização dos trabalhadores urbanos. Pode-se citar, como exemplos da intensa participação política dos sindicatos no Brasil, a defesa da posse de João Goulart em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros e o apoio ao fim do regime parlamentar votado no plebiscito de janeiro de 1963.

O sujeito da pesquisa relatou uma experiência do movimento sindical gaúcho que aconteceu nos anos anteriores ao golpe militar de unificação de diversos sindicatos numa espécie de confederação, o que era vedado pela Constituição vigente na época. Esta confederação tinha uma direção que contava com representantes dos diferentes sindicatos (João Fabrício de Moraes era o vice-presidente representando os bancários) e agiam de maneira coordenada. Além dos bancários, João Fabrício citou que a entidade contou ainda com a participação dos trabalhadores do transporte urbano (Carris), dos ferroviários, dos estivadores. Com golpe militar, cientes da força política do movimento sindical, foram nomeados interventores nos sindicatos e posto fim à organização unificada dos mesmos.

Mas o movimento sindical do Rio Grande do Sul, e nós já tínhamos movimento aqui, que naquele tempo não haviam centrais sindicais, era vedado pela Constituição a constituição de federações nem confederações, não existia CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, não havia nem uma confederação, e nós, fizemos uma espécie de CGT, que era o Comando Sindical Nacional, comando sindical regional, que unificava todos os sindicatos, e lá no Rio de Janeiro era comandado pelos nossos companheiros bancários que eram da CONTEC, pois tínhamos criado a CONTEC. Todos foram cassados inclusive, um deles o Aluísio Palhano foi assassinado. Nós aqui, em sessenta e três, sessenta e dois, já tínhamos um embrião central sindical e nós agíamos como tal. [...] Organizadamente e ordenávamos aos sindicatos que não eram filiados por estarem legalmente proibidos, mas participava ativamente; o presidente era de um sindicato, outro para tesoureiro. O movimento sindical unificado, havia já e quando chegou sessenta e quatro, nós fomos rudemente atingidos, nos setores bancário, a Carris de Porto Alegre, a orla marítima, onde houve intervenção.

José Antonio F. Arregui definiu o papel político dos sindicatos ligados à Companhia Carris Porto-Alegrense: “A Faculdade de Direito minha ficava bem em frente ao maior ninho de esquerda que podia ter que se chamava Companhia Carris Porto-Alegrense, dos ônibus, todos os líderes sindicais eram contra, obviamente, então daí saiam passeatas, greves”.

João Fabrício de Moraes falou do clima na universidade pouco tempo antes do golpe: “se falava que havia um movimento muito forte nacionalista e que era pelas reformas de base. O comício de março na Cinelândia, não, na Central do Brasil, essas coisas todas efervesciam na faculdade, os reacionários eram poucos e apoiavam a revolução, não tinham expressão”.

O entrevistado Manoel André da Rocha foi presidente do Centro Acadêmico André da Rocha (CAAR) da Faculdade de Direito no ano de 1963 e teve uma intensa participação na política estudantil. Posteriormente, tornou-se professor do curso de Direito da UFRGS e foi um dos fundadores Associação dos Docentes da UFRGS (ADUFRGS) e participou de uma comissão que procurou os professores cassados pela ditadura militar através da CEIS.

participei de uma comissão que pretendia, quando fez-se a anistia ela dependia de ser requerida e tal o processamento, e eu participei da comissão que procurou os professores que haviam sido cassados para trazê-los de volta a universidade, uns vieram, outros não, alguns simplesmente quiseram permanecer aposentados e um professor disse que não pediria, ele tinha que requerer a anistia, e um professor disse que não faria isso porque não tinha pedido pra sair e conseqüentemente ele não ia pedir pra voltar.

Manoel André da Rocha participou do movimento de AP. A AP originou-se do processo de radicalização da JUC que engajou-se num projeto de transformação da sociedade. A esquerdização do movimento não foi bem vista por setores da Igreja Católica, tanto que em 1961 o jucista Aldo Arantes, presidente do DCE da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, é eleito presidente da UNE e por isso é expulso da JUC pelo Cardeal dom Jaime Câmara. Segundo Mônica Almeida Kornis (*Ação Popular (AP)*):

Era evidente que a concepção da JUC sobre sua esfera de ação e sobre seu lugar no interior da Igreja tornava-se incompatível com o pensamento dominante na hierarquia eclesial. Diante das crescentes reivindicações de autonomia, surgiu a

idéia — sobretudo entre os jucistas de Belo Horizonte — de se formar uma nova organização que pudesse atuar independentemente da Igreja.

Assim, no congresso da JUC em 1962, em Belo Horizonte foi fundada a AP em que buscava uma preparação revolucionária através da mobilização e conscientização popular (sindical-operário, camponês, popular, cultura popular, político-partidário, estudantil, militar, etc) contra a dominação capitalista.

No momento que eu entrei, estava havendo o surgimento de um movimento de atuação política que era o chamado movimento de Ação Popular, estava começando a surgir já havia surgido no Rio, em São Paulo, também se estruturou em Porto Alegre e era, naquilo que se chamava assim bulhornaticamente de uma esquerda católica, e o outro movimento antigo que vinha era um movimento ligado, ligado mais ou menos, não significa fossem eram militantes, partidários, mais ligado ao antigo PCB, então esses dois grupos que se aglutinavam na chamada esquerda, mas disputavam entre si né, disputavam entre si, e havia o grupo, que eu estou chamando aí nessa chamada direita. O que eu participei nesse período foi dessa estruturação aqui da chamada Ação Popular, a Ação Popular tinha gente que vinha da JUC, Juventude Universitária Católica, vinha da JUC, e tinha gente que não vinha da JUC, não tinha passado pela JUC, a JUC eram os grupos mais ligados aos... talvez esteja fazendo uma generalização excessiva, mas mais ligados aos Maristas, ali tinha esse grupo de Juventude Universitária Católica e esse grupo foi uma das raízes do chamado movimento de Ação Popular. Esse movimento de Ação Popular era estruturado organicamente, ele tinha um documento que constituía a tábua de ação do partido que era chamado de documento base, do partido, do movimento [Manoel André da Rocha faz uma correção], que era o chamado documento base, esse documento servia como um modo de unificação das diferentes pessoas do movimento popular, e por isso, depois as pessoas integrantes da Ação Popular tiveram destinos distintos ou tomaram rumos distintos, mas eram esses os grupos assim, os players que nós tínhamos nesse momento. (Manoel André da Rocha).

Ao mesmo tempo em que Manoel André da Rocha falou da AP, abordou as disputas pelos órgãos estudantis que davam-se entre estudantes ligados a AP, ao Partido Comunista, sendo que em dados momentos esses dois grupos de esquerda aliavam-se, e grupos de direita.

Segundo o entrevistado, haviam “pessoas atuando nos centros acadêmicos ligados ou simpatizantes de um ou outro desses grupos”.

Outra experiência que Manoel relatou foi em relação à atividade da UNE no Rio Grande do Sul através da promoção da alfabetização de jovens e adultos através do método Paulo Freire em que se destacou o papel político do movimento em relação à conscientização dos futuros alfabetizadores.

[...] a UNE tinha um... ela levava também alfabetização de adultos na linha Paulo Freire, era a entidade estudantil que fazia isso, eu fui ao interior do Estado, o curso de formação de alfabetizadores pelo método Paulo Freire era feito, nós fazíamos no interior do estado, ia uma professora da área da educação e ela dava as aulas sobre os métodos de alfabetização, como é que se aplicava; mas tinha uma aula inicial que era sobre realidade brasileira, realidade brasileira, as outras eram especificamente pedagógicas, essa aula sobre realidade brasileira, era dada não pelos professores de lá, pedagoga, mas era dada por alguém outro, que eu mais uma vez fui fazer, eu viajei ao interior pra dar essa aula sobre realidade brasileira [...] Formação de alfabetizadores, como o método Paulo Freire estava muito ligado a uma alfabetização ligado segundo a realidade local do estudante, do alfabetizando, então tinha uma aula sobre realidade brasileira, pra que ele se enquadrasse nisso aí.

O entrevistado Annibal G. de Barros Cassal, estudante de Geografia, participou do CAFDR na gestão 1960/1961 e na FEURGS na gestão 1961 /1962 exercendo a função de segundo vice-presidente, o presidente era Bruno Costa, responsável pela cultura e ensino. Segundo Annibal, seu trabalho e envolvimento no centro acadêmico foi mais ameno e realizado nas horas vagas, porém, na “FEURGS foi tempo integral, fui pra lá, até as aulas eu assistia com dificuldade, porque exigia muita coisa”.

Annibal G. de Barros Cassal promoveu, dentro da sua função na FEURGS, uma série de atividades na universidade mostrando novamente as transformações culturais da década de 60: “dei várias atividades, um seminário em Tramandaí, atividades culturais, trouxeram o filme Cinco Vezes Favela pra ser exibido aqui em Porto Alegre [...] procurava trazer espetáculos culturais ou de participação estudantil, discussão”.

Um aspecto que Manoel André da Rocha abordou no decorrer da entrevista foi as discussões e estudos realizados na universidade em torno da reforma universitária através de eventos que contaram com a participação dos estudantes da UFRGS.

[...] o movimento de reforma universitária que se empreendeu naquela época construiu grandes estudos sobre reforma universitária e mesmo no plano micro, isso aí também fizeram, por exemplo, nós fizemos aqui na UFRGS um seminário sobre reforma de currículos, os estudantes fizeram, seminário sobre reforma de currículos e que foram examinados, o seminário foi lá na agronomia durante três dias, ficou se discutindo como é que ia se organizar os currículos, etc. A questão da reforma, lá na faculdade, nós tivemos seminários de reforma de ensino jurídico, e depois em plano nacional também, então havia uma componente, eu não estou dizendo que não exista hoje, mas que era uma componente de militância em torno de idéias e de construir conteúdos intelectuais para a universidade, reforma da universidade, reforma de currículo.

Além do seminário realizado na Faculdade de Agronomia relatado no trecho acima citado, Annibal G. de Barros Cassal falou de outro evento realizado em Tramandaí em agosto de 1961 em que os estudantes reuniram-se para discutir a reforma universitária: fizemos um “seminário em Tramandaí, na colônia de férias da UFRGS em Tramandaí [...] Reforma universitária, exatamente. E participam representantes de cada centro acadêmico e a própria FEURGS, representantes, e ficamos uma semana lá debatendo”.

Outro fato relatado por Manoel André da Rocha foi em relação à participação do movimento estudantil na greve do um terço decretada pela UNE em junho de 1962 que reivindicava a participação dos estudantes nos colegiados das universidades na proporção de um terço para estudantes, um terço para funcionários e um terço para professores.

[...] havia uma militância muito grande em torno de idéias e isso possibilitou que em sessenta e três houvesse a famosa greve do terço que era por uma idéia, esta greve foi uma greve nacional, que durou não sei quantos dias, bem mais do que um mês, talvez dois, pelo princípio do terço de participação nos conselhos universitários [...].

Então a greve do terço de sessenta e três, está repercutindo efetivamente hoje, mas houve uma greve de sessenta e tantos dias pelo treco de participação e que, naquele tempo, foi uma coisa vista assim como mais um dos momentos da “comunização” do Brasil, a Universidade do Rio Grande do Sul parada, etc, e alguns professores, como é o caso do professor Fiori, que era uma pessoa que não tinha a participação política muito intensa, era um católico, e daqueles que militavam na época em torno de XXX, tinha alguns participantes, mas ele tomou uma posição decidida, aquele texto de participação deu o fundamento filosófico a idéia do terço, etc, e tornou-se uma liderança nacional, ele passou, ele viajou, a convite de outros estudantes, pra falar em outros lugares e teve uma presença muito forte, a mesma coisa o Leônidas Xausa..

Uma observação a ser destacada na citação acima é que os dois professores da Faculdade de Filosofia, Ernani Maria Fiori e Leônidas Rangel Xausa, que apoiaram a greve do um terço seriam expurgados da universidade, respectivamente, em 1964 e em 1969.

O entrevistado Annibal G. de Barros Cassal contou que a diretoria da FEURGS da qual fez parte era inclinada ao comunismo, porém o mesmo definiu-se como de esquerda ligado a uma linha cristã social, inclusive conta que recebeu apoio da JUC na sua atividade na FEURGS: “aí a Juventude Universitária Católica, a JUC, me deu um bom... mandou gente trabalhar comigo, inclusive, um cuidou da parte da cultura, o outro cuidou do ensino e trabalharam muito no setor”.

O entrevistado José Antonio F. Arregui foi estudante do curso de Direito e ingressou nesta faculdade em 1961. Participou da AP e se candidatou a presidência do CAAR em 1963, rebelando-se contra uma idéia da AP.

Em mil novecentos e sessenta e três, eu estava portanto no segundo ano, sai candidato ao Centro Acadêmico André da Rocha, na época eram, junto com o Sarmiento Leite da Medicina, os dois maiores formadores de opinião pública em termos de universidade. Eu não era o candidato da situação, por que eu saí candidato? Porque eu me rebelei com o que ocorre hoje nos dias atuais, ou seja, o PT faz isso, você é o candidato, no ano que vem vai ser o beltrano, no outro ano vai ser o ciclano; e eu não concordava, eu achava que eu tinha melhores condições do que o eleito, só que era de pai pra filho, como eu vou dizer, então era uma barbada para que o pessoal de AP ganhasse.

Segundo José: “Eu tenho impressão que naquele ano de sessenta e três, foi o único diretório acadêmico, na época se chamava de centro acadêmico, que não ganhou uma pessoa de esquerda”. O entrevistado foi ligado ao Movimento Democrático Universitário (MDU).

[...] o MDU foi um movimento que a gente criou para combater a AP, porque quando nós fomos buscar alianças, o movimento que tinha mais forte universitário era o movimento dentro do Mackenzie, que era o MAC, Movimento Anticomunista ou movimento de caça aos comunistas; não, e era muito radical, então nós queríamos uma coisa mais light, então fizemos o MDU e eles se incorporaram, prova está que nós concorremos contra o hoje prefeito de São Paulo José Serra, eu tenho a impressão que nós fizemos só dezesseis votos contra novecentos e tanto.

Quando acontece o golpe militar, José Antonio F. Arregui era o presidente do CAAR e afirmou: “obviamente eu me posicionei a favor”⁹⁵. Em 1965, José Antonio F. Arregui foi eleito presidente da UEE-RS.

4.3.2 – A política estudantil

Outro fato lembrado nas entrevistas foi a campanha da legalidade ocorrida em 1961. O movimento no Rio Grande do Sul foi intenso principalmente pela liderança do então governador Leonel Brizola que se opôs a tentativa de militares de impedir a posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. Os estudantes também participam deste movimento e é lembrado pelos entrevistados como momento marcante em suas vidas.

⁹⁵ Consta em trecho da ata, o depoimento do Diretor da Faculdade de Direito, Galeno Velhinho de Dacerda, a CEIS confirmando a afirmação de José Antonio F. Arregui: “Ponderou, a seguir, que as últimas eleições, no Centro Acadêmico, foram vencidas pelo Movimento Democrático Universitário, de modo que não houve dificuldades em relação ao aludido Centro Acadêmico”. (UFRGS. CEIS. *Ata da 6ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 15/06/1964, p.5. UCS/CEDOC/LTM.).

Jaime Rodrigues afirmou: “eu vivi o movimento [...] Da legalidade. Eu fui na rua com meus colegas... defender o Jango no poder e tal, com Brizola”.

No trecho a seguir, Manoel André da Rocha falou das suas lembranças da campanha da legalidade no momento em que ingressou na universidade:

[...] nós tivemos o episódio de mil novecentos e sessenta e um que o Brizola se entrincheirou ali no Palácio [do Piratini] e o Rio Grande se levantou, o episódio de sessenta e um que eu estava recém entrando na universidade, eu lembro que nós... um grupo pelo menos mais representativo, passamos a noite inteira na casa do Leônidas Xausa discutindo o que faríamos e quando chegou de manhã as coisas já tinham se resolvido [risos].

Na entrevista de Annibal G. de Barros Cassal, o mesmo falou da participação política do movimento estudantil na campanha da legalidade revelando detalhes da organização do movimento estudantil promovido pela FEURGS para um possível confronto armado na campanha da legalidade.

[...] estávamos num dos seminário lá em Tramandaí, em agosto, ocorreu aquela confusão da renúncia do Jânio Quadros e do retorno do João Goulart, aí nós estávamos em pleno seminário quando se deu a renúncia do Jânio, nós achamos conveniente voltar pra Porto Alegre pra medir a situação, estava todo mundo alarmado, tal e coisa, aí fecharam em torno do João Goulart e nos falaram que vinha um contra-torpedeiro da Marinha que estava se dirigindo pra Porto Alegre, também um dos Estados Unidos, mas ficou tudo no boato. Na FEURGS promoveram alistamento de pessoas, estudantes, tudo, pra defender a posse do Jango, com o Brizola à frente, eu nunca fui de partido nenhum, não era favorável nem contra a Jango, Brizola, etc, mas era contra o golpe de Estado, se mantivesse a normalidade. Naquele tempo nós alistamos na FEURGS, pra qualquer coisa, nos treinamentos de ordem unida e táticas militares, etc, porque achávamos que íamos ter que defender à bala o negócio.

Se a conjuntura nacional pré-golpe militar apresentada anteriormente era de uma sociedade polarizada entre esquerda e direita, no movimento estudantil essa divisão política também de evidenciava principalmente nos momentos em que aconteciam eleições para órgãos estudantis como os centros acadêmicos, a FEURGS, a UEE e a UNE.

O que havia na UFRGS, nos anos que eu estava lá: havia uma disputa intensa pelos cargos das organizações estudantis, que eram a União Estadual dos Estudantes, depois as federações de estudantes de cada universidade, algumas tinham, outras não, não tinha DCE, tinha a FEURGS, Federação de Estudantes da UFRGS, e os centros acadêmicos em cada escola, a Federação de Estudantes da UFRGS inclusive, ele mantinha a administração do restaurante universitário, o chamado R.U., ela é que fazia essa administração, então ela detinha um poder, junto aos estudantes, muito grande porque através dela passava a questão da alimentação dos estudantes e outros benefícios, que vinham através da FEURGS, por isso elas eram bastante disputadas. Havia um grupo de estudantes não vamos chamar de direita... vamos chamar sim, que seriam os de direita, mas dentro de uma concepção mais ou menos de... que o Norberto Bobbio escreve sobre esquerda e direita, dentro dessa idéia, eram... a direita não eram nazistas, skinheads ou coisas assim, mas eram o setores mais liberais, mais conservadores, etc... e havia o setor de esquerda, muito naturalmente haviam idéias socialistas desde, digamos assim, de um cunho marxista mais organizado até outras cores menos fortes (Manoel André da Rocha).

Um aspecto da política estudantil foi que esta polarização já se dava no próprio ensino médio, na época chamado de colegial, nas eleições que escolhiam os seus representantes para os grêmios estudantis, UGES e da UMESPA. Jaime Rodrigues contou que ao entrar no Julinho (Colégio Estadual Julio de Castilhos) no final da década de cinquenta, aconteceu uma transformação na sua vida, logo no primeiro dia de aula, teve uma experiência diferente:

No Júlio de Castilhos, no primeiro ano, no primeiro dia que eu entrei, tava o meu querido amigo Marcos Faermann, grande jornalista, lá em cima dizendo: Não vamos aceitar, greve geral, não sei o que! Eu digo: opa, tô nessa! [em voz alta e risos]. E

daí já saíram subindo ali, aquela avenida que passa no Júlio de Castilhos, em uma manifestação... foi a primeira manifestação que eu participei.

Segundo Jaime, no Julinho ele já “fazia política” participando das eleições para o grêmio estudantil. Sobre sua participação em uma dessas eleições o entrevistado afirmou: “Tinha, um colega meu, esse que eu tenho a foto que está guardada, foi candidato a presidente e perdeu, nós perdemos, nós da esquerda perdemos, já era esquerda”. O mesmo também contou que no colégio já havia uma divisão entre esquerda e direita, inclusive conta que o coordenador do colégio, “chamou um padre pra fazer política direita [...] a maneira que pudesse puxar a gente da esquerda, e tu vê, pa, pa, pa, não sei o que, a religião e nhé, nhé, nhé, e, olha, era uma política forte”.

Dentro da universidade, haviam muitas disputas pelos órgãos estudantis. Jaime Rodrigues falou que a partir da vitória de Paulo Renato Silveira Bicca nas eleições do centro acadêmico do curso de Arquitetura no ano de 1966, outros centros acadêmicos também foram ganhos pela esquerda: “dessa maneira o Direito entrou também. E tinha outras: Filosofia, História, quase tudo isso nós ganhamos todas, nós estávamos muito bem, a direita cada vez se enfraquecendo mais”.

No relato de Manoel André da Rocha, observa-se as disputas entre esquerda e direita dentro do movimento estudantil, sobretudo na UFRGS:

O que havia na UFRGS, nos anos que eu estava lá. Havia uma disputa intensa pelos cargos das organizações estudantis, que eram a União Estadual dos Estudantes, depois as federações de estudantes de cada universidade, algumas tinham, outras não, não tinha DCE, tinha a FEURGS, Federação de Estudantes da UFRGS, e os centros acadêmicos em cada escola, a Federação de Estudantes da UFRGS inclusive, ele mantinha a administração do restaurante universitário, o chamado R.U., ela é que fazia essa administração, então ela detinha um poder, junto aos estudantes, muito grande porque através dela passava a questão da alimentação dos estudantes e outros benefícios, que vinham através da FEURGS, por isso elas eram bastante disputadas. Havia um grupo de estudantes não vamos chamar de direita... vamos chamar sim, que seriam os de direita, mas dentro de uma concepção mais ou menos de... que o Norberto Bobbio escreve sobre esquerda e direita, dentro dessa idéia, eram... a direita não eram nazistas, skinheads ou coisas assim, mas eram os setores mais liberais, mais conservadores, etc... e havia o setor de esquerda, muito naturalmente

havam idéias socialistas desde, digamos assim, de um cunho marxista mais organizado até outras cores menos fortes.

Ao ser questionado se a divisão política da sociedade também acontecia no movimento estudantil, Annibal afirmou: “basicamente eram a direita e a esquerda. Havia os grupos de direita, havia os grupos de esquerda, e o grupo de esquerda fortemente socializante ou pró-comunismo, e os grupos de direita, pelo contrário, da força, o militarismo”.

As disputas eleitorais foram destacadas por José Antonio F. Arregui que contou primeiramente detalhes da sua campanha na eleição realizada no ano de 1963, na qual foi eleito presidente do CAAR do curso de Direito.

A minha campanha foi, vamos dizer assim, em termos de grana, rica, por que? Primeiro de tudo, a gente bolou uma maneira de sacudir a faculdade, então eu baseado naquele poema do Kipling, Rudyard Kipling, “Se”, então eu mandei fazer uns panfletos grandes, o eleitorado nosso era em termos de quatrocentos eleitores, mas eu mandei fazer mil, então vinha bem assim: colega, se você quer que o Centro Acadêmico André da Rocha continue sendo atrelado a política comunizante da UNE; se você quer isso; se você quer isso; se, que aquilo; não vote em Arregui; aí depois: se, você quer que o centro acadêmico discuta as questões acadêmicas; se, você quer melhorias nos estacionamentos; não sei o que; vote no fulano. Claro que isto aí, sacudiu bastante, a chamada: não vote no Arregui, se, você quer isso.

O argumento utilizado no panfleto eleitoral de José representava a convicção da direita de que os órgãos estudantis, assim como outras instituições, estavam tomados por comunistas e esta idéia, observada na análise do jornal *Correio do Povo* anteriormente, fundamentou, após o golpe, a operação limpeza nas instituições do país com investigações, intervenções e a repressão.

Segundo José, nas eleições para UEE na qual foi eleito, o mesmo realizou um debate contra o candidato Paulo Renato Crochemore em uma rádio, provavelmente a rádio da

universidade, tendo como mediador Fúlvio César Petracco, que foi presidente do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia da UFRGS e presidente da FEURGS em 1961. Contando um dos momentos do debate que considerou decisivo para sua vitória, o entrevistado revelou a concepção de política que diferenciava os grupos de esquerda e de direita dentro do movimento estudantil:

Estamos num debate, o candidato contra mim era o hoje falecido Paulo Crochemore, que era da engenharia de Porto Alegre, e eu devo... atribuo a minha vitória na UEE a uma única resposta que eu dei no rádio, o apresentador do programa chamava-se Fúlvio Celso Petracco, que já tinha sido presidente de entidade estudantil, e, de sopro assim me pergunta: e o candidato do MDU, que era o Movimento Democrático Universitário, qual é o seu posicionamento sobre o bloqueio continental de Cuba? Isso era nos sessenta e pouco, aí eu disse: doutor Petracco, acho que o senhor está enganado, eu sou candidato a UEE e não a OEA. [...] Eu atribuo que a isso aí eu ganhei, porque o pessoal universitário não estava interessado em saber o que está acontecendo na China ou o que está acontecendo com o bloqueio, nós queríamos era: reforma de ensino, voto no conselho universitário, que eram coisas que diziam respeito “a vida acadêmica” [destacado], política a gente faria nos partidos políticos, não na... mas era... a idéia era a partidarização de tudo em qualquer coisa que fosse, valia clube social como valia universidade, era tudo.

A concepção de política estava relacionada com a concepção do papel do movimento estudantil e do universitário. A frase de João Fabrício de Moraes define de maneira objetiva o slogan da direita na época em relação à política estudantil: “Estudante é para estudar e não pra fazer política”; Annibal G. de Barros Cassal também falou da concepção defendida pelos militares: “Os centros acadêmicos perderam toda a função de politização assim, no sentido de promover palestras, promover seminários, de reforma de tudo mais, diziam: estudante é pra estudar, esse era o lema dos militares, estudante é pra estudar, não se metam em nada mais”⁹⁶.

Analisando as atas de reuniões da CEIS, foi possível identificar, em diversos excertos, opiniões semelhantes em relação à participação política dos estudantes. Isso pode ser

⁹⁶ Concepção revelada nas palavras do Ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, instituído após o golpe militar ao falar sobre a regulamentação das atividades dos órgãos estudantis: “Os DA, segundo o Ministro, terão de cuidar única e exclusivamente dos interesses dos estudantes, sem nenhuma interferência na política, pois para isso existem os partidos e qualquer um pode filiar-se a eles” (Correio do Povo, 20/05/1964, n.192, p.14).

observado no trecho abaixo, em ata que registra depoimento do então diretor em exercício da Faculdade de Farmácia e Bioquímica, Rubem Green Ribeiro Dantas, na quarta reunião da CEIS:

O Prof. Dantas, a seguir, afirmou que, quando da elaboração da lista tríplice para escolha de novo Diretor da Faculdade de Farmácia e Bioquímica, os estudantes mantiveram palestras com os possíveis integrantes da referida lista. Quando perguntaram ao Prof. Dantas se os estudantes poderiam fazer política, este respondeu que poderiam desenvolver tal atividade junto aos partidos políticos, mas que jamais admitiria qualquer manifestação política no recinto da Faculdade. Diante dessa definição, o orador foi colocado em 3º lugar na preferência do corpo discente⁹⁷.

Logo em seguida, a ata registrou a concordância de Álvaro Barcellos Ferreira, diretor em exercício da Faculdade de Medicina, com a idéia acima citada em relação às atividades política: “Entende [...] as atividades políticas jamais devem ser desenvolvidas dentro da Universidade, já que nesta cabem, apenas, as atividades escolares e universitárias. Considera que havia, realmente, um excesso de liberdade das agremiações estudantis”⁹⁸.

Na visão dos grupos de esquerda, ser universitário era ir além da formação acadêmica, ou seja, era necessário estar integrado à sociedade nos seus diferentes aspectos, sejam eles políticos, culturais, sociais, etc. Nas palavras de Annibal G. de Barros Cassal, o estudante não “ficava só no centro acadêmico, só na faculdade, vou tirar Química, só vou ler sobre Química o tempo todo, não, tinha que se atualizar, conhecer um pouco de política, um pouco de cultura, um pouco de cinema, um pouco de arte, puxava pra esse lado”. Annibal falou ainda dos artigos que escrevia para o jornal da FEURGS, chamado “O Universitário”, quando foi um dos dirigentes da entidade. Seus artigos eram “conclamando o estudante a participar, não se omitir”. Enquanto dirigente da FEURGS, responsável pela parte da cultura e ensino, o entrevistado contou que promoveu diversos eventos: “se fazia muitos seminários, análises

⁹⁷ UFRGS. CEIS. *Ata da 4ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 08/06/1964, p.5. UCS/CEDOC/LTM.

⁹⁸ UFRGS. CEIS. *Ata da 4ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 08/06/1964, p.6. UCS/CEDOC/LTM.

sobre partes históricas, sobre assuntos da atualidade, sobre cinema”. José Antonio F. Arregui afirmou: “nós éramos obrigados, obrigados que eu digo entre aspas, a termos posição sobre tudo, sobre qualquer assunto, nós jovens, tínhamos um posicionamento, ou de um lado ou de outro, era um maniqueísmo, mas era, tinha, tínhamos”. Segundo José, o MDU combatia a política estudantil da época em que viam os órgãos estudantis tomados por grupos de esquerda, ligados ao PCB e ao PTB principalmente, utilizados para fazer política partidária na universidade.

Marcos Fontana Cerutti: E a concepção do senhor, do vosso movimento era que a universidade não seria o local adequado de política.

José Antonio F. Arregui: Claro, eu sempre dizia: façam como eu faço, eu sou dirigente aqui de vocês, mas aqui dentro não tem política, eu tenho posição política tanto é que eu sou filiado a um partido político; não, não se fazia... eu entendia, dentro da área universitária, nós todos somos um ente político, é lógico, agora, não se faz política partidária dentro da universidade, é a minha concepção, porque então nós teríamos que ter um partido universitário com diretrizes, agora pra isso existe essa gama de partidos.

4.3.3 - O golpe militar

A partir das cinco entrevistas realizadas, percebe-se que o golpe militar de 1964, apesar de todo o clima de tensão na sociedade e na universidade, pareceu ter surpreendido o movimento estudantil. Ao ser questionado sobre quais eram as lembranças do momento em que aconteceu o golpe militar no dia 31 de março de 1964, Jaime Rodrigues afirmou na entrevista: “Ah, foi terrível. Tava uma briga nacional, um confronto nacional, a direita [...] chegava pôr manifestações... [...] e nós também fazíamos as nossas, eles tinham as lideranças deles, nós tínhamos as nossas”.

Outra observação que as entrevistas demonstraram foi que os estudantes ligados aos movimentos sociais tinham a idéia que o golpe militar implantaria uma ditadura ao contrário da hipótese que o governo militar seria transitório e que após alguns anos o poder seria

devolvido aos civis. No trecho da entrevista de Jaime, percebeu-se a leitura feita pelo PCB e os conseqüentes cuidados para com futuras retaliações do regime implantado:

Nessa ocasião eu acho que eu já estava [pausa], o golpe foi em sessenta e quatro... eu já estava no Partido Comunista Brasileiro, e o partido já raciocinava em termos de poder, e de ditadura, mas o Partido Comunista Brasileiro levantava a idéia de confronto político e não militar, que não era questão de fazer brigas militares contra o poder militar. [...] Não era essa a alternativa, mas ele raciocinava de que a violência militar se executaria, tanto que eu, já nessa época, eu me escondi.

João Fabrício de Moraes disse que tinha certeza de que o golpe significava a instauração de uma ferrenha ditadura: “A maneira que eles agiram, o discurso que eles usavam, a maneira que eles tomaram o poder, nada indicava que fosse transitório”. Ao contrário de João Fabrício, Annibal G. de Barros Cassal afirmou que inicialmente todos tinham a impressão que o governo militar seria de caráter transitório: “essa impressão inicial todo mundo tinha, eles tomaram, mas dali um ano, um ano e meio, dois anos eles fariam uma eleição e retornaria o poder ao povo, à população”.

Pode-se afirmar que a idéia de que a ditadura militar seria temporária e que após alguns anos o poder seria devolvido aos civis foi contrariada pelas próprias ações repressivas que o governo militar realizou no país: a operação limpeza nas instituições como foi o caso da CEIS/UFRGS, os IPMs, as prisões, as intervenções, enfim, a repressão mostrou a face de ditadura e ao mesmo tempo gerou sua própria antítese, ou seja, a resistência à ditadura e a repressão; Annibal afirma que a “ditadura sempre faz surgir a contra-ditadura”. Questionado sobre em que momento deu-se conta de que o golpe militar instauraria uma ditadura, o entrevistado afirma:

Não, em pouco tempo a gente percebeu, porque eles entraram com toda a força, prendendo e destituindo os presidentes de centros acadêmicos, aquele tempo ainda estava cursando na Filosofia, a diretoria do centro acadêmico foi destituída e substituída por outra da confiança deles, dos militares... o clima era pesado.

Do ponto de vista de João Fabrício de Moraes, dirigente sindical na época do golpe, poderia ter se resistido ao golpe caso houvesse um conflito armado.

[...] se acovardaram. Não houve distribuição de armas que nós pleiteávamos, nós: os bancários, os metroviários, os sindicatos em que queríamos armas, mas eles nunca nos mostraram armas, que diziam ter, mas nunca mostraram. Então não haviam condições de resistência, porque se houvesse qualquer resistência, eles não teriam ganho. Eles ganharam pela covardia dos comandantes, dos dirigentes.

Enquanto sindicato, João Fabrício contou que tentaram resistir: “Revidamos, já fomos no jornal, escrevemos matérias contra, fizemos passeata, juntamos, nos agregamos, porque durou dois, três dias a resistência lá na prefeitura, nos agregamos ao prefeito”. Com o golpe militar, aconteceu a intervenção no sindicato e seus dirigentes afastados.

Se a repressão gradativamente vai institucionalizando-se, os estudantes de esquerda também passaram a ter mais cuidado. Quando perguntado sobre como era a faculdade após o golpe, João Fabrício revelou: “Eu vou te dizer que aí há um branco na minha vida, me concentrei nos estudos, freqüentava a aula e tratei de e terminar o curso”. Sua preocupação era de ser excluído da faculdade já que no fim do ano de 64 se formaria na Faculdade de Direito. No ano seguinte, João Fabrício contou que viajou para o Chile onde viveu por dois anos e afirmou que sua viagem estava relacionada aos processos que estava enfrentando e as possíveis penalidades que sofreria.

Manoel André da Rocha, por sua vez, contou que houve um movimento de resistência ao golpe militar na universidade com a tomada da rádio da mesma, indo de encontro a afirmação do reitor da UFRGS anteriormente citada, relatando também a ocupação da cidade de Porto Alegre pelos militares e também do não aparecimento dos membros da Aliança Operária Estudantil Camponês na sede da entidade junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre:

E em sessenta e quatro, também houve um movimento, houve alguns movimentos, ações de resistência dentro da universidade, em sessenta e um nós tomamos a rádio da universidade, na verdade, ninguém tomou nada, porque os empregados, os funcionários da rádio eram mais vermelhos do que nós poderíamos ser [risos], então nós chegamos lá, os estudantes, chegamos lá e... A rádio está tomada! Está, tudo bem, o que vamos fazer? Ah, mantém a programação normal [risos]. [...] Eu não me lembro se foi em sessenta e um ou sessenta e quatro a rádio, eu acho que a rádio foi em sessenta e quatro. Houve uma tentativa de organizar uma resistência, etc, aí logo começavam a chegar os tanques da Serraria, que ficava num bairro aproximado na zona sul [de Porto Alegre] chamado Serraria, deve ficar até hoje, era o regimento moto-mecanizado, etc, e num determinado momento, eles foram trazidos a Porto Alegre, aí pelo cais do porto, então as coisas se resolveram rapidamente. Eu passei uma boa parte do meu dia dentro da Prefeitura, tinha lá uma sala da Aliança Operária Estudantil Camponês, que coisa interessante... era uma das linhas da UFRGS, operários, estudante, camponeses, era a idéia de estabelecer uma articulação entre o movimento sindical urbano, movimento dos trabalhadores rurais, etc, eu posso te dizer que eu passei lá, uma boa parte, algumas horas na sala e não apareceu nenhum operário e nem um camponês.

Na visão de Manoel André da Rocha, o golpe militar não foi uma revolução, mas uma contra-revolução que acabou com uma série de transformações que vinham ocorrendo na sociedade brasileira, principalmente no sentido de ampliação da participação popular, consideradas pela direita como o avanço do comunismo em nosso país que a qualquer momento tomaria o poder do Estado, portanto o golpe acaba sendo justificado para defender a Pátria do “perigo comunista”:

[...] e a imagem que eu tinha era que a revolução, o golpe de estado na verdade era uma contra-revolução, estava havendo um processo, não revolucionário, mas um processo de reforma, de participação popular crescente até que tudo isso foi estancado em sessenta e quatro exatamente pra voltar as velhas relações de dominação norte-americana, o endurecimento das relações econômicas capitalistas e assim por diante. A idéia que se tinha era de que nós havíamos sofrido uma contra-revolução [...] O golpe foi preventivo [...] Eu não acho que o Jango fosse fazer uma revolução, não acho, mas certamente o momento político ali era no sentido democratizante e também de... democratizante no sentido de participação popular maior, mas também de quebra de relações econômicas de dominação, então nesse sentido, eles restauraram o que ia se quebrar, quanto ia se quebrar eu não sei dizer, acho que não ia se quebrar muito, não imagino que estivesse em rumo uma revolução comunista no Brasil, não iria acontecer isto, mas de qualquer maneira foi dado uma contramarcha aí..

Annibal G. de Barros Cassal afirmou que o golpe militar pegou a todos de surpresa e logo foi tomando conta do país, dificultando uma reação: “quando se deu o golpe de sessenta e quatro todo o mundo estava completamente despreparado no país, não esperavam um [...] golpe, e ele logo tomou conta, se espalhou por todo o Brasil, não havia condições nem de resistência”. O entrevistado também falou do clima logo após o golpe militar na UFRGS e das conseqüências a partir da repressão aos órgãos estudantis: “Ficou um clima irrespirável, porque qualquer coisa era considerado suspeito, se quisesse discutir, por exemplo, comunismo, socialismo, democracia, ditadura, não podia, eram temas proibidos”.

O trecho a seguir da entrevista de José Antonio F. Arregui representa um ponto de vista diferente dos demais sujeitos da pesquisa. Sua compreensão, por ter um posicionamento político de direita e ligado ao MDU, era que alguma medida de força deveria acontecer para conter a “implantação do socialismo no Brasil”, ou seja, a direita fazia uma leitura de que o quadro político de efervescência abordado anteriormente no país, principalmente em relação ao governo João Goulart com a implantação das reformas de base e as ações dos movimentos sociais, eram sinais de que a qualquer momento o socialismo seria implantado no país.

José Antonio F. Arregui: No momento nós tínhamos a convicção de que o movimento iria ocorrer, porque a gente já tinha a visão de que a república sindicalista estava vindo.

Marcos Fontana Cerutti: Com o Jango?

José Antonio F. Arregui: Com o Jango, isso... porque a gente tinha grupos universitários que era muito ligado a esse pessoal do egresso do Exército que ficava estarecido com a quebra de hierarquia, você via sargento botar o dedo na frente do coronel, não vou fazer isso, e o espírito de corpo já dominante na época na oficialidade, era uma coisa que todo mundo passava a mão por cima, então estava um desrespeito brutal. A desordem imperava. Serviço público era um desastre, era um apadrinhamento, se tu fosse favorável ao Partido Trabalhista Brasileiro, tu tinha tudo, se tu era, na época eles chamavam, se tu eras, como é que eles chamavam... reacionário, era o termo que usavam na época, tu era colocado na planície ou no fundo de um corredor. O descalabro era tal que tu via carro oficial impunemente andando pelas ruas levando o chefe da repartição em casa ou indo a um comício ou assim. [...] nós sentíamos que mais dia, menos dia, essa frouxidão, ia influir na moral das pessoas, então nós sabíamos que estava por acontecer, nós tínhamos uma visão de que só uma medida de força poderia, porque o Congresso estava todo ele minado pela “pelegada”, sindicatos, é que mandavam em tudo, as centrais sindicais botavam nas ruas duas mil, três mil pessoas num comício, coisa que qualquer outra organização não fazia, e que dominava todas essas entidades? O pessoal que queria dar o golpe no golpe, o Jango ia ser o instrumento, para que os PUA da vida, Pacto de Unidade e Ação, as Ligas Camponesas, fizessem, implantassem o socialismo no Brasil [...]eles iriam dar o golpe dentro do golpe, então só uma medida radical de força é que poderia impedir. Quando a... o MDU e engajou na CAMDE, CAMDE era Campanha da Mulher Democrática, e fomos pra passeata, o MDU mandou gente de todo o Brasil pra engrossar aquela passeata, aquele negócio das mãos dadas. E então a intenção nossa, o que era, era demonstrar que tinha gente contra aquele estado das coisas, que não era aquela [...]

No relato sobre o clima na universidade, José afirmou que o clima pré-golpe na universidade era de tensão e após, este clima de tensão ficou muito mais intenso. O entrevistado afirmou como os estudantes de direita eram vistos pelos demais: “a gente era visto como golpista, então vocês são os responsáveis, porque se o movimento universitário estivesse unido não teria acontecido isso”. Sua leitura sobre a repercussão do golpe no movimento estudantil de esquerda é que o golpe “anestesiou o pessoal de esquerda, ficou meio anestesiado, até que resolveram reagir contra o golpe”.

4.3.4 - Institucionalização do golpe e repressão

Os estudantes foram, sem dúvida, um dos principais setores responsáveis pelo clima de efervescência política daquele período. Por essa razão foram duramente

perseguidos e reprimidos durante o regime militar que se instaurou com o golpe de 1964. No dia seguinte ao golpe, a UNE foi extinta e sua sede incendiada. A entidade iniciava, naquele momento, um longo período de clandestinidade. (COSTA, *Os estudantes e a política*)

Após o golpe militar, iniciou-se o processo de “institucionalização do regime”, ou seja, tomado o poder central do Estado, a ditadura foi imediatamente “se espalhando” pelas instituições pertencentes ao Estado como é o caso da universidade. Inicia-se a *operação limpeza*⁹⁹ do país impedindo a tomada deste pelos *comunistas*. Importante salientar que, para esta pesquisa, o momento pós-golpe e a repressão ao movimento estudantil, através da CEIS, constituíam o foco da investigação. Entretanto, ao longo da narrativa dos entrevistados, outras questões em torno do tema foram surgindo, ampliando o horizonte de análise.

Retomando os propósitos deste estudo, inicialmente a meta consistiria entrevistar ex-estudantes da UFRGS que foram inquiridos pela CEIS¹⁰⁰ em 1964, buscando analisar as repercussões desse fato em suas trajetórias de vida. Os cinco entrevistados, porém, permitiram algumas compreensões diferentes dos pressupostos iniciais: Jaime Rodrigues foi ouvido e suspenso por uma Comissão de Inquérito Administrativo composta por professores da UFRGS em 1967, por ter “invadido” o RU em março do referido ano. João Fabrício de Moraes foi inquirido pela CEIS e por mais dois IPMs. Manoel André da Rocha, por sua vez, foi ouvido em dois IPMs. Annibal G. de Barros Cassal foi inquirido pela CEIS, enquanto José Antonio F. Arregui foi ouvido em dois IPMs.

A ocupação do RU que Jaime Rodrigues participou em 1967 é citada na dissertação de Jaime Valim Mansan:

⁹⁹ O termo “operação limpeza” também foi utilizado com outro sentido em uma das reportagens e que, curiosamente, despertou minha atenção ao selecionar as reportagens: “Uma ‘blitz’ contra a sujeira será desfechada, hoje, no centro da cidade. A chamada ‘operação-limpeza’ determinará, às primeiras horas da manhã, a presença de todo o pessoal da Divisão de Limpeza Pública” (Correio do Povo, 15/07/1964, n.238, p.14). Ao ler o título “Operação limpeza hoje no centro da cidade” acreditei que se trataria de uma reportagem sobre prisões realizadas na cidade.

¹⁰⁰ Não foi possível contar com cinco ex-estudantes inquiridos pela CEIS/UFRGS em 1964 na pesquisa. Apesar de alguns terem sido localizados, não se disponibilizaram a participar da pesquisa. Dos cinco entrevistados nesta pesquisa, apenas dois foram inquiridos pela CEIS apesar de que todos participaram ou da CEIS ou de IPMs.

Em 8 de março de 1967, aproximadamente 200 pessoas ocuparam aquele espaço, com o objetivo de “chamar a atenção para as reivindicações e posições dos universitários”. Vieira [João Carlos Alberto Pinto Vieira], anteriormente mencionado, foi um dos líderes da ação, cuidadosamente planejada. Na madrugada do dia 9, foi encerrada a ocupação, por intervenção coordenada pelo cel. Pedro Américo Leal, que estaria à frente de cerca de duzentos policiais. Pressionados pelos agentes repressivos, os estudantes optaram por desocupar o RU, tendo em vista a integridade física dos manifestantes (2009, p. 198).

Jaime Rodrigues revelou alguns detalhes da ocupação: após entrarem no restaurante universitário, “tinha rádio e nós desligamos o rádio, eu pulei ali onde tava tocando o rádio e desliguei, e o cara que tava controlando o rádio ficou com medo, e nós entramos dentro, nos levantamos, fizemos discursos e tal, e tomamos o R.U. e fechamos o R.U.”.

Após a ocupação do RU, uma Comissão de Inquérito Administrativo composta pelos professores Ivo Wolff, Gastão Dias de Castro e Delfim Mendes da Silveira e responsável por investigar os fatos ocorridos, para isso teria requisitado depoimentos de estudantes e de funcionários (provavelmente do RU). “Depois de analisados os depoimentos, a referida comissão teria permitido a apresentação de defesa aos estudantes, provavelmente tendo em vista a busca de legitimidade para suas ações repressivas no interior da universidade” (MANSAN, 2009, p. 198).

Jaime também foi ouvido pela Comissão de Inquérito Administrativo antes de receber uma suspensão de quinze dias:

Foi feita uma comissão, lá da reitoria não sei o que, porque vieram professores de diversas, diretores de diversas faculdades e até me lembro que o professor de Direito, que tava lá, [risos] foi muito engraçadinho, ele chegou e me colocou: “Você jovem estudante, que não sei o que e pa, pa, pa,” que era tido como o cara mais progressista da comissão, mas ele estava com medo de ser questionado e de se queimar com os outros, então ele fez toda uma onda assim no discurso e dando uma guinada pra direita. “Como que você, um estudante de Arquitetura e tal, está... como você vê o movimento, o movimento estudantil”, quando ele fala movimento estudantil, ele fala, não, movimento universitário, ele fala na universidade, entende. Daí eu respondi a ele e disse: “Professor, pra mim é uma bela pergunta, agradeço muito a pergunta não sei o que”, dei uma de malandro pra ele, “pra mim o movimento universitário é um movimento magnífico que todos nós participamos

aonde nós somos transformadores da sociedade, que não sei o que, por exemplo o movimento estudantil que faz parte, que não sei o que, que não sei o que, não sei o que”, [risos] botei ele, como se a pergunta dele fosse de esquerda entende, invertei ele. “Não, não, mas não é isso que eu estou perguntando” [risos], eu digo, não, mas é isso que eu estou entendendo, aí ficou uma confusão, pô, levei quinze dias de suspensão.

O que chama a atenção é que as lembranças de Jaime Rodrigues, acerca daquele momento, não eram tão marcantes, e que aquele julgamento, aparentemente, não foi tão significativo quanto eu, como pesquisador, supunha ao formular o problema de pesquisa. Ao ser questionado se houve um julgamento, Jaime afirmou que “Teve um julgamento, mas era tudo uma onda, formalidades assim”. Segundo o entrevistado, um após outro, os estudantes entravam na sala para serem ouvidos e fazerem a sua “defesa”. Jaime descreveu aquele fato como um “teatrozinho assim, então assim, pra depois dar uma sentença ali pra dizer, olha quem não se comportar vai [...] Vai sofrer as conseqüências, um já foi pra rua e os outros estão suspensos”.

João Fabrício de Moraes, como funcionário do Banco do Brasil, participou de um IPM instaurado e que aconteceu nas dependências do banco e teve a duração de seis horas com a participação de militares e de um inspetor do Banco do Brasil. No dia seguinte ao seu depoimento, João Fabrício de Moraes, ainda cursando Direito na UFRGS, teria um exame de Filosofia do Direito, o que o ajudou no depoimento prestado dando suporte para suas respostas. O trecho abaixo revela ainda alguns cuidados em relação à segurança pessoal, buscando prevenir-se de alguma possível repressão:

[...] no outro dia eu tinha exame de Filosofia do Direito, e estava afiado: filosoficamente preparado para prova e dei um comício, onde usei um Português castiço que o embasbacaram no escrever e que eu ditava. Mas eles também me judiaram. Fiquei até a meia noite, como em casa, eu pedi licença para telefonar e disse: Addy, eu estou aqui no banco, as seis horas começou o inquérito, eu te aviso quando vou sair. Ao sair, telefonei informando que me acompanharia o capitão que estava na comissão. A meia noite disse: estou indo com o capitão fulano de tal, no auto tal, vou pra aí... Informei a Addy que estava indo para casa em companhia, quando cheguei, ela me aguardava.

Sobre seu depoimento na CEIS, João Fabrício afirmou ter sido comunicado na secretaria da faculdade que seria ouvido; seu depoimento foi no horário de aula e aconteceu nas dependências da Faculdade de Direito, e que contou com a presença de militares. Segundo João Fabrício de Moraes, o mesmo participou de três IPMs, sendo que um desses IPMs referia-se ao depoimento à CEIS e, por isso, pôde fazer um paralelo entre os depoimentos que participou:

Era um coronel, um tenente, desses R2 um tenentão antigo e um outro, um capitão, este perguntava. E o interessante é que os três IPMs que eu respondi era um formulário, as perguntas eram as mesmas nos três IPMs. Eram impressos, era um formulário que eles usavam. Era uma coisa ridícula, primária: se eu tinha viajado pro exterior. Respondi: o ano passado eu viajei, eu fui a República Oriental... e interrompi, eles ficaram no aguardo. Respondi, na República Oriental do Uruguai, eles achavam que era na República Oriental da Alemanha.

Questionado sobre o que pensou que seria perguntado no depoimento após receber o comunicado da secretaria que seria ouvido na CEIS, João Fabrício afirmou: “queria saber da minha posição nacionalista, no sindicato, posição e manifestos que a gente tinha feito contra o golpe”. O principal medo do entrevistado era o de ser afastado da faculdade já que estava em vésperas de concluir seu curso. Em sua opinião, a CGI surgiu com muito poder e força, mas aos poucos foi enfraquecendo e não surtiu o efeito que desejavam.

João Fabrício afirmou que os depoimentos não conseguiram o efeito que desejava provocar nos sujeitos inquiridos, pois estes estavam preparados:

Nós éramos preparados, eu, por exemplo, estava aqui fazendo Direito e ia fazer o exame de Filosofia do Direito e eu estava afiado. A cada pergunta deles, eu fazia uma dissertação, enlouquecia eles, falando, e como eu, todos os outros estavam preparados, nós éramos preparados.

O sujeito afirmou que as ações subseqüentes ao golpe militar causaram um impacto no movimento estudantil de esquerda contendo suas atividades políticas em todo o Brasil: “destruíram as direções todas, queimaram o prédio da UNE, [...] aí está o retrato da campanha que fizeram os estudantes, tu não precisa buscar mais nada, olha pro incêndio e o que os jornais do Rio disseram pra ti ver que havia uma guerra santa contra o movimento estudantil”. O entrevistado acredita que não se conseguiu reprimir o movimento estudantil. Logo em seguida ao trecho anteriormente citado, João Fabrício concluiu: “mas depois surgiram novas lideranças e o mundo continuou girando, nada detém o giro das idéias, o giro do mundo”.

O entrevistado Manoel André da Rocha, afirmou que a CEIS moveu-se muito por “ódios pessoais” entre os professores e que estes balizaram muitas perseguições. Na comissão também havia alguns “elementos moderadores” que buscavam amenizar as investigações em relação aos alunos: “Parece que havia uma relação entre professores e alunos, e os alunos diziam pros cara: vem cá, vocês vão querer ouvir fulano? Fulano não fez nada de maior”. Segundo Manoel André da Rocha, a CEIS não avançou muito nas investigações na linha estudantil e ouviu pouquíssimos estudantes.

Manoel André da Rocha afirmou que a CEIS não foi significativa no sentido de reprimir o movimento estudantil, tanto que os mesmos continuaram reunindo-se, e também que o principal medo dos estudantes, assim como João Fabrício de Moraes afirmara anteriormente, era de perder suas vagas na universidade.

O que houve, eu não acho que essa comissão tenha tido uma importância, teve naquele momento, havia muito temor, o clima era de... eu não vou... vou usar uma palavra forte, era um filme de terror, vamos ser mandados embora, etc, vamos ser presos, já havia notícias de pessoas presas e torturadas, desaparecidas, mas os movimentos continuaram se encontrando, só que fora das suas sedes, as sedes

estavam [...] Ocupadas pelos interventores, mas continuavam a haver reuniões, nessas reuniões os estudantes atuavam, porque havia uma reunião de conselho da UEE, os estudantes que haviam sido alijados compareciam, eu mesmo comparecia nas assembléias da UEE pra fazer a crítica a aquilo que estava acontecendo, tanto quanto se podia fazer, e os jornais, os jornais no caso era o Correio do Povo, eram francamente contrários ao movimento estudantil (Manoel André da Rocha).

Manoel André da Rocha participou de dois IPMs sendo um deles referente às ações da AP¹⁰¹ e o outro sobre o movimento estudantil¹⁰².

O entrevistado Annibal G. de Barros Cassal foi ouvido pela CEIS e afirmou que seu depoimento, que contou com a presença de militares juntamente com os professores, foi tranqüilo já que participou da diretoria FEURGS, onde a maioria dos seus componentes era inclinada ao comunismo. Mas Annibal disse que participava “sempre, mas com aquela linha de esquerda, isso aí eu não escondia, mas não comunista, não tinha envolvimento com o Partido Comunista”. O sujeito da pesquisa falou, ao contrário do que acreditava inicialmente, que seu depoimento na CEIS procedeu-se de forma tranqüila “sem problema, foi um dia marcado, um dia determinado, que tinha que ir lá e apresentar minhas alegações, foi muito fácil”. São diversas frases que demonstram a maneira com que participou do depoimento à CEIS: “eu me diverti com aquilo, não fiquei preocupado nem com medo porque as informações eram ilusórias, não tinha nada [...] eu respondi meio na base da ironia [...] Levei na brincadeira e realmente não aconteceu nada”.

Annibal recebeu um documento¹⁰³ no qual constavam as acusações as quais teria que se defender, em sua opinião, acusações “quase radicolas”:

¹⁰¹ No dia 30 de outubro de 1964, o jornal noticia que o III Exército está em fase final de conclusão do IPM referente às “verdadeiras implicações de um movimento estudantil denominado ‘Ação Popular’, ou, mais usualmente, de ‘Grupão’” e diz que, apesar de não concluídas as investigações, que “a orientação ideológica da AP é de tendência esquerdista e subversiva”. Mais adiante cita: “Finalmente um fato claramente comprovado e confessado por todos os ‘apistas’ já inquiridos. Trata-se da organização de uma Frente Única, coligação celebrada entre a AP e os comunistas da URGS para disputar eleições estudantis. Por meio deste conchavo foram eleitos os presidentes da UNE, da FEURGS, do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da URGS [na entrevista anteriormente já citada, Manoel André da Rocha, ex-presidente do Centro Acadêmico da Faculdade da UFRGS, fala desta aliança entre AP e comunistas] da UGES e outros ainda não identificadas” (Correio do Povo, n.26, p.12).

¹⁰² No dia 05 de agosto de 1964, o Jornal Correio do Povo noticia: “IPM do III Exército indica 21 a justiça” (n.256, p.01), onde traz o nome de pessoas indiciadas após a conclusão das investigações e o primeiro nome da lista é Plínio Dentzien, presidente da FEURGS deposto pelo golpe militar.

¹⁰³ Ver Anexo 2.

[...] a primeira que o meu nome era Annibal Guimarães de Barros Cassal e que eu nasci em Rio Grande. Contra isso eu não tenho nada a depor [risos] [...]segundo, que eu exerci funções no centro acadêmico e na FEURGS, também, mostrei esses documentos, trabalhava no centro acadêmico e na diretoria da FEURGS, e disse numa linha cristã que não era comunista, nunca tinha lido nem Marx nem Engels, não participava da doutrina, embora respeitasse profundamente. E assim eles citaram algumas coisas que não tinham, não tinham defesa, quer dizer, eram coisas óbvias.

Ah, que eu participei, uma das acusações era de que eu participei em 1937 de uma série de reuniões do Partido Libertador, sobre a paz e que estive no avião comunista, não sei o quê, só que trinta e sete eu tinha sete anos, estava aprendendo a ler, não podia participar, provavelmente era de um tio meu de mesmo nome, AFBC [o segundo sobrenome é diferente do de Annibal Guimarães de Barros Cassal] e que era do “revolucionário” Partido Libertador, que era extremamente conservador, eu fiz uma ironia depois, até me lembro, no documento que entreguei a eles chamando revolucionário Partido Libertador.

E a única coisa que eles realmente tinham ali... que eles tinham de denúncia, era que eu participei de uma conferência chamada comunismo, deixa eu ver... se chamava Comunismo ou Socialismo Hoje, com a presença do arquiteto Demétrio Ribeiro, líder comunista, etc. Aí eu expliquei que era um painel se cinco conferências, uma sobre democracia hoje, outra sobre cristianismo hoje, outra sobre comunismo hoje, outra capitalismo hoje, mas tudo dentro de um enfoque moderno do diversos segmentos e que um deles era sobre o comunismo, em que o Demétrio Ribeiro, arquiteto da UFRGS, havia participado e que eu estava presente, era a única coisa, eu participei de todo o seminário que eram cinco títulos, comunismo hoje, cristianismo hoje, democracia hoje, etc. [...] Foi lá por sessenta e três eu acho, eu acredito.[...] Antes da revolução claro, isso tudo eram dados do DOPS. E que eu havia participado com outros estudantes pró-comunistas e tal e coisa, e citaram alguns nomes, aí eu também fiz uma gozação, eu digo, Feliciano que vocês citam aqui é acadêmico filiado à direita, tem horror de comunista e participou de todo o seminário pra conhecer as diferentes tendências.

Questionado sobre qual a visão que os estudantes tinham da CEIS, Annibal G. de Barros Cassal falou que, além da função de caçar os professores, acreditava-se que a mesma era “pra ver os alunos que participavam na esquerda, comunistas”. Quando pergunto se o objetivo da ditadura de reprimir, no caso, o movimento estudantil foi alcançado, o entrevistado responde:

Não. Ah, reprimir conseguiu, mas mudar as idéias não. Cada um seguiu a sua, quem

era comunista continuou comunista, quem era democrata continuou democrata, quem era cristão continuou cristão, não mudou nada, cada um tomou os devidos cuidados pra não se expor né. [...] No tempo em que as armas tomaram o poder, vamos dizer, ninguém vai pra rua gritar abaixo a ditadura, aí é suicida.

Annibal, ao fazer uma análise sobre o período de ditadura militar no Brasil, diz aquilo que era um dos pressupostos da pesquisa: a repressão pode ter despertado a sua antítese entre o movimento estudantil. Ou seja, na medida em que se intensificou a “operação limpeza” - no caso da UFRGS, através da CEIS, dos IPMs e das intervenções - as pessoas passam a revoltar-se e organizam formas de resistência, ou, nas palavras do sujeito da pesquisa, formas de “contra-ditadura”:

[...] a ditadura despertava em quem não era pró-ditadura, despertava revolta, e aí surgiu muito, vamos dizer, muitas procuras de caminho, que eles não pudessem controlar, não pudesse censurar, dentro da arte em geral, da cultura em geral, se procurava aprender muita coisa, houve muita vocação que surgiu no jornalismo, na arte, na poesia, na literatura, na música, surgiu muito. Naqueles anos, a gente procurava se desreprimir porque os caras eram repressivos, houve aqueles grandes festivais de música popular brasileira, revelando Caetano Veloso, Gilberto Gil, o Chico Buarque de Holanda, tudo eram formas de resistir à ditadura. Não pode falar, então vamos na música. Na letra das músicas, muitas foram censuradas... na poesia, na literatura, em todos os terrenos surgiu gente nova e vocações, valores novos também. A ditadura sempre faz surgir a contra-ditadura.

José Antonio F. Arregui era presidente do CAAR em 1964 e foi ouvido em dois IPMs. Ao relembrar os depoimentos, o entrevistado revelou que os militares que o inquiriram queriam saber nomes de comunistas, assim como também mostram as transcrições de depoimentos prestados por estudantes da UFRGS à CEIS analisados e citados anteriormente: “queriam justamente é que tu entregasse pessoas [...] desse o nome, onde é que estava, onde foi [...] as perguntas eram mais ou menos assim: quais são os comunistas da sua turma? [...] ou então eram assim: você conhece beltrano?”.

Já no segundo IPM em que foi ouvido, o objetivo não era mais saber nomes, mas confrontar fatos e informações:

O segundo depoimento não, já era sobre pessoas, eles já tinham e queriam que tu desse informações pra confrontar, e aquilo que tu estavas dizendo poderia ajudar ou não, já vinham com a ficha, na época era ficha de DOPS, então já vinha: fulano fez isso, fulano fez aquilo; isso eu me lembro, chamava assim: informe, informe número um, consta que no dia tal de tal não sei o que, participou do atentado tal; informe dois... não dizia quem informava, mas eles perguntavam pra ti, claro mesmo que tu dissesse o teu nome não iria aparecer ali, mas ia aparecer informe número quatro.

Através das análises dos documentos que fundamentaram a pesquisa apresentas, pretendo, a seguir, tecer algumas considerações finais em relação ao processo e ao problema da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu gostaria de te colocar uma coisa que me parece muito importante que eu vejo pouco colocada: em Porto Alegre, nós tivemos um movimento político muito importante e ele é muito pouco reconhecido, inclusive pelos nossos companheiros de Porto Alegre (Jaime Rodrigues).

O excerto acima, extraído do depoimento de um dos sujeitos desta pesquisa, tem aqui a pretensão de simbolizar a possível contribuição deste trabalho. Muito poderia aqui ser dissertado a partir do campo empírico analisado neste processo investigativo. É preciso, porém, fazer algumas escolhas. Eis, pois, o que passo a discorrer.

O conjunto de dados coletados - a análise de entrevistas, documentos e matérias de jornal - permite afirmar, entre outras coisas, que a institucionalização do golpe militar na UFRGS não foi efetivada sem reação de parte de seus professores, funcionários e estudantes. Embora no projeto inicial desta pesquisa houvesse a expectativa de colher depoimentos neste sentido, foi nos documentos da CEIS que se identificaram registros significativos sobre ações em sentido contrário ao golpe militar. Em todos os registros da Comissão - envolvendo estudantes, interventores de entidades estudantis, diretores de faculdades e mesmo ex-reitor José Carlos Fonseca Milano - foram citados atos protagonizados pelos estudantes em reação contrária ao golpe militar.

De um modo geral, é importante assinalar que a pesquisa avançou em aspectos que não estavam planejados e, inclusive, em aspectos considerados anteriormente sem relevância. Desperta atenção os fatos relatados sobre o clima de efervescência política da sociedade brasileira, principalmente na universidade. Alguns dos sujeitos entrevistados, além de sua participação no movimento estudantil, também participavam de outros setores da sociedade, como sindicatos, partidos políticos, Ação Popular. Enfim, os relatos sobre as singularidades vividas agregaram uma riqueza aos depoimentos, produzindo ricos documentos após transcrições. Também é possível afirmar que existia um vínculo forte entre o movimento estudantil e outros setores da sociedade. A análise dos dados também revelou alguns aspectos da história de entidades estudantis do Rio Grande do Sul, existentes no ano de 1964, tanto de estudantes universitários quanto secundaristas. A partir das entrevistas, um dado interessante – em especial para jovens, como este pesquisador, que hoje constatam alto nível de alienação entre estudantes: o caráter político do movimento estudantil, ou de parte dele, evidenciando existir forte posicionamento das entidades estudantis diante dos fatos ocorridos na conjuntura política do país, inclusive vínculos concretos com campanha da legalidade, movimento de alfabetização e também com o golpe militar. Em outras palavras, a partir dos depoimentos, fica muito evidente a dimensão política do estudante universitário, cujas ações não eram restritas às questões acadêmicas¹⁰⁴.

No decorrer da pesquisa, em especial durante o processo de análise, retomei várias vezes o problema de pesquisa, bem como observações apresentadas pela banca examinadora por ocasião do exame de qualificação do projeto. Uma das questões norteadoras interrogava se a experiência e os depoimentos que os ex-estudantes prestaram na CEIS/UFRGS, em 1964, teriam provocado posteriormente “silenciamento ou confirmação da importância de lutar pela democracia”. Cabe lembrar que ali estava contida a minha visão sobre os estudantes da UFRGS, incluindo uma concepção homogeneizante, que acreditava que todos os estudantes e professores haviam, na época, tomado posições contrárias ao golpe militar. Em outras palavras, uma visão romantizada que, em meu imaginário, praticamente transformava todos em “heróis”. A pesquisa, entretanto, mostrou a diversidade de posições políticas dentro do movimento estudantil, e mesmo entre os docentes, fazendo emergir indicadores diversos, evidenciando protagonistas a favor e contra o golpe militar. Aqui cabe ainda destacar um

¹⁰⁴ Talvez o momento mais marcante no decorrer do processo de pesquisa tenha acontecido quando fui buscar a revisão da entrevista de Annibal G. de Barros Cassal. Ele, então, fez referência a uma viagem de universitários da UFRGS para o interior de Santo Antônio da Patrulha, realizada provavelmente em 1962, com o objetivo de “ver a realidade de perto”. O entrevistado encheu os olhos de lágrimas, quase cinquenta anos depois, ao retratar a realidade observada: “fome e miséria”.

detalhe importante: em relação aos estudantes inquiridos na CEIS/UFRGS, não necessariamente foram interrogados estudantes de esquerda contrários ao golpe militar, também foram ouvidos estudantes que eram a favor do golpe, isto é, colaboradores das informações que estavam sendo investigadas.

Ainda com relação ao problema que norteou a pesquisa - Como o processo de investigação realizado pela Comissão Especial de Investigação Sumária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 1964, repercutiu na trajetória de vida dos estudantes a partir do processo a que foram submetidos? - vale re-enfatizar: ao iniciar a investigação e elaborar o projeto de pesquisa, este pesquisador tinha uma idéia, talvez hipótese, a de que as repercussões das inquirições que os sujeitos da pesquisa viveram, seja na CEIS ou nos IPMs, iriam ser marcantes. Em outras palavras, pensei que aquele fato teria sido muito importante em suas vidas, talvez até traumático. Com o decorrer das entrevistas e das análises das mesmas, posso avaliar que eu havia supervalorizado tal fato. Um exemplo disso – e um tanto impactante como pesquisador – ocorreu durante a entrevista de João Fabrício de Moraes, em que o mesmo nem sempre conseguiu distinguir claramente suas lembranças sobre o depoimento prestado à CEIS e ao IPMs. Ou seja, em princípio, não haveria marcas significativas em suas lembranças deste passado. Refletindo hoje, de forma mais distanciada, e considerando leituras acerca de lidar com memória na pesquisa, poderia interpretar de diferentes modos, inclusive atribuindo razões inconscientes, entre inúmeras outras apontadas em produções teóricas apresentadas no início deste trabalho.

Foram inúmeros os trechos das entrevistas em que os sujeitos falaram sobre seus depoimentos à CEIS/UFRGS ou aos IPMs de modo quase inóspito, sem fazer considerações emocionais, ou pelo menos não da maneira como este pesquisador tinha expectativas no início da pesquisa: “Teve um julgamento, mas era tudo uma onda, formalidades assim” (Jaime Rodrigues). “A cada pergunta deles, eu fazia uma dissertação, enlouquecia eles, falando, e como eu, todos os outros estavam preparados, nós éramos preparados” (João Fabrício de Moraes). “(...) sem problema, foi um dia marcado, um dia determinado, que tinha que ir lá e apresentar minhas alegações, foi muito fácil” (Annibal G. de Barros Cassal).

Dando continuidade a estas considerações finais, como pesquisador iniciante, destaco aprendizagens construídas a partir de relações que fiz com leituras efetivadas ao longo do processo, e também a partir de diálogos em momentos de orientação: no momento da entrevista a pessoa busca dar sentido e coerência ao seu passado. Através do diálogo entre

dois sujeitos na entrevista, os entrevistados (re)significaram suas memórias, o que remete a responsabilidade do investigador nesta etapa da pesquisa.

É importante ainda ressaltar que este trabalho buscou responder ao seu problema de pesquisa a partir de três fontes que possibilitaram três pontos de vista singulares, ampliando a análise do foco da pesquisa. Através das triangulações entre os três tipos de documentos, foi possível redimensionar o campo de visão na tentativa de compreender as repercussões dos depoimentos à CEIS na vida dos sujeitos.

Após a análise de cada um dos tipos de documentos em sua singularidade, foi possível fazer uma leitura de conjunto, permitindo novas configurações e, conseqüentemente, novas reflexões. Nesta perspectiva, na medida em que os dados foram sendo analisados, diferentes pontos de vista sobre a CEIS/UFRGS foram sendo identificados: os primeiros documentos analisados foram os produzidos pela Comissão, encontrados nos arquivos do CEDOC/UCS. A análise dos mesmos permite afirmar que a CEIS teve um intenso trabalho em relação aos estudantes, tanto que a comissão ouviu em uma das suas reuniões os interventores da UEE, FEURGS, Casa do Estudante e UMESPA. As matérias do jornal Correio do Povo também citam a repressão aos estudantes, dando um maior destaque à reação deles diante dos expurgos que atingiram professores e, inclusive mencionando, através da afirmação do reitor José Carlos Fonseca Milano, que a CEIS não pediu punição a nenhum estudante. E os depoimentos, colhidos através das entrevistas nesta pesquisa, confirmam a preocupação da CEIS em investigar, além de professores e funcionários, os estudantes. O que a pesquisa também constatou a partir da análise dos dados foi a cooperação que existiu entre os órgãos de repressão, principalmente, através de informações trocadas entre a CEIS/UFRGS, III Exército e DOPS. Através destas informações, pode-se afirmar, que a CEIS contribuiu com a efetiva repressão aos estudantes, mesmo sem ter pedido a punição para nenhum deles.

Conforme já aludido no Capítulo 2, apesar de os sujeitos da pesquisa terem vivido um mesmo fato histórico, cada sujeito relatou uma determinada versão do momento em que viveu, cada sujeito (re)significou, ao longo das suas experiências de vida, a sua percepção sobre os fatos ocorridos em 1964. Percebe-se, num mesmo depoimento, algumas contradições que revelam as (re)significações da memória com silenciamentos que vão acontecendo simultaneamente ao diálogo.

As entrevistas revelaram que os sujeitos são muito mais do que “objetos” de estudo. Longe de serem neutros, são capazes de revelar, dissimular ou esconder suas memórias diante do pesquisador conforme interesses e conveniências. O entrevistado Manoel André da Rocha afirmou sobre atuação da CEIS/UFRGS: “o fato é que eu não acho que a comissão de investigações tenha conseguido avançar na linha estudantil”. Posteriormente, revelou:

“Havia um certo temor, agora que eu estou pensando aqui, havia sim um temor em relação as investigações, se comentava muito, os que eram chamados [...] eu não acho que essa comissão tenha tido uma importância, teve naquele momento, havia muito temor, o clima era de... eu não vou... vou usar uma palavra forte: era um filme de terror, [pensávamos] *vamos ser mandados embora*”.

Em alguns momentos, confesso, foi necessário conter a curiosidade em relação a fatos citados pelos sujeitos. Foi necessário ter responsabilidade e respeito com as memórias ao ouvir citações de relatos que tratavam de situações difíceis vividas em relação à ditadura militar. Nestes momentos, às vezes relatados antes ou depois das entrevistas com o gravador desligado, optei pelo silêncio, omitindo uma curiosidade que pulsava, simplesmente ouvindo e respeitando a relação de confiança estabelecida entre pesquisador e pesquisado e, sobretudo, entre duas pessoas. Ouvir pacientemente o entrevistado, portanto, também foi uma aprendizagem importante enquanto pesquisador, embora, em alguns momentos, o nervosismo e a ânsia por respostas não permitiram obedecer todas as regras. Sem dúvida, as entrevistas constituíram momento central na pesquisa, em que tive contato com pessoas desconhecidas num primeiro momento, as quais receberam-me em suas residências ou locais de trabalhos e, principalmente, dispostos a colaborar com a pesquisa. Percebi que para alguns entrevistados, a entrevista foi um momento em que os mesmos procuraram conscientemente dar voz às suas memórias para que as mesmas pudessem ser registradas e divulgadas.

Por fim, a partir do percurso aqui relatado, a presente pesquisa permitiu responder parte das perguntas inicialmente propostas. O decorrer do processo, como já referido, tornou possível outras reflexões, não presentes no início do trabalho. Ao chegar a esta etapa –

identificada como final em termos acadêmicos formais - ousou afirmar somente uma certeza, que emergiu não só durante a investigação, mas já durante o percurso de mestrado: as análises do tema desdobradas neste trabalho de maneira alguma podem ser consideradas conclusivas, nem pretendem ser identificadas como “a verdade definitiva”. Constituem sim, e acima de tudo, o fruto de processo de aprendizagem de um acadêmico que buscou, ao longo de dois anos e meio, vir-a-ser um pesquisador. É claro que os resultados são importantes, mas o fundamental, sem dúvida, consistiu no processo vivido e nas aprendizagens efetivadas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do Cpdoc*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. A “revisão bibliográfica” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria (Orgs.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. p.25-41

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

BANCO Nacional de Desenvolvimento Econômico. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/nav_gv/htm/3E_ele_voltou/Bnde.asp >. Acesso em: 28 mar. 2009.

BARROS, Edgard Luiz de. *A Guerra Fria*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da UNICAMP, 1984.

BARTOT, Ivanir José. GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a Repressão! – Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas*. Porto Alegre: Libretos, 2008.

BAUBAUM, Leôncio. *História Sincera da República 1930-1960*. 59. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

BRASIL, *Decreto nº 54.609, de 26 de outubro de 1964*. Disponível em: < <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=186457> >. Acesso em: 16 maio 2009.

BRASIL. *Ato Institucional (nº1), de 9 de abril de 1964*. Disponível em: < <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=185799> >. Acesso em: 16 maio 2009.

BRASIL. *Decreto nº 53897, de 27 de abril de 1964*. Disponível em: < <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=185815> >. Acesso em: 16 maio 2009.

CALADO, Sílvia dos Santos; FERREIRA, Cristina dos Reis. *Análise de documentos: método de recolha e análise de dados*. Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Mestrado em Educação. Didáctica das Ciências. Lisboa, 2004/2005, p.1-13

CARTA Testamento de Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=562>>. Acesso em: 01 abr. 2009.

CENTRO de Documentação da Universidade de Caxias do Sul. Disponível em: <<http://www.ucs.br/ucs/biblioteca/cedoc>>. Acesso em: 11 maio 2009.

CHOMSKY, Noam. *O que o Tio Sam realmente quer*. Sistílio Testa e Mariuchka Santarrita. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CORRIDA Espacial. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Corrida_especial >. Acesso em: 28 mar. 2009.

CORSETTI, Berenice. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. *UNIrevista*, São Leopoldo. v. 1, n. 1, p. 32-46, jan. 2006.

COSTA, Célia Maria Leite Costa. *Os estudantes e a política*. Disponível em: < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_estudantes_a_politica >. Acesso em: 01 mai. 2010.

CUNHA, Maria Isabel. As narrativas como explicitadoras e como produtoras do conhecimento. In: *O professor universitário na transição de paradigmas*. Araraquara: JM Editora, 1998. p.37-46

DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth C.L. (org). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.141-156.

DÉTENTE. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9tente>>. Acesso em: 28 mar. 2009.

EGGERT, Edla. Quem pesquisa se pesquisa? uma provocação a fim de criar um espaço especulativo do ato investigativo. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. (Org.). *A aventura (auto)biográfica - teoria e empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, v. 1, p. 11-599.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1999.

FERREIRA, Argemiro. *Caça às Bruxas: Macartismo: uma tragédia americana*. Porto Alegre: L&PM, 1989.

FERRO, Marc. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1995.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. *Professoras: histórias e discursos de um passado presente*. Pelotas: Seiva, 2005.

FÓRMULAS para o desenvolvimento econômico. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5458_46.asp>. Acesso em: 28 mar. 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FRISCH; Michael; HAMILTON, Paula; THOMSON, Alistair. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.65-91.

GOMES, Maria José Teixeira Lopes. *Ditadura na Universidade Federal da Paraíba (1964-1971): Memória de professores*. 2000. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

GOULART, João. Comício da Central do Brasil – 13 de março de 1964. In: RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *João Goulart: perfil, discursos e depoimentos (1919 - 1976)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

HAUER, Licia Maciel. *Colégio Pedro II no período da ditadura militar: subordinação e resistência*. 2007. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLZMANN, Lorena. et al (org e rev.). *Universidade e Repressão: os expurgos da UFRGS*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

KENNEDY, John F. *Aliança para o progresso: Monumento vivo a memória de Kennedy*. Rio de Janeiro: [s.N.], 1961.

KENSKI, Vani Moreira. *Memória e Ensino*. Caderno de Pesquisas. São Paulo. N. 90, p. 45-51, ago. 1994.

KORNIS, Mônica Almeida. *Ação Popular(AP)*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 01 mai. 2010.

KORNIS, Mônica Almeida. *Centro Popular de Cultura*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Centro_Popular_de_Cultura>. Acesso em: 01 mai. 2010.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *A revolta dos marinheiros*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/7A_conjuntura_radicalizacao/A_revolta_dos_marinheiros.asp>. Acesso em: 28 mar. 2009.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer; MOREIRA, Regina da Luz. *Petrobras*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_gv/htm/3E_ele_voltou/Petrobras.asp>. Acesso em: 28 mar. 2009.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História da América Latina*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1969)*. 2009. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre.

MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como as ditaduras da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MENDES JUNIOR, Antonio. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOSOLINO, Ivone. PILETTI, Nelson. *A questão da terra no Brasil*. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 1999.

NUNES, Clarice. *Memória e História da educação: Entre práticas e representações*. Educação em foco : v.7 : n.º 2 : set./fev. 2002/2003 : UFJF. Disponível em: < <http://www.faced.ufjf.br/revista%20educa%E7%E3o/vol7n2/11.htm> >. Acesso em: 07 mai. 2009.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In.: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; WASSERMAN, Claudia. (org). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 216 p. p. 45-77

PÁDUA, Karla Cunha. et el. *Memórias e percursos de estudantes negros e negras na UFMG*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 1992.

PAULA. Christiane Jalles de. *O Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD*. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica/O_Instituto_Brasileiro_de_Acao_Democratica.asp >. Acesso em: 28 mar. 2009.

PAULA. Christiane Jalles de. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES*. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais.asp >. Acesso em: 28 mar. 2009.

PAULINO, Analdino Rodrigues. Che morreu como queria: lutando. In. AVALON, Manville (org). *Che Guevara por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 2003. p. 45-52

PILETTI, Nelson. *História da Educação no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

PINHEIRO, Cláudio. *Educação e ditadura militar: relatos da história oficial e a memória de*

professores (1964-1985). 2006. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

PINTO, Júlio Pimentel. Todos os passados criados pela memória. In: LEIBING, Annete; BENNINGHOFF-LÜHL, Sibylle (orgs.). *Devorando o tempo – Brasil: o país da memória*. São Paulo: Mandarim, 2001. p.293-300.

RODRIGUES, Marly. *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

SAES, Décio A. M. Classe média e política no Brasil (1930 – 1964). In: GOMES, Ângela Maria de Castro. et al. *O Brasil Republicano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v.3. p. 447-506

SADER, Eder. O pensamento político de Che Guevara. In. AVALON, Manville (org). *Che Guevara por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 2003. p. 11-43

STEPHANOU, Maria. Problematizações em torno do Tema Memória e História da Educação. In: *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFpel, Pelotas, vol. 2, n.4, p.131-141, set.1998.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias*. Projeto História, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

VICENTE, Keides Batista. *Retratos de Goiás: memórias de ex-militantes estudantis goianos sobre a década de 1960*. 2006. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de História. Universidade Federal De Uberlândia, Uberlândia.

VIDAL, Daiana Gonçalves. *A fonte oral e a pesquisa em História da Educação: algumas considerações*. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 27, p.7-16, jul. 1998.

VIDIGAL, Luis. *A História Oral: O que é, para que serve, como se faz*. In. Cadernos do Projecto Museológico sobre Educação e Infância. Santarém: Escola Superior de Santarém, 1993. p.05-21

WASSERMAN, Claudia. O império da segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; WASSERMAN, Claudia. (org). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 27-44

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Lista dos documentos da CEIS/UFRGS (1964) analisados na pesquisa

**APÊNDICE 1 – LISTA DOS DOCUMENTOS DA CEIS/UFRGS (1964)
ANALISADOS NA PESQUISA**

Instituição: Universidade de Caxias do Sul

Arquivo: Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (CEDOC)

Fundo: Laudelino Teixeira de Medeiros

Caixa: 106

Série: Atividade Profissional

LTM2158

UFRGS. CEIS. SUBCOMISSÃO LETRA D. *Ata da reunião de instalação dos trabalhos da Subcomissão letra D, integrada pelas Faculdades de Direito, Filosofia, Ciências Econômicas e Escola de Artes, 29/05/1964, UCS/CEDOC/LTM. 2 p.*

LTM 2159

UFRGS. CEIS. SUBCOMISSÃO LETRA D. *Ata da 1ª reunião da Subcomissão letra D, integrada pelas Faculdades de Direito, Filosofia, Ciências Econômicas e Escola de Artes, 01/06/1964, UCS/CEDOC/LTM. 2 p.*

Caixa: 106

Série: Atividade Profissional

LTM 2160

UFRGS. CEIS. *Ata da reunião de instalação da Comissão Especial de Investigação Sumária, 18/05/1964, UCS/CEDOC/LTM. 6 p.*

LTM 2161

UFRGS. CEIS. *Ata da 1ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária, 21/05/1964, UCS/CEDOC/LTM. 12 p.*

LTM 2162

UFRGS. CEIS. *Ata da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária, 26/05/1964, UCS/CEDOC/LTM. 8 p.*

LTM 2163

UFRGS. CEIS. *Ata da 3ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária, 04/06/1964, UCS/CEDOC/LTM. 6 p.*

LTM 2164

UFRGS. CEIS. *Ata da 4ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária, 21/05/1964, UCS/CEDOC/LTM. 9 p.*

LTM 2165

UFRGS. CEIS. *Ata da 5ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária, 09/06/1964, UCS/CEDOC/LTM. 9 p.*

LTM 2166

UFRGS. CEIS. *Ata da 6ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária, 15/06/1964, UCS/CEDOC/LTM. 11 p.*

LTM 2167

UFRGS. CEIS. *Ata da 7ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária, 02/07/1964, UCS/CEDOC/LTM. 37 p.*

Caixa: 106
Série: Atividade Profissional

LTM 2168

UFRGS. CEIS. SUBCOMISSÃO D. *Ofício expedido pelo General Jorge Teixeira, assessor militar, ao presidente da subcomissão de Investigação Sumária da Universidade de Rio Grande do Sul D, remetendo documentos, 16/06/1964, UCS/CEDOC/LTM. 2 p.*

LTM 2169

UFRGS. CEIS. *Ofício Circular expedido pelo Profº Nagipe Buaes, presidente da Comissão Especial de Investigação Sumária da Universidade do Rio Grande do Sul, transcrevendo telegrama do reitor, prorrogando o prazo para entrega de conclusão de investigação, 24/06/1964, UCS/CEDOC/LTM. 1 p.*

LTM 2170

UFRGS. CEIS. SUBCOMISSÃO D. *Ofício expedido pelo Profº Nagipe Buaes, ao Profº Laudelino Teixeira de Medeiros, enviando relação dos estudantes que serão ouvidos pela subcomissão D, 26/06/1964, UCS/CEDOC/LTM. 1 p.*

LTM 2171

UFRGS. CEIS. *Regimento da Comissão Especial de Investigação Sumária, UCS/CEDOC/LTM. 2 p.*

LTM 2172

BRASIL, *Decreto-lei nº 431, de 18 de maio de 1938. Define crimes contra personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social. 5 p.*

LTM 2173

BRASIL, *Lei nº1079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. 11 p.*

LTM 2174

UFRGS. CEIS. *Ficha de informações do professor da Faculdade de Filosofia da UFRGS – Ernani Maria Fiori, UCS/CEDOC/LTM. 1 p.*

LTM 2175

UFRGS. CEIS. SUBCOMISSÃO D. *Depoimento de Ailson Décio Meneghetti, aluno da Escola de Artes e Presidente do Centro Acadêmico Tasso Correa, 02/06/1964, UCS/CEDOC/LTM. 2 p.*

LTM 2176

UFRGS. CEIS. SUBCOMISSÃO D. *Depoimento de Egon Handel, aluno da Faculdade de Ciências Econômicas e Presidente do Centro dos Estudantes Universitários de Ciências Econômicas, 01/06/1964, UCS/CEDOC/LTM. 2 p.*

LTM 2177

TRANSCRIÇÃO *da gravação do depoimento do acadêmico de medicina Paulo Roderto Faillace. Gravação ouvida na 2ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS ocorrida em 26/05/1964. UCS/CEDOC/LTM. 8 p.*

APÊNDICE 2 – Lista de reportagens do jornal Correio do Povo (1964) analisadas na pesquisa

**APÊNDICE 2 – Lista de reportagens do jornal Correio do Povo (1964)
analisadas na pesquisa**

Instituição: Universidade de Caxias do Sul

Seção: Coleções Especiais

JANEIRO

01	Ano: 69	Número: 77	Data: 01/01/1964	Página: 16	Nível: B
Título: Estudantes confiam que 1964 será marcado por conquistas populares					
02	Ano: 69	Número: 77	Data: 01/01/1964	Página: 26	Nível: C
Título: Goulart insiste nas reformas: Mensagem de fim de ano do presidente da república ao povo brasileiro					
03	Ano: 69	Número: 79	Data: 04/01/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Desfile Militar com foguetes bélicos em Cuba					
04	Ano: 69	Número: 79	Data: 04/01/1964	Página: 16	Nível: C
Título: A mais anunciada das Revoluções					
05	Ano: 69	Número: 80	Data: 05/01/1964	Página: 20	Nível: B
Título: Subversão em marcha: Professôres alertam o país para o perigo Comunista					
06	Ano: 69	Número: 81	Data: 07/01/1964	Página: 15	Nível: B
Título: UGES promove I Seminário Gaúcho de Alfabetização					
07	Ano: 69	Número: 82	Data: 08/01/1964	Página: 01	Nível: C
Título: “De crise em crise poderíamos chegar à guerra declarada”: Secretário da ONU aponta como perigo maior a corrida nuclear					
08	Ano: 69	Número: 87	Data: 14/01/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Castro, inesperadamente na URSS, recebe de Kruschew promessa de inarredável apoio russo a seu regime					
09	Ano: 69	Número: 88	Data: 15/01/1964	Página: 13	Nível: B
Título: UGES debate método Paulo Freire de Alfabetização					
10	Ano: 69	Número: 92	Data: 19/01/1964	Página: 44	Nível: C
Título: Goulart Expões as Razões para a Limitação da Remessa de Lucros					
11	Ano: 69	Número: 95	Data: 23/01/1964	Página: 13	Nível: B
Título: Prof. Carrion: Greve do magistério caso não forem pagos os professores contratados					
12	Ano: 69	Número: 96	Data: 24/01/1964	Página: 09	Nível: B
Título: Pela constante atividade em prol da classe: 1963 foi o ano das entidades representativas do magistério					
13	Ano: 69	Número: 100	Data: 29/01/1964	Página: 13	Nível: C
Título: Alfabetização de adultos: Inclusão de Pôrto Alegre no Plano Paulo Freire					
14	Ano: 69	Número: 101	Data: 30/01/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Na Alemanha Oriental: Caça Soviético derrubou avião dos Estados Unidos					

FEVEREIRO

15	Ano: 69	Número: 104	Data: 02/02/1964	Página: 48	Nível: C
Título: Governo decretará aumento de 100% no salário mínimo					
16	Ano: 69	Número: 107	Data: 06/02/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Realidade Brasileira o grande tema: Entidades estudantis preparam os seus planos para êste ano					
17	Ano: 69	Número: 108	Data: 07/02/1964	Página: 11	Nível: B
Título: Interior deseja greve: APEC continua querendo assembléia do magistério					
18	Ano: 69	Número: 109	Data: 08/02/1964	Página: 06	Nível: B
Título: Aulas para meio milhão de pessoas através da televisão e do rádio					
19	Ano: 69	Número: 112	Data: 13/02/1964	Página: 20	Nível: C
Título: E. Unidos Tem Profundo Interêsse no Bem-Estar da América Latina					
20	Ano: 69	Número: 113	Data: 14/02/1964	Página: 09	Nível: B
Título: Universitários protestam pelo congelamento das anuidades escolares					
21	Ano: 69	Número: 114	Data: 15/02/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Nenhuma ajuda a quem negociar com Havana: EE.UU. fecham o cerco contra Fidel Castro					
22	Ano: 69	Número: 115	Data: 16/02/1964	Página: 16	Nível: B
Título: Líderes estudantis do Estado em P. Alegre					
23	Ano: 69	Número: 117	Data: 19/02/1964	Página: 07	Nível: C
Título: D. Jaime Câmara na "Voz do Pastor": "É ingenuidade não acreditar no perigo comunista"					
24	Ano: 69	Número: 118	Data: 20/02/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Verbas da Petrobras: Estudantes examinaram as denúncias da UENH					
25	Ano: 69	Número: 125	Data: 28/02/1964	Página: 09	Nível: C
Título: Repercutem mal em Porto Alegre os decretos do presidente Goulart					

MARÇO

26	Ano: 69	Número: 128	Data: 03/03/1964	Página: 03	Nível: C
Título: Projeto da Supra: FARSUL vai se dirigir ao presidente da República					
27	Ano: 69	Número: 130	Data: 05/03/1964	Página: 04	Nível: C
Título: Supra diz à FARSUL: Não serão desapropriadas terras bem aproveitadas					
28	Ano: 69	Número: 137	Data: 13/03/1964	Página: 03	Nível: C
Título: Se sair mesmo o decreto da SUPRA: 42% das terras do RGS poderão ser declaradas de "utilidade pública"					
29	Ano: 69	Número: 138	Data: 14/03/1964	Página: 03	Nível: C
Título: Nota do Palácio Piratini sobre decreto da SUPRA					
30	Ano: 69	Número: 138	Data: 14/03/1964	Página: 11	Nível: C
Título: Opiniões contrárias do decreto dos aluguéis					

31	Ano: 69	Número: 149	Data: 27/03/1964	Página: 20	Nível: C
Título: Sublevação de marinheiros gera séria crise obrigando a volta de Goulart ao Rio, ontem					

32	Ano: 69	Número: 150	Data: 29/03/1964	Página: 03	Nível: C
Título: Nenhum oficial pode mais confiar nos subordinados					

33	Ano: 69	Número: 150	Data: 29/03/1964	Página: 56	Nível: C
Título: Grande marcha da Família com Deus pela Liberdade					

34	Ano: 69	Número: 150	Data: 29/03/1964	Página: 56	Nível: C
Título: Chefes da armada e o clube naval condenam de maneira veemente a solução dada à crise					

35	Ano: 69	Número: 150	Data: 29/03/1964	Página: 56	Nível: C
Título: Governo cedeu as exigências dos marinheiros amotinados					

36	Ano: 69	Número: 151	Data: 31/03/1964	Página: 04	Nível: C
Título: Marcha da Família no Rio conta com adesões de diversos Estados					

37	Ano: 69	Número: 151	Data: 31/03/1964	Página: 04	Nível: C
Título: Forças armadas foram tôdas feridas em seus fundamentos					

ABRIL

38	Ano: 69	Número: 152	Data: 01/04/1964	Página: 18	Nível: C
Título: Inicia-se em Minas Gerais rebelião militar contra o govêrno federal					

39	Ano: 69	Número: 153	Data: 02/04/1964	Página: 01	Nível: C
Título: João Goulart abandonou Brasília enquanto se anuncia vitória do movimento rebelde					

40	Ano: 69	Número: 153	Data: 02/04/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Pronunciamento do Sr. João Goulart: "Não recuarei, não me intimidarei e reagirei"					

41	Ano: 69	Número: 153	Data: 02/04/1964	Página: 09	Nível: C
Título: Exército do Paraná ao lado de Minas para restauração do Império da Lei					

42	Ano: 69	Número: 153	Data: 02/04/1964	Página: 16	Nível: C
Título: Govêrno do Estado transfere sua sede para Passo Fundo, onde organiza resistência					

43	Ano: 69	Número: 153	Data: 02/04/1964	Página: 16	Nível: C
Título: Jango estaria prevenido para um golpe					

44	Ano: 69	Número: 153	Data: 02/04/1964	Página: 16	Nível: C
Título: Comandante do III Exército dirige-se à Brigada Militar					

45	Ano: 69	Número: 154	Data: 03/04/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Superada completamente a grave crise que durante três dias abalou o país					

46	Ano: 69	Número: 154	Data: 03/04/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Às 11,45 de ontem Jango voou para seu exílio					

47	Ano: 69	Número: 154	Data: 03/04/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Proclamação de Krueh: Pátria estava conspurcada de comunistas					
48	Ano: 69	Número: 154	Data: 03/04/1964	Página: 04	Nível: C
Título: Fim de pesadelo					
49	Ano: 69	Número: 156	Data: 05/04/1964	Página: 25	Nível: B
Título: Prossegue a “Operação Limpeza” com a exoneração dos agitadores					
50	Ano: 69	Número: 156	Data: 05/04/1964	Página: 25	Nível: B
Título: IBGE, IBC, UNE e SUPRA ocupados pela polícia					
51	Ano: 69	Número: 158	Data: 08/04/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Líderes militares consideram fundamental: Institucionalização do regime para que o país possa ser descomunizado					
52	Ano: 69	Número: 158	Data: 08/04/1964	Página: 04	Nível: C
Título: Golpe comunista seria desfechado no dia 1º de maio					
53	Ano: 69	Número: 160	Data: 10/04/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Vasco Leitão: Relações com EE. UU. Serão cada vez melhores					
54	Ano: 69	Número: 160	Data: 10/04/1964	Página: 09	Nível: B
Título: Expurgo atingirá também serviço público estadual					
55	Ano: 69	Número: 160	Data: 10/04/1964	Página: 09	Nível: B
Título: Pronunciamento da Congregação da Faculdade de direito da URG					
56	Ano: 69	Número: 160	Data: 10/04/1964	Página: 07	Nível: B
Título: Ser Jovem					
57	Ano: 69	Número: 161	Data: 11/04/1964	Página: 04	Nível: B
Título: UNE: uma nódoa (editorial)					
58	Ano: 69	Número: 161	Data: 11/04/1964	Página: 18	Nível: B
Título: Universidade do Rio Grande do Sul – Conselho Universitário - Edital de Convocação					
59	Ano: 69	Número: 162	Data: 12/04/1964	Página: 16	Nível: B
Título: Manifesto de universitários democratas					
60	Ano: 69	Número: 162	Data: 12/04/1964	Página: 44	Nível: B
Título: Intervenção na União Estadual de Estudantes					
61	Ano: 69	Número: 162	Data: 12/04/1964	Página: 44	Nível: B
Título: Prof. Elyseu Paglioli foi suspenso de suas funções na URG					
62	Ano: 69	Número: 165	Data: 16/04/1964	Página: 09	Nível: B
Título: UGES está também sob intervenção					
63	Ano: 69	Número: 165	Data: 16/04/1964	Página: 09	Nível: B
Título: Extinção do método “Paulo Freire”					

64	Ano: 69	Número: 165	Data: 16/04/1964	Página: 13	Nível: B
Título: Batida na Universidade de Brasília					
65	Ano: 69	Número: 166	Data: 17/04/1964	Página: 09	Nível: B
Título: Importantes medidas na pasta da educação: Suspensa a intervenção federal na Universidade do Rio Grande do Sul					
66	Ano: 69	Número: 167	Data: 18/04/1964	Página: 07	Nível: B
Título: Nota Oficial da U.E.E.					
67	Ano: 69	Número: 167	Data: 18/04/1964	Página: 16	Nível: B
Título: Comissão de expurgo tem pronta a primeira lista					
68	Ano: 69	Número: 167	Data: 18/04/1964	Página: 16	Nível: B
Título: Os que sobraram da “Operação Limpeza”					
69	Ano: 69	Número: 168	Data: 19/04/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Governo Estadual expurga de seus quadros os primeiros funcionários comprometidos					
70	Ano: 69	Número: 168	Data: 19/04/1964	Página: 21	Nível: B
Título: Sob intervenção novas entidades estudantis / Medicina da URGs					
71	Ano: 69	Número: 169	Data: 21/04/1964	Página: 07	Nível: B
Título: Declarações de Brito Velho: Revolução que triunfou deve e precisa fazer um expurgo					
72	Ano: 69	Número: 171	Data: 24/04/1964	Página: 12	Nível: B
Título: Expurgo no funcionalismo: Federação que ampara às famílias dos servidores					
73	Ano: 69	Número: 176	Data: 30/04/1964	Página: 07	Nível: B
Título: Ney Messias se demite fazendo críticas ao chefe da casa civil					

MAIO

74	Ano: 69	Número: 177	Data: 01/05/1964	Página: 05	Nível: C
Título: Cerca de 30 entidades sindicais estão sob regime de intervenção					
75	Ano: 69	Número: 178	Data: 03/05/1964	Página: 05	Nível: B
Título: Apoio ao governador pela intervenção na Universidade de P. Fundo					
76	Ano: 69	Número: 178	Data: 03/05/1964	Página: 05	Nível: B
Título: Expurgo na viação férrea: instruções chegaram ontem					
77	Ano: 69	Número: 179	Data: 05/05/1964	Página: 10	Nível: B
Título: Líder do magistério denuncia: MEC um dos mais importantes órgão de subversão do país					
78	Ano: 69	Número: 180	Data: 06/05/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Constituída a Comissão Geral de Investigações					
79	Ano: 69	Número: 180	Data: 06/05/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Faltam nomes de políticos ricos e influentes nas listas de expurgo					

80	Ano: 69	Número: 180	Data: 06/05/1964	Página: 01 - 16	Nível: B
Título: Documentos da UNE: Arrais mandava prender estudantes e fuzilar trabalhadores do campo					
81	Ano: 69	Número: 180	Data: 06/05/1964	Página: 18	Nível: B
Título: Novo membro da Comissão de Expurgo no Estado					
82	Ano: 69	Número: 180	Data: 06/05/1964	Página: 18	Nível: B
Título: Expurgo nos quadros da Rêde Ferroviária Federal					
83	Ano: 69	Número: 180	Data: 06/05/1964	Página: 18	Nível: B
Título: Estudantes solidários com comandante do III Exército					
84	Ano: 69	Número: 183	Data: 09/05/1964	Página: 14	Nível: B
Título: UGES já conta com novos dirigentes					
85	Ano: 69	Número: 183	Data: 09/05/1964	Página: 14	Nível: B
Título: A Revolução e a Classe estudantil					
86	Ano: 69	Número: 184	Data: 10/05/1964	Página: 18	Nível: B
Título: Intervenção na universidade de Passo Fundo					
87	Ano: 69	Número: 185	Data: 12/05/1964	Página: 16	Nível: B
Título: Expurgo na UMG: nomeada comissão					
88	Ano: 69	Número: 185	Data: 12/05/1964	Página: 16	Nível: B
Título: Professor contesta razões da intervenção na Universidade de P. Fundo					
89	Ano: 69	Número: 185	Data: 12/05/1964	Página: 22	Nível: B
Título: Assinado o Decreto: Servidores expurgados terão oito dias para apresentar defesa					
90	Ano: 69	Número: 186	Data: 13/05/1964	Página: 13	Nível: B
Título: Comissão vai estudar a estruturação das Universidades do país					
91	Ano: 69	Número: 187	Data: 14/05/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Prometem os delegados: Eleições na UEE dentro do menor prazo possível					
92	Ano: 69	Número: 189	Data: 16/05/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Conclamam os dirigentes da UGES estudantes secundaristas à União					
93	Ano: 69	Número: 190	Data: 17/05/1964	Página: 04	Nível: B
Título: Agentes da subversão					
94	Ano: 69	Número: 191	Data: 19/05/1964	Página: 16	Nível: B
Título: Comissão apura a subversão no MEC					
95	Ano: 69	Número: 192	Data: 20/05/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Diretórios Acadêmicos não farão política					
96	Ano: 69	Número: 193	Data: 21/05/1964	Página: 07	Nível: C
Título: Povo de Pôrto Alegre vai participar amanhã da "Marcha da Família"					
97	Ano: 69	Número: 193	Data: 21/05/1964	Página: 07	Nível: C
Título: Como poderei comparecer à Marcha da Família, à qual fui convocada?					

98	Ano: 69	Número: 193	Data: 21/05/1964	Página: 13	Nível: B
Título: Comunicação da UEE					

99	Ano: 69	Número: 194	Data: 22/05/1964	Página: 01	Nível: C
Título: A Marcha da Família					

100	Ano: 69	Número: 194	Data: 22/05/1964	Página: 11	Nível: A
Título: Comissão de Inquérito da URGS reuniu-se novamente					

101	Ano: 69	Número: 196	Data: 24/05/1964	Página: 13	Nível: B
Título: Limpeza, neutralização do comunismo e profunda reforma da sociedade					

102	Ano: 69	Número: 197	Data: 26/05/1964	Página: 04	Nível: B
Título: Na IAPI: Instalada uma Comissão Especial de Investigação					

103	Ano: 69	Número: 198	Data: 27/05/1964	Página: 15	Nível: A
Título: Expurgo na URGS: Nenhuma investigação foi realizada até o momento					

104	Ano: 69	Número: 198	Data: 27/05/1964	Página: 15	Nível: B
Título: Desenvolve-se o ciclo de palestras sobre revolução					

JUNHO

105	Ano: 69	Número: 202	Data: 02/06/1964	Página: 16	Nível: A
Título: Conselho Universitário reúne-se hoje à tarde					

106	Ano: 69	Número: 203	Data: 03/06/1964	Página: 13	Nível: B
Título: Conselho Universitário dispõe sobre as atividades estudantis					

107	Ano: 69	Número: 203	Data: 03/06/1964	Página: 13	Nível: A
Título: Inquérito na URGS: Todo o investigado terá o direito de defesa					

108	Ano: 69	Número: 206	Data: 06/06/1964	Página: 06	Nível: B
Título: Cessada intervenção da UGES e UMESPA e já com nova diretoria a FEURGS					

109	Ano: 69	Número: 206	Data: 06/06/1964	Página: 06	Nível: B
Título: Ministro propõe normas para entidades estudantis e a extinção da UNE					

110	Ano: 69	Número: 206	Data: 06/06/1964	Página: 06	Nível: B
Título: Delegados da UEE pedem: Liberdade de pensamento para os universitários e não fechamento da UNE					

111	Ano: 69	Número: 212	Data: 13/06/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Comissão de Inquérito foi instalada na PUC					

112	Ano: 69	Número: 214	Data: 16/06/1964	Página: 18	Nível: B
Título: Subversão: Faculdade de Filosofia da UMG sob intervenção					

113	Ano: 69	Número: 215	Data: 17/06/1964	Página: 06	Nível: B
Título: Faculdade de Filosofia					

114	Ano: 69	Número: 215	Data: 17/06/1964	Página: 07	Nível: B
Título: Expurgo na PUC					
115	Ano: 69	Número: 216	Data: 18/06/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Presidente Sancionou a Lei Que Cria o Serviço Nacional de Informações					
116	Ano: 69	Número: 216	Data: 18/06/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Nova diretoria da FEURGS esclarece princípios que a estão orientado					
117	Ano: 69	Número: 217	Data: 19/06/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Afirma o Marechal Taurino de Resende: Brasil ainda não está livre por inteiro da subversão e da corrupção					
118	Ano: 69	Número: 217	Data: 19/06/1964	Página: 01-16	Nível: B
Título: Número de civis e militares expurgados eleva-se a 441					
119	Ano: 69	Número: 217	Data: 19/06/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Condecoração de Guevara foi anulada na Câmara					
120	Ano: 69	Número: 218	Data: 20/06/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Brizola aguardava oportunidade para lançar a “Operação Centelha”					
121	Ano: 69	Número: 218	Data: 20/06/1964	Página: 06	Nível: B
Título: Ariosto Jaeger regressa de Brasília: Nôvo espírito reina agora na pasta da educação e Cultura					
122	Ano: 69	Número: 218	Data: 20/06/1964	Página: 07	Nível: B
Título: Panorama Político: Expurgo no Estado: lista será publicada na próxima semana					
123	Ano: 69	Número: 218	Data: 20/06/1964	Página: 16	Nível: B
Título: Inquéritos nos Estados serão examinados pelo Marechal Rezende					
124	Ano: 69	Número: 220	Data: 23/06/1964	Página: 16	Nível: B
Título: Estudantes de São Leopoldo com novos dirigentes					
125	Ano: 69	Número: 222	Data: 25/06/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Serão divulgados nomes de todos os corruptos					
126	Ano: 69	Número: 222	Data: 25/06/1964	Página: 07	Nível: C
Título: A Ordem dos Advogados e a suspensão de direitos					
127	Ano: 69	Número: 222	Data: 25/06/1964	Página: 13	Nível: B
Título: Discurso do nôvo reitor da URGS: Universidade brasileira foi um campo fértil e defraudações sociais					
128	Ano: 69	Número: 223	Data: 26/06/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Afirma Castelo Branco: Brasil está sendo traído e roubado					
129	Ano: 69	Número: 223	Data: 26/06/1964	Página: 11	Nível: B
Título: Filosofia da PUC					
130	Ano: 69	Número: 224	Data: 27/06/1964	Página: 06	Nível: B
Título: Faculdade de Filosofia					

131	Ano: 69	Número: 225	Data: 28/06/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Taurino quer justiça militar para corruptos					

132	Ano: 69	Número: 225	Data: 28/06/1964	Página: 21	Nível: B
Título: UEE inaugura suas novas instalações					

133	Ano: 69	Número: 225	Data: 28/06/1964	Página: 21	Nível: B
Título: Novo diretor da Faculdade de Medicina					

JULHO

134	Ano: 69	Número: 227	Data: 02/07/1964	Página: 05	Nível: C
Título: DOPS carioca conclui mais dez inquéritos					

135	Ano: 69	Número: 227	Data: 02/07/1964	Página: 20	Nível: B
Título: Intervenção no DEPRC					

136	Ano: 69	Número: 228	Data: 03/07/1964	Página: 05	Nível: B
Título: Atividades do DOPS: Efetuadas 873 prisões depois da revolução					

137	Ano: 69	Número: 229	Data: 04/07/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Mensagem extinguindo a UNE					

138	Ano: 69	Número: 229	Data: 04/07/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Estudantes americanos não querem fechamento da UNE					

139	Ano: 69	Número: 230	Data: 05/07/1964	Página: 01-29	Nível: B
Título: Anteprojeto disciplinando atividades dos centros acadêmicos no país					

140	Ano: 69	Número: 232	Data: 08/07/1964	Página: 13	Nível: B
Título: Comissão de Inquérito na Educação Física					

141	Ano: 69	Número: 233	Data: 09/07/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Revolução foi reação da classe média					

142	Ano: 69	Número: 233	Data: 09/07/1964	Página: 13	Nível: B
Título: Delegados nomearam diretoria da UGES					

143	Ano: 69	Número: 234	Data: 10/07/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Atinge âmbito nacional o movimento pela prorrogação do mandato de Castelo Branco					

144	Ano: 69	Número: 234	Data: 10/07/1964	Página: 09	Nível: B
Título: Estudante estadunidense veio ao país interceder contra extinção da UNE					

145	Ano: 69	Número: 235	Data: 11/07/1964	Página: 06	Nível: B
Título: Alunos chamados pela faculdade de Filosofia					

146	Ano: 69	Número: 237	Data: 14/07/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Justiça militar para os corruptos: Presidente da República recebeu projeto-de-lei					

147	Ano: 69	Número: 237	Data: 14/07/1964	Página: 16	Nível: B
Título: UNE não será fechada; apenas mudará de nome					

148	Ano: 69	Número: 238	Data: 15/07/1964	Página: 01	Nível: C
Título: “País não pode ficar à mercê dos demagogos e corruptos”: Chefes da revolução querem que se prorrogue o mandato de Castelo					
149	Ano: 69	Número: 238	Data: 15/07/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Mensagem sobre extinção da UNE irá ao Congresso					
150	Ano: 69	Número: 238	Data: 15/07/1964	Página: 14	Nível: C
Título: Operação limpeza hoje no centro da cidade					
151	Ano: 69	Número: 239	Data: 16/07/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Costa e Silva em Belo Horizonte: Revolução continuará pelo tempo que for necessário					
152	Ano: 69	Número: 239	Data: 16/07/1964	Página: 15	Nível: B
Título: Reestruturação da UNE: Ministro inspirou-senas teses de Lacerda					
153	Ano: 69	Número: 240	Data: 17/07/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Congresso Nacional deverá votar hoje emenda sobre prorrogação do mandato					
154	Ano: 69	Número: 240	Data: 17/07/1964	Página: 09	Nível: B
Título: Pronunciamento Oficial da União Gaúcha dos Estudantes Secundários					
155	Ano: 69	Número: 241	Data: 18/07/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Castelo Branco presidente ata 1967					
156	Ano: 69	Número: 241	Data: 18/07/1964	Página: 06	Nível: B
Título: Nota Oficial da UGES					
157	Ano: 69	Número: 241	Data: 18/07/1964	Página: 09	Nível: C
Título: Mal. Taurino tem orgulho do filho que está preso					
158	Ano: 69	Número: 243	Data: 21/07/1964	Página: 16	Nível: B
Título: Ministro não visa tirar a autonomia do estudante					
159	Ano: 69	Número: 243	Data: 21/07/1964	Página: 17	Nível: B
Título: Cessou a intervenção no Sindicato dos Bancários					
160	Ano: 69	Número: 245	Data: 23/07/1964	Página: 01-16	Nível: B
Título: Mal. Taurino encarregar-se-á apenas de Inquéritos Policiais-Militares					
161	Ano: 69	Número: 245	Data: 23/07/1964	Página: 20	Nível: B
Título: Direitos políticos suspensos: Estado fixa orientação para os servidores atingidos					
162	Ano: 69	Número: 246	Data: 24/07/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Malversação de dinheiros: Pedida à CGI a prisão do Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio					
163	Ano: 69	Número: 246	Data: 24/07/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Exército revela as “guerrilhas” de Brizola					
164	Ano: 69	Número: 246	Data: 24/07/1964	Página: 13	Nível: B
Título: Jornalistas Estrangeiros na reunião da UNE					

165	Ano: 69	Número: 248	Data: 26/07/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Sanções totais, diplomáticas e comerciais, ao regime de Cuba					
166	Ano: 69	Número: 248	Data: 26/07/1964	Página: 01	Nível: C
Título: A Declaração					
167	Ano: 69	Número: 249	Data: 28/07/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Articula-se movimento de anistia aos cassados					
168	Ano: 69	Número: 249	Data: 28/07/1964	Página: 12	Nível: C
Título: Livro Branco da Revolução mostra tôda a corrupção do governo de João Goulart					
169	Ano: 69	Número: 249	Data: 28/07/1964	Página: 12	Nível: B
Título: Processos por atos subversivos em Pernambuco					
170	Ano: 69	Número: 249	Data: 28/07/1964	Página: 17	Nível: B
Título: Colegiado eleito para dirigir a UNE					
171	Ano: 69	Número: 250	Data: 29/07/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Sexta-feira a posse do nôvo presidente da CGI					
172	Ano: 69	Número: 250	Data: 29/07/1964	Página: 01	Nível: B
Título: 70 presos no Rio: Elementos Expulsos da Marinha Articulavam Contra-Revolução					
173	Ano: 69	Número: 250	Data: 29/07/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Revolução de março está consolidada – diz Alkmim					

AGOSTO

174	Ano: 69	Número: 256	Data: 05/08/1964	Página: 01	Nível: B
Título: IPM do III Exército indica 21 à justiça					
175	Ano: 69	Número: 257	Data: 06/08/1964	Página: 22	Nível: A
Título: Investigação na URGS: Comissão encerrou os trabalhos após examinar 70 processos					
176	Ano: 69	Número: 259	Data: 08/08/1964	Página: 06	Nível: B
Título: Faculdade de Filosofia da PUC					
177	Ano: 69	Número: 259	Data: 08/08/1964	Página: 09	Nível: C
Título: Agitadores comunistas têm novas instruções do PC					
178	Ano: 69	Número: 260	Data: 09/08/1964	Página: 18	Nível: B
Título: Faculdade de Ciências da PUC					
179	Ano: 69	Número: 265	Data: 15/08/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Graves manifestações estudantis e sindicais na Bolívia e na Colômbia					
180	Ano: 69	Número: 267	Data: 18/08/1964	Página: 16	Nível: A
Título: Expurgo na URGS: nada ainda de definitivo					
181	Ano: 69	Número: 268	Data: 19/08/1964	Página: 13	Nível: B
Título: Líder Estudantil Gaúcho: Desconhecidos nos EE.UU. choques entre os estudantes e professores					

182	Ano: 69	Número: 268	Data: 19/08/1964	Página: 13	Nível: B
Título: Reitores com Suplicy: Em marcha reorganização da vida universitária					

183	Ano: 69	Número: 270	Data: 21/08/1964	Página: 09	Nível: B
Título: Casa do Estudante está ameaçada de fechamento					

184	Ano: 69	Número: 271	Data: 22/08/1964	Página: 09	Nível: B
Título: Faculdade de Arquitetura					

185	Ano: 69	Número: 273	Data: 25/08/1964	Página: 24	Nível: B
Título: Caixa Econômica Federal: Inquéritos Policial-Militares serão enviados ao III Exército esta semana					

186	Ano: 69	Número: 274	Data: 26/08/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Castelo Branco nas comemorações do "Dia do Soldado": A Revolução Fará Todos os Esforços para Conseguir a Estabilidade das Instituições					

187	Ano: 69	Número: 276	Data: 28/08/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Irregularidades nas contas da UEE					

188	Ano: 69	Número: 278	Data: 30/08/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Presidente Castelo Branco aos dirigentes da UNE: Não delego a ninguém poderes de govêrno: nem a estudantes, operários ou militares					

189	Ano: 69	Número: 278	Data: 30/08/1964	Página: 18	Nível: B
Título: Estudantes contra aumento no R.U.					

SETEMBRO

190	Ano: 70	Número: 280	Data: 02/09/1964	Página: 09	Nível: B
Título: Reitor da URGS irá falar hoje sôbre Política Estudantil					

191	Ano: 70	Número: 280	Data: 02/09/1964	Página: 20	Nível: C
Título: Mais três terroristas foram presos pela DOPS					

192	Ano: 70	Número: 281	Data: 03/09/1964	Página: 13	Nível: C
Título: Carta a Brizola contém planos para subversão no Rio Grande do Sul					

193	Ano: 70	Número: 283	Data: 05/09/1964	Página: 01	Nível: C
Título: 7 de Setembro: Ordem do Dia do Exército: revolução equivaleu ao gesto épico de D. Pedro					

194	Ano: 70	Número: 283	Data: 05/09/1964	Página: 06	Nível: B
Título: UGES possui um nôvo Presidente					

195	Ano: 70	Número: 284	Data: 06/09/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Vitória de Frei nas eleições chilenas: Repercute no mundo ocidental a derrota comunista no Chile					

196	Ano: 70	Número: 284	Data: 06/09/1964	Página: 25	Nível: C
Título: Herança de Liberdade					

197	Ano: 70	Número: 284	Data: 06/09/1964	Página: 56	Nível: B
Título: Publicada ontem a segunda relação de expurgo no Estado: mais 29 servidores					

198	Ano: 70	Número: 284	Data: 06/09/1964	Página: 56	Nível: B
Título: Conselho Universitário autoriza: eleições nos centros acadêmicos					
199	Ano: 70	Número: 285	Data: 09/09/1964	Página: 03	Nível: C
Título: Rebeldes filocomunistas do Congo proclamam República					
200	Ano: 70	Número: 287	Data: 11/09/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Preparava-se movimento contra-revolucionário: Vigilância das Forças Armadas evitou graves acontecimentos no dia 5					
201	Ano: 70	Número: 287	Data: 11/09/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Estudantes uruguaiois que apóiam Cuba criam problemas ao govêrno					
202	Ano: 70	Número: 287	Data: 11/09/1964	Página: 12	Nível: B
Título: III Exército libera eleições: Novos dirigentes da UEE serão escolhidos dia 19					
203	Ano: 70	Número: 288	Data: 12/09/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Estudantes castristas do Uruguai renderam-se finalmente à Polícia					
204	Ano: 70	Número: 288	Data: 12/09/1964	Página: 09	Nível: B
Título: Tornado Público o relatório da Comissão de Inquérito na UEE					
205	Ano: 70	Número: 288	Data: 12/09/1964	Página: 16	Nível: B
Título: Divulgada nova lista de servidores passíveis de demissão: 43 nomes					
206	Ano: 70	Número: 289	Data: 13/09/1964	Página: 20	Nível: C
Título: A posição da Igreja em face dos modernos meios anticoncepcionais					
207	Ano: 70	Número: 289	Data: 13/09/1964	Página: 20	Nível: B
Título: Esclarecimento de delegado da UEE					
208	Ano: 70	Número: 290	Data: 15/09/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Castelo Branco: Revolução procura institucionalizar-se em seus ideais					
209	Ano: 70	Número: 290	Data: 15/09/1964	Página: 16	Nível: B
Título: Presos 13 estudantes: Incidentes domingo no Restaurante Universitário					
210	Ano: 70	Número: 291	Data: 16/09/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Ex-dirigentes da UEE não aceitam as propostas para um acordo amigável					
211	Ano: 70	Número: 292	Data: 17/09/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Delegados respondem aos dirigentes da UEE					
212	Ano: 70	Número: 293	Data: 18/09/1964	Página: 09	Nível: B
Título: Antiga diretoria da UEE refuta novamente as acusações contra ela					
213	Ano: 70	Número: 293	Data: 18/09/1964	Página: 09	Nível: A
Título: Demissões na URGS inquietam os meios estudantis universitários					
214	Ano: 70	Número: 294	Data: 19/09/1964	Página: 07	Nível: B
Título: Panorama político: Comissão se inclina pela aposentadoria como pena mais comum aos expurgados					

215	Ano: 70	Número: 294	Data: 19/09/1964	Página: 11-13	Nível: A
Título: Estudantes presos quinta-feira integravam esquema subversivo					
216	Ano: 70	Número: 294	Data: 19/09/1964	Página: 14	Nível: A
Título: Prof. José Carlos Milano otimista diante da situação da Universidade					
217	Ano: 70	Número: 294	Data: 19/09/1964	Página: 18	Nível: A
Título: Universidade do Rio Grande do Sul					
218	Ano: 70	Número: 295	Data: 20/09/1964	Página: 05	Nível: C
Título: Polícia revela novos documentos: Grupos de cinco preparavam o terreno para a subversão					
219	Ano: 70	Número: 295	Data: 20/09/1964	Página: 18	Nível: B
Título: Centro de Estudantes de Geografia					
220	Ano: 70	Número: 295	Data: 20/09/1964	Página: 19	Nível: B
Título: Coluna Parlamentar: Prisão de estudantes, contratados e impossibilidade de inquérito					
221	Ano: 70	Número: 296	Data: 22/09/1964	Página: 16	Nível: A
Título: Nota da Reitoria sobre a comissão de expurgo					
222	Ano: 70	Número: 298	Data: 24/09/1964	Página: 01	Nível: C
Título: General Murici em Recife: O processo revolucionário brasileiro é irreversível					
223	Ano: 70	Número: 298	Data: 24/09/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Reitores vão debater eleições estudantis					
224	Ano: 70	Número: 299	Data: 25/09/1964	Página: 12	Nível: B
Título: Justiça não conhece o mandado de segurança de universitários					
225	Ano: 70	Número: 300	Data: 26/09/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Novos expurgos no Exército atingem a gerais, entre eles Ladário Teles					
226	Ano: 70	Número: 300	Data: 26/09/1964	Página: 18	Nível: B
Título: Comissão Especial do governo divulga nova lista de servidores expurgados					
227	Ano: 70	Número: 301	Data: 27/09/1964	Página: 01	Nível: A
Título: Atingidos 11 professores: Presidente da República assinou expurgo na URGS					
228	Ano: 70	Número: 302	Data: 29/09/1964	Página: 26	Nível: C
Título: Ministro da Guerra: Não acredito em Movimentos Subversivos e Revolução Está Plenamente Consolidada					

OUTUBRO

229	Ano: 70	Número: 01	Data: 01/10/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Relação completa dos novos atingidos pelo Artigo 7º do Ato Institucional					
230	Ano: 70	Número: 01	Data: 01/10/1964	Página: 01	Nível: B
Título: General Costa e Silva em Bagé: Investigações proseguirão após o término da vigência do Art. 7º					

231	Ano: 70	Número: 01	Data: 01/10/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Confirmada por um de seus autores a redação de um novo Ato Institucional					
232	Ano: 70	Número: 02	Data: 02/10/1964	Página: 12	Nível: B
Título: Anteprojeto governamental: Regulamentação das atividades das entidades de estudantes					
233	Ano: 70	Número: 02	Data: 02/10/1964	Página: 12	Nível: B
Título: Diretor da Universidade Rural do Km 47 queixa-se de ameaças de estudantes					
234	Ano: 70	Número: 04	Data: 04/10/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Ministro da Guerra em Curitiba: Ninguém se iluda: III Exército sozinho garantirá a consolidação da Revolução					
235	Ano: 70	Número: 04	Data: 04/10/1964	Página: 19	Nível: B
Título: Chamados à Faculdade de Filosofia da PUC					
236	Ano: 70	Número: 05	Data: 06/10/1964	Página: 15	Nível: C
Título: Anteprojeto do Estatuto da Terra					
237	Ano: 70	Número: 05	Data: 06/10/1964	Página: 16	Nível: B
Título: Universidade de S. Paulo: Professores desmentem qualquer clima de "terrorismo cultural"					
238	Ano: 70	Número: 06	Data: 07/10/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Governo usará a Lei de Segurança Nacional para punir os agitadores					
239	Ano: 70	Número: 06	Data: 07/10/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Mais militares e civis enquadrados no Artigo 7º do Ato Institucional					
240	Ano: 70	Número: 06	Data: 07/10/1964	Página: 20	Nível: B
Título: Governador anuncia: 16 servidores foram excluídos da lista de expurgo					
241	Ano: 70	Número: 07	Data: 08/10/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Advertência do III Exército: Governo após dia 09 terá meios de fazer frente a qualquer agitação					
242	Ano: 70	Número: 07	Data: 08/10/1964	Página: 01-16	Nível: B
Título: Nova lista revela quase 400 punições pelo Artigo 7º do Ato Institucional					
243	Ano: 70	Número: 07	Data: 08/10/1964	Página: 20	Nível: C
Título: Propósitos da Revolução: III Exército promove campanha psicológica					
244	Ano: 70	Número: 07	Data: 08/10/1964	Página: 20	Nível: B
Título: Amanhã o último dia: Expurgos estão sendo encaminhados ao D.O.					
245	Ano: 70	Número: 08	Data: 09/10/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Órgão Especial para supervisionar cumprimento dos inquiridos da CGI					
246	Ano: 70	Número: 08	Data: 09/10/1964	Página: 01-16	Nível: B
Título: Osvino encabeça a nova lista dos atingidos pelos expurgos finais					
247	Ano: 70	Número: 08	Data: 09/10/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Severas críticas do Gen. Mourão F.º à ação da CGI					

248	Ano: 70	Número: 08	Data: 09/10/1964	Página: 09	Nível: B
Título: Câmara Municipal: Críticas ao prefeito e ao expurgo realizado no funcionalismo municipal					
249	Ano: 70	Número: 08	Data: 09/10/1964	Página: 18-13	Nível: B
Título: Na Brigada Militar					
250	Ano: 70	Número: 08	Data: 09/10/1964	Página: 18-16	Nível: B
Título: Expurgo no Estado atinge a mais 200 funcionários civis e militares					
251	Ano: 70	Número: 09	Data: 10/10/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Gen. Justino Alves Bastos: III Exército não adotará medidas extras em face da cessação do Art. 7º					
252	Ano: 70	Número: 09	Data: 10/10/1964	Página: 01-16	Nível: B
Título: Centenas de novas punições a civis e militares dentro do Ato Institucional					
253	Ano: 70	Número: 09	Data: 10/10/1964	Página: 13	Nível: B
Título: Presidente da U.E.E. viajou para o Rio					
254	Ano: 70	Número: 09	Data: 10/10/1964	Página: 18	Nível: B
Título: Terminou o Expurgo: Relação final atinge mais 17 funcionários do Estado					
255	Ano: 70	Número: 10	Data: 11/10/1964	Página: 01-20	Nível: B
Título: Novos nomes serão conhecidos amanhã: Outros 147 civis e militares da União foram atingidos pelo Ato Institucional					
256	Ano: 70	Número: 15	Data: 17/10/1964	Página: 20	Nível: B
Título: Terrorismo em Pôrto Alegre: Pedida a prisão preventiva de 5 militares e 18 civis					
257	Ano: 70	Número: 18	Data: 21/10/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Mourão F.º alega demora nos trâmites dos IPMs					
258	Ano: 70	Número: 19	Data: 22/10/1964	Página: 16	Nível: B
Título: Revogada a liminar aos estudantes de Economia					
259	Ano: 70	Número: 22	Data: 25/10/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Ração enérgica do Senador Auro de Moura Andrada: Esta Revolução foi feita para salvar o Brasil mas está sendo liquidada por homens que querem implantar a Ditadura					
260	Ano: 70	Número: 22	Data: 25/10/1964	Página: 23	Nível: B
Título: Projeto que reestrutura órgãos estudantis foi debatido pelo ministro					
261	Ano: 70	Número: 24	Data: 28/10/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Extinta ontem a CGI					
262	Ano: 70	Número: 24	Data: 28/10/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Intervenção na U.E.E. será levantada					
263	Ano: 70	Número: 25	Data: 29/10/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Lei que extinguiu a UNE vigorará imediatamente					
264	Ano: 70	Número: 26	Data: 30/10/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Presidente da extinta CGI, em carta, desmente o senhor Ademar de Barros					

265	Ano: 70	Número: 26	Data: 30/10/1964	Página: 12	Nível: B
Título: Opina o III Exército: Evidente a tendência esquerdista e subversiva do chamado "Grupão"					

266	Ano: 70	Número: 26	Data: 30/10/1964	Página: 12	Nível: B
Título: UGES completa hoje o seu 21.º ano de fundação					

267	Ano: 70	Número: 27	Data: 31/10/1964	Página: 01-16	Nível: B
Título: Presidente Castelo Branco fala a imprensa: Os Inquiritos e as Investigações Estão Prestando Relevantes Serviços a Nação					

NOVEMBRO

268	Ano: 70	Número: 28	Data: 01/11/1964	Página: 01-29	Nível: B
Título: Balanço geral dos trabalhos da CGI					

269	Ano: 70	Número: 29	Data: 04/11/1964	Página: 18	Nível: B
Título: Levantamento da intervenção na UEE					

270	Ano: 70	Número: 30	Data: 05/11/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Ministro da Educação lança Proclamação aos Estudantes					

271	Ano: 70	Número: 30	Data: 05/11/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Extinção da UNE será sancionada esta semana					

272	Ano: 70	Número: 32	Data: 07/11/1964	Página: 11	Nível: C
Título: Comunistas confessaram vasto plano de ação terrorista para o Nordeste					

273	Ano: 70	Número: 36	Data: 12/11/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Íntegra da lei regulamentando as atividades dos estudantes					

274	Ano: 70	Número: 38	Data: 14/11/1964	Página: 03	Nível: C
Título: Johnson reafirma o apoio as atividades dos E. Unidos às metas da aliança para o progresso					

275	Ano: 70	Número: 38	Data: 14/11/1964	Página: 06	Nível: B
Título: Entidades secundaristas não foram extintas, diz presidente da UGES					

276	Ano: 70	Número: 39	Data: 15/11/1964	Página: 03	Nível: C
Título: Diretrizes dos Estados Unidos para o desenvolvimento da América Latina					

277	Ano: 70	Número: 39	Data: 15/11/1964	Página: 20	Nível: B
Título: Ministro da Educação afirma: "É necessário e faço questão de manter diálogo com os estudantes"					

278	Ano: 70	Número: 39	Data: 15/11/1964	Página: 21	Nível: B
Título: Em Vila Barão: Jornalista fala sobre democracia a estudantes					

279	Ano: 70	Número: 40	Data: 17/11/1964	Página: 18	Nível: B
Título: URGs: Centro Acadêmico vai realizar eleições					

280	Ano: 70	Número: 41	Data: 18/11/1964	Página: 13	Nível: B
Título: Universitários voltam a realizar eleições nos Centros Acadêmicos					

281	Ano: 70	Número: 42	Data: 19/11/1964	Página: 20	Nível: C
Título: Objetivos da “Semana da UNESCO”: Educação, Ciência e Cultura como instrumento de paz					
282	Ano: 70	Número: 43	Data: 20/11/1964	Página: 12	Nível: B
Título: Eleições do C.A.O.P.A.					
283	Ano: 70	Número: 45	Data: 22/11/1964	Página: 07	Nível: B
Título: Prof. Paglioli considerado inocente das acusações formuladas em abril					
284	Ano: 70	Número: 46	Data: 24/11/1964	Página: 17	Nível: B
Título: Estudantes de Economia elegem seus dirigentes					
285	Ano: 70	Número: 50	Data: 28/11/1964	Página: 06	Nível: B
Título: Dotações destinadas às Entidades Estudantis					
286	Ano: 70	Número: 50	Data: 28/11/1964	Página: 16	Nível: C
Título: Castelo Branco assistiu homenagem às vítimas do golpe comunista de 35					

DEZEMBRO

287	Ano: 70	Número: 54	Data: 03/12/1964	Página: 01	Nível: B
Título: Justiça Militar de São Paulo decretou a prisão de 25 indiciados em IPM					
288	Ano: 70	Número: 58	Data: 08/12/1964	Página: 17	Nível: B
Título: Formatura na Economia da URGS					
289	Ano: 70	Número: 59	Data: 09/12/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Costa e Silva: todos nós repelimos a ditadura					
290	Ano: 70	Número: 60	Data: 10/12/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Afirma o Ministro de Guerra: Revolução irá para a frente a fim de impor a moralidade					
291	Ano: 70	Número: 60	Data: 10/12/1964	Página: 01	Nível: B
Título: General Amauri Kruehl em São Paulo: Não é hora de cobrar milagre da revolução					
292	Ano: 70	Número: 60	Data: 10/12/1964	Página: 09	Nível: B
Título: Eleições Estudantis nos Estados têm data fixada					
293	Ano: 70	Número: 62	Data: 12/12/1964	Página: 02	Nível: C
Título: Guevara fala nas Nações Unidas					
294	Ano: 70	Número: 62	Data: 12/12/1964	Página: 08	Nível: B
Título: Retificação do Quadro de pessoal da URGS					
295	Ano: 70	Número: 65	Data: 16/12/1964	Página: 08	Nível: B
Título: UGES terá nova direção a partir de sábado					
296	Ano: 70	Número: 66	Data: 17/12/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Exército neutralizou vasto plano de subversão meticulosamente preparado					
297	Ano: 70	Número: 70	Data: 22/12/1964	Página: 16	Nível: B
Título: Suspensa solenidade de formatura em Novo Hamburgo					

298	Ano: 70	Número: 70	Data: 22/12/1964	Página: 16	Nível: B
Título: Centro Acadêmico Leopoldo Cortez: nova diretoria					
299	Ano: 70	Número: 71	Data: 23/12/1964	Página: 09	Nível: B
Título: UGES conta desde sábado com uma nova diretoria					
300	Ano: 70	Número: 71	Data: 23/12/1964	Página: 18	Nível: C
Título: General Justinos Bastos: III Exército jubiloso pela certeza do dever cumprido					
301	Ano: 70	Número: 72	Data: 24/12/1964	Página: 14	Nível: B
Título: Convocação do Conselho da UEE					
302	Ano: 70	Número: 73	Data: 25/12/1964	Página: 01	Nível: C
Título: Em apenas nove meses de administração: Governo Revolucionário realizou profundas modificações econômico-financeiras e sociais					
303	Ano: 70	Número: 73	Data: 25/12/1964	Página: 07	Nível: C
Título: Apedido: União dos Homens Livres do Brasil					
304	Ano: 70	Número: 76	Data: 30/12/1964	Página: 09	Nível: B
Título: Prof. Silvino Lopes Neto					
305	Ano: 70	Número: 76	Data: 30/12/1964	Página: 09	Nível: C
Título: Ano Nôvo: mensagem do Cmt. do III Exército					
306	Ano: 70	Número: 76	Data: 30/12/1964	Página: 09	Nível: B
Título: Atravessa a UGEEC					

APÊNDICE 3 – Quadro informativo dos sujeitos entrevistados na pesquisa

Nome: Annibal Guimarães de Barros Cassal	
Curso freqüentado em 1964 na UFRGS: Geografia	Idade: 79
Data de realização da entrevista: 21/11/2009	Duração da entrevista: 1h25min59s
Observações: Participou do CAFDR na gestão 1960/1961 e na FEURGS na gestão 1961 /1962 exercendo a função de segundo vice-presidente, o presidente era Bruno Costa, responsável pela cultura e ensino.	

Nome: Jaime Rodrigues	
Curso freqüentado em 1964 na UFRGS: Arquitetura	Idade: 65
Data de realização da entrevista: 25/09/2009	Duração da entrevista: 2h16min32s
Observações: Participou do POC e POLOP. Foi suspenso por 15 dias por ter invadido a rádio da universidade. Assumiu o DCE da UFRGS em 1967 após a expulsão do presidente João Carlos Alberto Pinto Vieira também decorrente da invasão da rádio.	

Nome: João Fabrício de Moraes	
Curso freqüentado em 1964 na UFRGS: Direito	Idade: 86
Data de realização da entrevista: 11/11/2009	Duração da entrevista: 1h03min25s
Observações: Foi suplente do vereador João Satte pelo PTB em Porto Alegre em 1964. Teve uma intensa atividade na área sindical do Rio Grande do Sul como presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.	

Nome: José Antonio F. Arregui	
Curso freqüentado em 1964 na UFRGS: Direito	Idade: 69
Data de realização da entrevista: 12/12/2009	Duração da entrevista: 1h47min6s
Observações: Participou da AP e tornou-se presidente do CAAR em 1963. Era ligado ao Movimento Democrático Universitário (MDU). Em 1965, José Antonio F. Arregui foi eleito presidente da UEE-RS. Foi um dos bolsistas gaúchos selecionados pela Associação Universitária Internacional para estudar por seis meses na Universidade de Harvard nos Estados Unidos.	

Nome: Manoel André da Rocha	
Curso freqüentado em 1964 na UFRGS: Direito	Idade: 67
Data de realização da entrevista: 14/11/2009	Duração da entrevista: 2h56min24s
Observações: Foi presidente do Centro Acadêmico André da Rocha (CAAR) da Faculdade de Direito no ano de 1963, participou da AP e teve uma intensa participação na política estudantil. Posteriormente, tornou-se professor do curso de Direito da UFRGS e foi um dos fundadores Associação dos Docentes da UFRGS (ADUFRGS) e participou de uma comissão que procurou os professores cassados pela ditadura militar através da CEIS.	

ANEXO – Ficha recebida por Annibal G. de Barros Cassal citando fatos dos quais o depoente deveria defender-se na CEIS/UFRGS

ANIBAL DE BARROS CASSAL

Dados: Aluno da Faculdade de Filosofia.

FATOS:

Em 25 de fevereiro de 1963 - Conforme boletim reservado desta Divisão, consta o seguinte: "... Tendo como local o Salão da Sociedade Espanhola, sita à rua Andrade Neves, o MOVIMENTO ESTADUAL DE DEFESA DA PAZ, fez realizar um ATO DE APOIO À REUNIAO DO CONSELHO NACIONAL DO MOVIMENTO BRASILEIRO DOS PARTIDARIOS DA PAZ, onde o marginado integra o CONSELHO CONSULTIVO do referido movimento.

Em 25 de janeiro de 1962 - Conforme nota do serviço da Secção de Investigações desta Divisão, consta o seguinte: " ANWIBAL GUIMARAES DE BARROS CASSAL, ~~xxxx~~ presidente à rua Jerônimo Coelho nº 102, ap.40, sendo o mesmo filho de David Barros Cassal e de Eunice Guimarães Barros Cassal, nascido a 8 de setembro de 1930, na cidade de Rio Grande, solteiro, estudante.

Em 11 de junho de 1963 - Conforme nota do serviço da Secção de Investigações desta Divisão, o marginado esteve presente na conferência proferida pelo sr. Paulo Totti, secretário do jornal "ULTIMA HORA", desta Capital, e elemento tido como um dos intelectuais do Partido Comunista. A conferência denominava-se PAINEL SOBRE A REALIDADE ATUAL DO PAÍS. Estiveram presentes grande número de comunistas. O marginado, juntamente com Carmen Catarina da Silva, Mauro Corte Real, Feliciano Flôres e Giliat C. de Almeida, são estudantes da Faculdade de Filosofia que se encontravam também presentes à conferência e que em palestra, junto a seus colegas, não escondem o fato de serem adeptos da ideologia marxista.

Em 12 de julho de 1963 - Conforme nota de serviço da Secção de Investigação desta Divisão, assistiu à conferência do arquiteto DEMETRIO RIBEIRO, que abordou o tema: O SOCIALISMO, HOJE; dita reunião foi realizada no anfiteatro da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul.

(inf. da DOPS)

Em tempo: o ~~depoimento~~ depoente discorda dos últimos termos do período iniciado